

Veículo: Site Correio 24 Horas	
Data: 28/08/2020	Caderno: Notícias



Veja prazos para pagar IPVA de placas com finais 7, 8, 9 e 0 sem multa

Pagamentos podem ser feitos no Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob



Quem dirige precisa ficar atento aos prazos de pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A taxa para veículos cujas placas terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o valor dentro do prazo estabelecido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba).

Os donos de veículos com placas de final 7 são os que mais precisam correr: a data limite para pagamento é até esta segunda (31), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho.

Já na terça-feira (1º), é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Já os veículos com placas de finais 9 e 0 terão um prazo maior, podendo pagar até 30 de setembro e 1º de outubro, respectivamente.

Pagamento

O pagamento pode ser feito em qualquer agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, Bradesco ou Bancoob. Basta levar o número do Renavam para que a consulta seja feita.

Também é possível efetuar o pagamento via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também sendo necessário informar o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-Ba ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Todos os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos existentes anteriores que ainda não foram notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: G1	Bahia
Data: 29/08/20	<u>Cita Sefaz</u>



Donos de veículos com placas com final 7 e 8 têm até terça-feira para pagar IPVA

Para quem deseja dividir o pagamento, primeira parcela deve ser paga dentro do prazo. Prazo para placas 9 e 0 vai até outubro.
Por G1 BA

29/08/2020 18h58 Atualizado há um dia



IPVA de placas com finais 7, 8, 9 e 0 ainda pode ser pago dentro do prazo
— Foto: Danilo Ribeiro/TV Bahia

Donos de veículos com placas finais em 7 e 8 têm até o dia 31 de agosto e 1º de setembro, respectivamente, para pagar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do prazo determinado pela **Secretaria da Fazenda no estado da Bahia (Sefaz).**

O vencimento é para quem deseja pagar a cota única ou a terceira cota mensal, que são aqueles que optaram pelo parcelamento desde junho. O proprietário que perdeu o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

O pagamento pode ser realizado em uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob. O contribuinte deve estar com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também com o número do Renavam.

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/08/2020	Caderno: Notícias



IPVA AINDA PODE SER PAGO DENTRO DO PRAZO; CONFIRA AS PLACAS



admin 28 Agosto, 2020

Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA). Para as placas de final 7, o prazo se encerra nesta segunda-feira (31), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho.

Na terça-feira (1º) é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no **site da Sefaz-BA** ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Veículo: Achei Sudoeste	
Data: 30/08/2020	Caderno: Bahia



Donos de veículos com placas com final 7 e 8 têm até terça-feira para pagar IPVA

30 Ago 2020 - 05:00h



Donos de veículos com placas finais em 7 e 8 têm até o dia 31 de agosto e 1º de setembro, respectivamente, para pagar o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) dentro do prazo determinado pela **Secretaria da Fazenda no estado da Bahia (Sefaz)**. De acordo com o G1, o vencimento é para quem deseja pagar a cota única ou a terceira cota mensal, que são aqueles que optaram pelo parcelamento desde junho. O proprietário que perdeu o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. O pagamento pode ser realizado em uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob. O contribuinte deve estar com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, também com o número do Renavam. Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020.

Veículo: Bahia de Valor	
Data: 28/08/2020	Caderno: Bahia

bahiadevalor

IPVA de placas com finais 7, 8, 9 e 0 ainda pode ser pago dentro do prazo

Por
REDAÇÃO

-
28/08/2020

Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado **pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba)**. Para as placas de final 7, o prazo se encerra nesta segunda, dia 31, quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho.

Na terça-feira, dia 1º, é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-Ba ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

28/08/2020 16:00

IPVA de placas com finais 7, 8, 9 e 0 ainda pode ser pago dentro do prazo

Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA).

Para as placas de final 7, o prazo se encerra nesta segunda-feira (31), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho.

Na terça-feira (1º) é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz-BA](#) ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Jornal da Chapada	
Data: 30/08/2020	Caderno: Cidades

JORNAL DA CHAPADA

O Intercâmbio de Notícias da Chapada Diamantina e Região

#Bahia: Contribuintes ainda podem pagar IPVA de veículos de placas com finais 7, 8, 9 e 0 dentro do prazo

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos.



Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 7, o prazo se encerra nesta segunda-feira (31), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho. Na terça-feira (1º) é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no site da Sefaz-BA ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes. *As informações são da Sefaz.*

Veículo: Rádio 93 FM – Jequié	Programa: Notícias
Data: 28/08/2020	Apresentador: --
Assunto: Contribuintes do IPVA com veículos de placa final 7, 8, 9 e 0 podem quitar tributo dentro do prazo anual estabelecido pela Sefaz.	

Data: 28/08/2020

Horário: 18:59

Emissora: Rádio 93 FM Jequié

Programa: Notícias

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: Contribuintes do **IPVA** com veículos de placa final 7, 8, 9 e 0 podem quitar tributo dentro do prazo anual estabelecido pela Sefaz.

Veículo: Tribuna do Recôncavo	
Data: 29/08/2020	Caderno: Bahia



IPVA de placas com finais 7, 8, 9 e 0 ainda pode ser pago dentro do prazo

29 de agosto de 2020 | Bahia



Foto: Camila Souza/ GOVBA

Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 7, o prazo se encerra nesta segunda-feira (31), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho. Na terça-feira (1º) é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas

as informações poderão ser consultadas no **site da Sefaz-BA** ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas ânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Editado pelo Tribuna do Recôncavo | Informações: Sefaz-BA

Veículo: Visão Cidade	
Data: 28/08/2020	Caderno: Notícias

Visão Cidade

tudo que você precisa ver

IPVA de placas com finais 7, 8, 9 e 0 ainda pode ser pago dentro do prazo

28 de agosto de 2020 [Visão Cidade](#) 0 comentários



Os contribuintes do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cujos veículos têm placas que terminam em 7, 8, 9 e 0 ainda podem quitar o imposto dentro do prazo estabelecido pelo calendário anual publicado pela **Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-BA)**.

Para as placas de final 7, o prazo se encerra nesta segunda-feira (31), quando vence a cota única ou a terceira cota mensal para quem optou pelo parcelamento desde junho.

Na terça-feira (1º) é a vez dos veículos com placas de final 8 quitarem a terceira cota ou a cota única. Os prazos para os veículos com placas de finais 9 e 0 ainda se estendem, respectivamente, para 30 de setembro e 1º de outubro.

Como fazer o pagamento

Para efetuar o pagamento, o contribuinte deve dirigir-se a uma agência ou caixa eletrônico do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancoob, com o número do Renavam em mãos. O pagamento também pode ser feito via aplicativos do Banco do Brasil e do Bradesco, informando-se o número do Renavam. Todas as informações poderão ser consultadas no [site da Sefaz-BA](#) ou por meio do call center da secretaria (0800 071 0071).

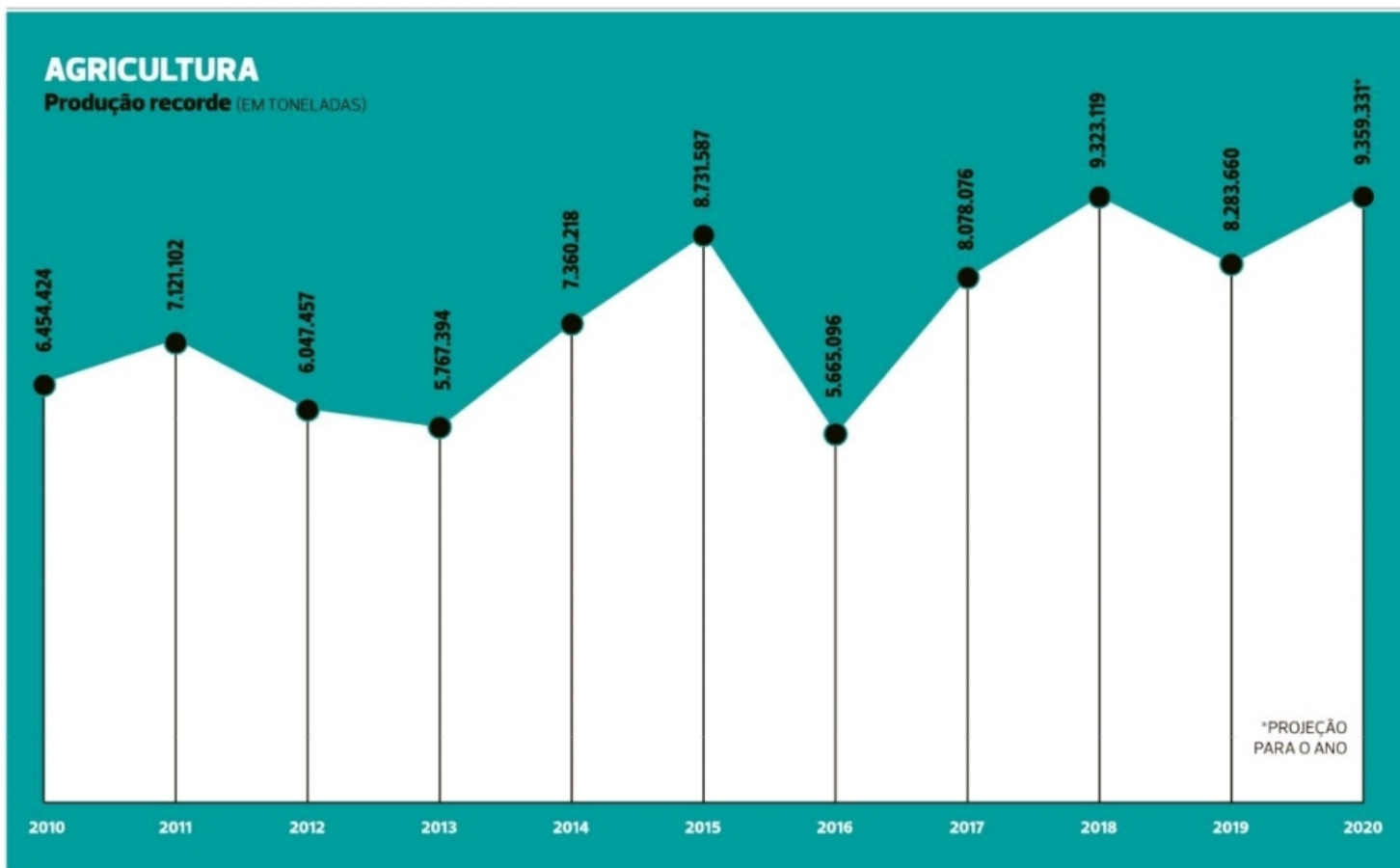
Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do IPVA ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o IPVA 2020. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes.

Fonte: *Ascom/Sefaz-BA*

FOTO: VC

ENTRE/ECONOMIA

/www.correio24horas.com.br



Foram seis anos sofrendo com chuvas irregulares no semiárido baiano. E justo em 2020, quando o regime hídrico se mostra favorável, uma pandemia. Se no papel, o cenário indica dificuldades, nos campos baianos a realidade foi um aumento de 21,5% na produção do café arábica e de 6,4% no tipo conilon. A lógica – com o fechamento de espaços como restaurantes, bares e os escritórios – era de uma queda no consumo do produto. Entretanto, a realidade foi que o mundo bebeu mais café, em casa mesmo. Nos Estados Unidos, a alta foi de 17%, chegando a 40% na Coreia do Sul. Aqui no Brasil, a estimativa é de algo em torno de 10%, em um movimento que ajuda a entender como a agricultura ajudou a salvar as economias brasileira e, particularmente, a Bahia de um colapso.

Quando o novo coronavírus chegou ao Brasil, longínquos cinco meses atrás, o medo de parte da população era o desabastecimento. O tempo mostrou o quão infundada era a preocupação. A agropecuária confirmou a expectativa de crescimento que existia antes da crise, com direito a surpresas positivas em algumas culturas. Aqui na Bahia, a produção do campo deve crescer 15,1% – um oásis quando as expectativas mais otimistas indicam queda de 5,5% na média geral da economia no estado.

Enquanto algumas atividades relacionadas à indústria e ao setor de comércio e serviços caminham para a uma recuperação sazonal – quando a melhora acontece em relação ao mês anterior, mas ainda abaixo na comparação com um ano antes –, as dez principais culturas agrícolas baianas caminham para aumentos robustos de produção, como mostra o gráfico acima. E a expectativa para a agricultura em 2021 é de novos números positivos, impulsionados pela demanda mundial por alimentos e o câmbio favorável.

O feijão nosso de cada dia teve uma alta de 56,6%, o fumo cresceu 53,8%, mas o quase desconhecido sorgo, muito utilizado para alimentar animais, também teve aumento de produção, de 48%. Culturas expressivas em tamanho, como soja e milho também se destacaram.

O agro salvou a Bahia

Produção Em ano de dificuldades econômicas, as principais culturas agrícolas do estado registram safras de tamanho recorde

Café baiano foi beneficiado pelo clima após os produtores enfrentarem seis anos de chuvas irregulares

MÁRCIO FAGUNDES/OLIVIAÇÃO



João Lopes, presidente da Associação dos Produtores de Café da Bahia (Assocafé), explica que há alguns anos os preços do grão são desfavoráveis ao produtor no Brasil, que aqui na Bahia ainda tem uma dificuldade adicional: o clima. Foram seis anos de chuvas irregulares no semiárido, lembra. “A situação para o produtor não é boa, mas no contexto econômico estamos dando a nossa contribuição para o país”, diz. Foram 3 milhões de sacas do produto só no mês passado, conta.

“Esse ano normalizou a chuva nos municípios que produzem café aqui na Bahia, então a produção está melhor e o ano que vem deve superar este porque a planta está se recuperando”, projeta. Para este ano, a expectativa é de uma produção em torno de 70 milhões de toneladas, com quase metade disso indo para o mercado externo.

“Nós tivemos uma surpresa porque quando surgiu a pandemia os produtores ficaram apavorados, achando que consumo iria cair com as pessoas trabalhando em casa. Mas a surpresa foi que aumentou bastante, as pessoas passaram a beber mais café em suas casas”, ressalta. Tanto no Brasil, quanto no exterior, o que ajuda a explicar a surpresa positiva na balança comercial, diz.

E 2021?

No Oeste, a maior região produtora de grãos da Bahia, a expectativa é que o próximo



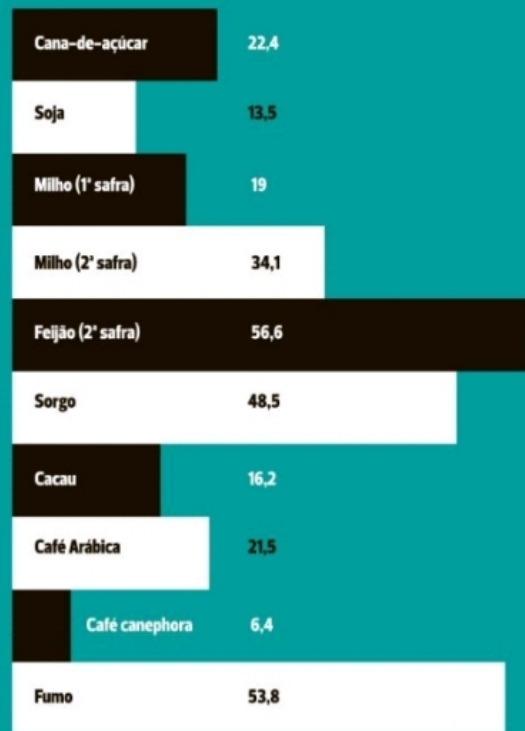
Morgana Lima
 Infografia
 morgana.lima@
 redebahia.com.br



Donaldson Gomes
 texto
 donaldson.gomes@
 redebahia.com.br

AS 10 PRINCIPAIS SAFRAS

Previsão de aumentos na produção (EM%)



Fonte: IBGE

ano seja tão positivo quanto o atual. "A gente vem de uma safra muito boa, com a soja, o milho e o algodão tendo ótimos resultados. Os preços também estão em patamares bem acima do que se esperava", conta Luiz Stahlke, assessor de agronegócios da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba). "A produção foi ótima e o rendimento beneficiou o produtor. Com isso, a gente entra com boas perspectivas para a safra 2020/2021", projeta.

Apesar do clima ter ajudado os produtores do Oeste, são as condições de mercado que alimentam as expectativas. Segundo Stahlke, tudo o que for plantado hoje já tem mais de 40% de comercialização garantida. "A gente continua a ter uma demanda muito grande por alimentos e é isso que faz o agronegócio girar", explica, lembrando que a Bahia tem uma importante cadeia de proteína, principalmente com granjas e também leite, o que demanda grãos para a ração animal. "Quando temos alimentos disponíveis, todo mundo ganha na cadeia produtiva", diz.

Segundo Luiz Stahlke, mesmo uma eventual dificuldade climática teria pouco efeito negativo na produção do Oeste. "O que a gente tem visto nos últimos anos é que as áreas estão com uma produção muito estável. Há algum tempo as intempéries deixaram de ter grandes impactos na produção porque trabalhamos com muita tecnologia e solos férteis", explica. "O que pode impactar são questões relacionadas ao mercado", diz e cita o caso do algodão como exemplo: "A produção de algodão deve cair um pouco porque houve uma retração no mercado de vestuário em todo o mundo, mas devemos ter aumentos na produção de soja e de milho", projeta.

"Nosso setor veio de um ano muito bom em 2019, o fator climático ajudou muito, principalmente nas regiões produtoras e isso proporcionou ótimas safras. Esse desempenho em 2019 trouxe ânimo para o agricultor investir mais agora", analisa o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeab), Humberto Miranda.

Ele lembra que o setor ajudou a deixar para trás o temor de desabastecimento que surgiu

•• A situação para o produtor não é boa, mas no contexto econômico estamos dando a nossa contribuição para o país
 João Lopes
 Presidente da Assocafé

•• O fator climático ajudou muito, principalmente nas regiões produtoras e isso proporcionou ótimas safras
 Humberto Miranda
 Presidente da Faeab

•• Provavelmente o segundo semestre deste ano será menos pior que o primeiro
 Gustavo Pessoti
 Diretor da SEI e vice-presidente do Corecon-Ba

no início da pandemia. "Muita gente nem lembra mais disso", destaca. "O que aconteceu foi o contrário, muitos produtos baixaram de preços", lembra, complementando que além da demanda interna, o mercado internacional foi outro fator que impulsionou a produção.

PIB DESTE ANO

O economista Gustavo Pessoti trabalha no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia há duas décadas. Com a sensibilidade para os números que só o tempo dá, o diretor de indicadores e estatísticas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e vice-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-Ba), acredita que o baque na economia baiana este ano será em torno de 5,5%.

Ele explica que hoje o modelo usado para fazer o cálculo já está "calibrado" para os efeitos da pandemia. "Num primeiro momento, calculamos as perdas pensando em uma parada de 30, 60 ou 90 dias, mas já estamos caminhando hoje para o quinto mês e entendemos a necessidade de trabalhar com cenários", diz.

A perda estimada por ele faz parte do cenário mais otimista e se justifica por sinais positivos que atividades relacionadas à indústria e até algumas no setor de serviços tem apresentado, uma vez que o desempenho da agropecuária permanece positivo por todo o ano.

"A situação na indústria é difícil e reverteu no segundo trimestre praticamente todo o crescimento que foi registrado nos primeiros três meses", destaca. Apesar disso, ele explica que na comparação de um mês para o outro, há um crescimento. "O ritmo do ano tem sido de melhoria, o que permite enxergar um processo de reativação da indústria. Nosso único problema é que a queda foi muito forte, então esse processo não é suficiente para superar as perdas", explica.

Segundo Pessoti, o que vai determinar o tamanho do baque neste ano é o momento em que o setor de serviços vai começar a repetir o processo que está se verificando na indústria, de uma recuperação em relação ao mês anterior. "Provavelmente o segundo semestre do ano será menos pior que o primeiro", indica.

O Boletim regional publicado pelo Banco Central indica sinais de melhorias em algumas atividades relacionadas aos serviços. As vendas efetuadas com cartões de débitos, por exemplo, já atingiram em julho um patamar próximo ao verificado antes da pandemia. Segundo o relatório, mudou o perfil dos gastos, com uma queda acentuada nas atividades relacionadas ao turismo, como alojamento e alimentação, que registrou uma queda média de 70,7% no volume de pagamentos. Outra atividade bastante impactada foi o comércio de vestuário e calçados, que caiu 47,3%.

"Com o movimento de reabertura, com as pessoas voltando a consumir, acaba reaquecendo as vendas. Principalmente no setor de serviços a gente já deve começar a verificar uma melhora sazonal. Ainda não temos nenhuma pesquisa para mostrar julho, mas esta é uma tendência", destaca.

Um indicador antecedente citado por ele como positivo para o setor de serviços é a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que chegou a cair 20% em abril. Agora, a taxa ainda é negativa, mas numa amplitude menor, de 6%.

Além da agropecuária, que responde por 7% do PIB baiano, a administração pública, tanto estadual quanto dos 417 municípios, funciona como um "colchão", impedindo uma queda maior no nível de atividade. Ela responde sozinho por 20% da economia estadual e deve fechar em zero, sem crescimento ou queda.

Mesmo com uma previsão "otimista", de uma queda da ordem 5,5%, Pessoti ressalta ser muito provável que a economia baiana só retorne ao tamanho que tinha antes do coronavírus em dezembro de 2022, caso se confirmem as expectativas de um crescimento de 2,5% em 2021 e de 3,5% em 22.

AUXÍLIO EMERGENCIAL FOI ALÍVIO PARA VAREJO

Quase 6 milhões de baianos foram beneficiados pelo auxílio emergencial de R\$ 600 pagos pelo governo federal. Até o mês de julho, os recursos representaram uma injeção de R\$ 10,7 bilhões na economia baiana e, além de evitar um baque ainda maior com as políticas de isolamento, ajudaram a manter o ritmo de algumas atividades econômicas.

Guilherme Dietze, assessor econômico da Fecomércio-BA, diz que atividades do varejo, como a venda de materiais de construção, eletrodomésticos, eletrônicos e móveis e decoração tiveram desempenhos melhores graças aos recursos. A preocupação dele é com uma solução mais a longo prazo, o que passa por uma retomada na criação de empregos.

"Existem alguns fatores que dificultam uma retomada mais rápida na Bahia, como uma renda média mais baixa e o desemprego mais elevado. O que tem ajudado é o auxílio emergencial", destaca. Dietze acredita que pode haver um cenário de melhora relativa no segundo semestre, entretanto diz ainda não ver para este ano um cenário de crescimento no varejo em relação o desempenho no ano passado.

Vladson Menezes, diretor-executivo da Federação das Indústrias do Estado Bahia (Fieb) lembrou que em julho, pela primeira vez desde o início da pandemia, a Bahia conseguiu fechar o mês com um saldo positivo. "Pode não ser o número dos sonhos, mas foram 3.182 novos empregos em praticamente todos os setores, menos o comércio e serviços", destacou.

Segundo ele, ainda não é possível dizer que o terceiro trimestre do ano será positivo, mas já existe um cenário de recuperação no ritmo da atividade. "Não se espera que a indústria cresça este ano. Temos consciência de que a atividade deve ter uma queda, mas esperamos uma melhoria no ritmo", explica.

Vladson Menezes lembra que o setor de refino de petróleo, que representa quase 30% da produção industrial baiana, vem apresentando um bom desempenho, assim como a produção dos chamados minerais não metálicos – que englobam brita, areia, matéria-prima para cimento, entre outros insumos usados na construção.

"Não é a grande construtora quem está impulsionando este mercado, mas as famílias, muitas vezes comprando esses produtos e construindo com as próprias mãos", explica. "Muita gente usou o auxílio emergencial para o consumo".

3 mil postos de trabalho foram criados em julho pela economia baiana este ano

5,5% é a queda estimada para o PIB da Bahia este ano, numa projeção otimista

10,7B de reais foi o volume de recursos injetados na economia baiana pelo auxílio emergencial

70,7% foi a queda nos pagamentos de débitos de atividades relacionadas ao turismo

Correio*

Satélite

*Os bastidores da política baiana*

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

●● O novo Fundeb vai permitir que as redes de ensino aprimorem a infraestrutura das escolas, valorizem os profissionais do setor e invistam nas regiões pobres. Nenhuma nação avança sem investir na Educação Alice Portugal

Deputada federal pelo PCdoB

Duelo pede passagem

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), remeteu ao plenário da Corte a decisão final sobre a batalha deflagrada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT) contra a suspensão de serviços de ônibus intermunicipais e interestaduais em dezenas de cidades baianas por causa da pandemia. Em 26 de março, a CNT ajuizou uma ação para derrubar o decreto no qual o governador Rui Costa (PT) impôs as primeiras proibições à chegada, circulação e saída de qualquer tipo de transporte coletivo intermunicipal em municípios com alto número de casos de covid. A medida estendeu ainda o veto aos ônibus interestaduais em toda a Bahia.

TODOS POR UM

“A matéria se reveste de acentuada relevância, tangenciando o princípio federativo, a liberdade de ir e vir e o direito fundamental à saúde. Portanto, ressoa conveniente que a decisão venha a ser tomada em caráter definitivo, mediante a adoção do rito abreviado”, destacou Fux, ao explicar por que decidiu repassar a bola diretamente para o plenário do Supremo.

Balaio legal

No pedido ao Supremo, a CNT alegou que a proibição de serviços de transporte coletivo, mesmo que transitória, fere dispositivos legais criados este ano para balizar ações ligadas à pandemia. Especialmente, o Decreto Legislativo 6, que reconheceu o estado de calamidade pública, a Lei federal 13.979 e a Medida Provisória 926. De acordo com a entidade, entre as medidas concretas que podem ser adotadas por estados e municípios para barrar o avanço do novo coronavírus não constariam o fechamento de fronteiras dentro de seus limites territoriais. Argumentou também que as restrições à livre circulação de pessoas e mercadorias foram instituídas sem “embasamento técnico e científico”, ferindo o direito ao transporte e gerando crise de abastecimento nas cidades.

Outras fronteiras

A ofensiva dos donos de empresas de transporte tem como alvos decretos semelhantes em Santa Catarina, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Em manifestação ao STF, o advogado-geral da União, José Levi, e o procurador-geral da República, Augusto Aras, se posicionaram a favor da CNT, sob a alegação de que tais normas quebram o pacto federativo e violam direitos fundamentais.

Tropa na pista

Deputados estaduais que integram o bloco de apoio ao presidente da Assembleia Legislativa, Nelson Leal (PP), começaram a articular uma frente pró-reeleição do pepista ao comando da Casa até fevereiro de 2023, quando termina a atual legislatura. Por enquanto, a diretriz é se movimentar em silêncio para evitar conflitos durante as eleições municipais, com foco exclusivo em garantir apoio integral da oposição, considerada crucial para aprovar uma proposta que libera Leal a tentar o segundo mandato em fevereiro de 2020.

Ponto de bala

Investigadores da Faroeste foram colocados de prontidão para entrar em campo a qualquer hora. A expectativa é a de que o Superior Tribunal de Justiça autorize novas fases da operação em breve.

Baiana Le Biscuit se inscreve para abrir capital na bolsa

IPO A lista de empresas que miram uma abertura de capital em setembro e outubro já inclui mais de 40 empresas. Perto do fim do prazo para protocolar o pedido de IPO (oferta inicial de ações, na sigla em inglês) nos próximos dois meses, novas empresas entraram na fila de estreias na B3, a Bolsa paulista. Entre elas estão a rede de farmácias Nissei, do Paraná, e a varejista Le Biscuit, com sede na Bahia. O grupo inclui também a Aeris (fabricante de pás eólicas) e duas incorporadoras - a Urbe, da MRV, e a HBR Realty, por se tratar da primeira documentação, os prospectos das ofertas ainda não trazem detalhes sobre as operações, a exemplo do preço de cada ação.

A Le Biscuit faz parte do portfólio da gestora Vinci Partners, que estará entre os acionistas que venderão participação. A Vinci é sócia da varejista desde 2012. A companhia também espera arrecadar recursos para o

Empresa faz parte do portfólio da gestora Vinci Partners, que venderá suas ações

seu caixa, a ser investidos em TI, logística e reforço do capital de giro. A empresa tem atualmente 141 lojas, sendo que 136 são próprias. Ela diz ainda que "atrai seus mais de 17 milhões de clientes ativos, principalmente mulheres entre 25 e 60 anos, das classes econômicas B e C", conforme destaca a empresa no prospecto. A oferta é capitaneada por Bank of America, XP, Itaú BBA, Santander e Citi.

Já a paranaense Nissei fará uma oferta primária e secundária - ou seja, o dinheiro da oferta se dividirá entre o caixa da empresa e o bolso do acionista vendedor, o fundador Sergio Maeoka. "Somos a maior rede varejista de farmácias do Estado do Paraná, com um market share de aproximadamente 20% no Estado e de 26% na cidade de Curitiba", diz a companhia, no documento sobre a operação. A rede possuía, ao fim de junho, mais de 300 lojas, em 76 cidades do Paraná, de Santa Catarina e de São Paulo.

A Aeris, que fabrica pás eólicas e foi fundada em

2010, também planeja uma oferta primária e secundária, a ser coordenada por BTG Pactual, XP, Morgan Stanley, Santander, Citi e Safra. Dos recursos que irão para o caixa da empresa, caso o IPO se concretize, a intenção é buscar o crescimento da capacidade de produção.

Entre as incorporadoras, a disputa não para de crescer: já são 18 empresas. A esse grande grupo se une agora a HBR Realty, que fará uma oferta liderada pelos bancos Bradesco BBI, BTG Pactual, Itaú BBA, Santander e pela Genial Investimentos. A operação será dividida entre primária e secundária.

Já a Urba Desenvolvimento Urbano, do Grupo MRV, mira apenas uma emissão primária em seu IPO: todos os recursos serão injetados no caixa. A Urba foi constituída em 2012, como empresa do grupo MRV dedicada ao desenvolvimento imobiliário urbano, nos segmentos residencial, comercial e industrial. A companhia atualmente tem presença em cinco estados.

EUA REDUZEM COTA DE IMPORTAÇÃO DE AÇO DO BRASIL

MUDANÇA O governo dos Estados Unidos anunciou que vai reduzir a quota para as exportações do aço semi-acabado do Brasil. A medida, segundo o presidente americano Donald Trump, se deu porque houve mudanças significativas no mercado de aço dos Estados Unidos, que se contraiu em 2020, depois de aumentar em 2018 e 2019. Trump disse ainda, em comunicado, que as exportações dos produtos norte-americanos caíram 15% no primeiro semestre de 2020, e que a utilização da capacidade instalada das empresas do setor estava abaixo de 70%, até o dia 15 de agosto.

"Além disso, as importações da maioria dos países diminuíram este ano de maneira compatível com essa contração, enquanto as importações do Brasil diminuíram apenas ligeiramente", afirmou Trump ao anunciar a redução.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 31/08/2020	Página:

Correio*

Mais de 159 mil baianos recebem hoje restituição do IR

QUARTO LOTE A Receita Federal paga hoje o quarto lote de restituição do Imposto de Renda 2020, que inclui também a restituição de exercícios anteriores que estavam presos na malha fina do órgão. Na Bahia, serão creditadas restituições para 159.633 contribuintes, totalizando um valor de R\$ 246.736.275,90. A maior parte é relativa ao exercício 2020: 156.068 contribuintes,

num valor total de R\$ 240.656.464,09.

Em termos nacionais, o crédito bancário será feito para 4.479.172 contribuintes e totalizará o valor de R\$ 5,7 bilhões. Desse total, R\$ 248.630.681,67 referem-se ao quantitativo de contribuintes que têm prioridade legal, sendo 6.633 idosos acima de 80 anos, 36.155 entre 60 e 79 anos, 4.308 contribuintes com alguma

246

milhões de reais serão depositados nas contas dos contribuintes incluídos neste lote. Em todo país, o valor da restituição chega a R\$ 5,7 bilhões

deficiência física ou mental ou moléstia grave e 17.787 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Foram contemplados ainda 4.414.289 contribuintes não prioritários que entregaram a declaração à Receita Federal até o dia 19 de junho deste ano. O quinto lote de restituição será pago em setembro, segundo calendário da própria Receita.

Mais*

AO CONTRÁRIO DO QUE SE ESPERAVA, PANDEMIA TEM ESTIMULADO EMPREENDEDORISMO FORMAL

Balanco da Juceb mostra que total de CNPJs criados no ano é 31% maior que o de fechados na Bahia

Fernanda Santana

REPORTAGEM

fernanda.santana@redebahia.com.br

Quando o cenário parecia exigir espera, devido às restrições da pandemia, os sócios João, Nino, Rafael e seu xará decidiram abrir uma pizzaria no Rio Vermelho. Pode não parecer, mas o investimento num momento de crise não é exceção no estado. Dados da Junta Comercial do Estado da Bahia (Juceb) mostram que mais CNPJs (pessoas jurídicas) foram criados que cancelados entre abril e julho: 6.783 contra 5.169, uma diferença de 31%. A quarentena começou, em Salvador, no último dia 25 de março.

A atividade de destaque é a comercial, como a da pizzaria no Rio Vermelho, com 2.818 registros. O número ainda está 29% abaixo da média no mesmo período do ano passado, quando 9.472 empresas foram abertas. Mas as estatísticas já indicam como, mesmo num período de crise, parte dos empresários assumiu os riscos e investiu num novo negócio.

A Juceb não faz interpretação dos números e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico afirma que, "no momento oportuno apresentará análises técnicas e econômicas sobre o cenário da Bahia durante este momento". As cidades com mais empresas abertas, de acordo com os números brutos, são Salvador, que sedia 33% das novas empresas, seguida de Feira de Santana, com cerca de 11%, e Barreiras, em torno de 6%.

No caso da Jumbo Slice, a pizzaria aberta no Rio Vermelho, o projeto existia desde o segundo semestre de 2019. Um dos sócios, Rafael Chaves, reconhece que o início da empresa aconteceu num período "em que muitos empresários suspenderam as suas atividades e a população perdeu muito poder de compra". Mas que eles investiram num projeto que alia experiência - "uma pizza genuinamente novaiorquina" - ao

Apesar da crise, novas empresas superam extintas



DIVULGAÇÃO

Sócios adaptaram projeto para abrir pizzaria planejada desde o segundo semestre do ano passado

“Havíamos pensado em muitas estratégias de marketing para o público que frequentasse o nosso balcão e tudo isso teve que ser repensado para funcionar apenas com delivery”
Rafael Chaves

sócio pizzaria Jumbo Slice

preço como diferenciais.

Para levantarem as portas, no entanto, foram necessárias readaptações. “Havíamos pensado em muitas estratégias de marketing para o público que frequentasse o nosso balcão e tudo isso teve que ser repensado para funcionar apenas com delivery”, revela. A Pizzaria funcionava apenas com delivery e take away (buscar e levar o alimento). Com a segunda fase do Plano de Ação da Prefeitura de Salvador, a pizzaria finalmente pôde receber seus primeiros clientes no balcão, que por enquanto, só dispõe de duas mesas em respeito ao protocolo de segurança.

NECESSIDADE

A abertura de novas empresas, mesmo num momento de crise, parece ser alavancada por dois motivos: o desemprego, que chegou a 18,7%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e o desejo de se formalizar. Essa é a avaliação de Flávia Paixão, especialista em gestão de pequenos e médios negócios.

“Tem pessoas que querem se formalizar, para haver uma regularização maior, e aqueles que, desempregados, viram no empreendedorismo um atalho. Muita gente sempre teve vontade de empreender e aproveitou o momento”, diz.

“Tem pessoas que queriam se formalizar, para haver uma regularização maior, e aqueles que, desempregados, viram no empreendedorismo um atalho”
Flávia Paixão

especialista em empreendedorismo e apresentadora da live semanal Empregos & Soluções, às quartas, no Instagram do CORREIO

A Juceb não faz diferenciação, nos cálculos divulgados, entre pequenas, médias e grandes empresas, mas Flávia consegue ver predomínio dos negócios de pequeno porte. O presidente do Sistema Fecomércio da Bahia (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia), Carlos Andrade, concorda. “Mas ainda é preciso olhar melhor para o micro, o pequeno e o médio, que é quem realmente está empregando”, afirma. Ele ressalta que é preciso ter mais políticas de crédito para apoiar o empresário, que muitas vezes esbarra em burocracias para conseguir ter apoio governamental.

Negócio morre por ‘falta de apoio e educação’

A pandemia obrigou empreendedores a readequar seus negócios e, em muitos casos a alternativa foi a de fechar as portas. Leonardo Cruz e Rodrigo Dias, sócios da Clínica do Iphone, especializada em reparos de celular, desistiram de uma filial em um shopping de Salvador. “O delivery era inviável e o custo operacional seria superior do que a receita”, conta Leonardo. A loja tinha quatro funcionários - todos foram demitidos. A matriz, no bairro de Costa Azul, continua aberta.

A história é semelhante a de outras empresas. Foram 5.169 CNPJs extintos de abril a julho deste ano segundo a Juceb, que diz ser “prematuro afirmar que esse panorama é reflexo da pandemia no Estado”. No mesmo período de 2019, o número de empresas extintas foi maior, 7.487. De acordo com Flávia Paixão, especialista em pequenos negócios, das mais de 500 mil empresas que fecharam no Brasil durante a pandemia, 99,2% são pequenos (com menos de 49 trabalhadores).

A especialista destaca que há um déficit de educação empreendedora e de preparo desses pequenos empreendedores. Segundo ela, os empresários que terminaram seus negócios alegam como motivo a falta de apoio do governo.

DICAS DO SEBRAE PARA EMPREENDER NA CRISE

● **Faça um estudo do segmento no qual você quer inserir sua empresa e veja quais lacunas ela pode preencher;**

● **Pesquise linhas de crédito, mas evite tomar muito dinheiro emprestado, é melhor ter uma reserva prévia;**

● **Entenda a necessidade do seu cliente, quais são suas necessidades e gostos;**

● **Invista no marketing digital e em ferramentas para venda online.**

Fonte: Carlos Andrade, presidente da Fecomércio; Flávia Paixão, especialista em pequenas e médias empresas.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29 e 30/08/2020	Página:

Correio*

Bahia tem novo recorde na taxa de desemprego, aponta IBGE

PNAD CONTINUA A taxa de desocupação na Bahia subiu para 19,9% no 2º trimestre de 2020 (1º de abril a 30 de junho), ficando acima dos 18,7% registrados no 1º trimestre do ano e dos 17,3% no 2º trimestre de 2019. Os números colocam a Bahia no primeiro lugar entre os estados com maior taxa de desocupação do país e estabelecem um novo recorde para o estado desde o início da série histórica da PNAD Contínua,

em 2012. No 2º trimestre de 2020, a taxa de desocupação no Brasil foi de 13,3%, 6,6 pontos percentuais abaixo da baiana.

De acordo com o IBGE, que divulgou os dados na sexta (28/8), a taxa de desocupação mede a proporção de pessoas de 14 anos ou mais que não trabalham e estão procurando trabalho em relação ao total de pessoas que estão na força de trabalho, seja trabalhando

(pessoas ocupadas) ou procurando ocupação.

O estudo mostra que o avanço na taxa de desocupação foi resultado de uma queda recorde no número de pessoas trabalhando (população ocupada). Em três meses, 824 mil pessoas deixaram de trabalhar no estado, num recuo de 14,4%, que fez a população ocupada passar de 5,7 milhões para 4,876 milhões, chegando ao seu menor patamar desde 2012.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 29 e 30/08/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



WITZEL E BOLSONARO VIRARAM INIMIGOS E AMBOS TÊM MUITAS EXPLICAÇÕES A DAR

Águas do Rio e conflito federal

Até as águas do Rio Jordão sabem o que está se passando no Rio de Janeiro. Há uma guerra entre os que se banharam nas mesmas águas. O que levou Wilson Witzel do traço na intenção de voto ao Palácio Guanabara foi a onda bolsonarista. O mesmo discurso anticorrupção, o uso da religião, e a apologia das armas. Bolsonaro fazia o gesto da arma na mão, Witzel dizia que daria "tiro na cabecinha". Bolsonaro passou pelo PSC, onde lançou sua pré-candidatura e foi batizado pelo Pastor Everaldo, Witzel foi eleito pelo PSC. Hoje os dois lados se acusam mutuamente. Witzel acha que está sendo perseguido pelo presidente, através do Ministério Público Federal, Bolsonaro acha que seus filhos são perseguidos por

Witzel, através do MP estadual e da Polícia Civil.

A política do Rio de Janeiro tem água turva demais. Quatro governadores passaram pela prisão, um permanece entre grades e outro está em prisão domiciliar. A PGR chegou a pedir a preventiva de Wilson Witzel, o ministro do STJ Benedito Gonçalves apenas o afastou. De tarde, o ministro Alexandre de Moraes permitiu a continuidade do processo de impeachment, o que pode afastá-lo definitivamente do cargo. Bolsonaro já disse que "o Rio é o estado mais corrupto do Brasil", mas foi onde fez a sua carreira, na qual jamais se mobilizou contra a corrupção. Fez sua vida política defendendo bandeiras corporativas das forças de segurança e emitindo sinais de

simpatia à milícia. Com essas alavancas e usando o sentimento anticorrupção, foi mais longe do que qualquer outro do estado. Jair Bolsonaro é o primeiro político do Rio a ser eleito presidente da República. Antes dele, apenas Nilo Peçanha, o vice de Afonso Pena, ocupou a presidência, de 1909 a 1910, após a morte do titular.

O Rio vive a sua tragédia de cenas repetidas. "Nós nos sentíamos num túnel do tempo", disse o procurador federal Eduardo El Hage, sobre o que pensaram os procuradores diante dos indícios do envolvimento do escritório de advocacia da primeira-dama na passagem do dinheiro de propina. O Rio está preso no túnel de um tempo circular que repete sempre as mesmas cenas.

Chega a ser bizarro ler como o governador mandou um email com o contrato do escritório de Helena Witzel com uma empresa que se comprometia a pagar valores mensais, e um grande adiantamento, à primeira-dama. "Observa-se que a primeira-dama, apesar de ser advogada e ser quem figurava como contratada, não participou diretamente do próprio contrato de prestação de serviços advocatícios", diz a acusação. Além disso, não há sinal de serviços prestados.

Witzel tem muitas explicações a dar, mas Bolsonaro também deve respostas. Durante a campanha, o elo de ligação entre Bolsonaro e Witzel foi o senador Flávio Bolsonaro. Meses depois de ter sido eleito, o governador começou a indicar que sonhava com a cadeira de presidente. A um dirigente de empresa federal, logo no primeiro encontro, o governador contou que sua mulher falara da vontade de ter um apartamento na Zona Sul. E ele teria dito que ela deveria se acostumar a morar em palácios. Primeiro o Laranjeiras, depois o Alvorada. Histórias assim foram chegando a Brasília, até que o próprio governador admitiu que correria. Foi isso o que os sepa-

rou.

Bolsonaro acusou Witzel de ter vazado investigações que estavam em segredo de justiça, do depoimento, depois desmentido, do porteiro do condomínio do presidente sobre o assassinato de Marielle. Acusou o governador de usar a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio contra seus filhos Flávio e Carlos. "Armaram há pouco tempo uma busca e apreensão na casa do meu filho Carlos, já com provas forjadas para jogar para cima dele, com dinheiro lá dentro, com armas, com drogas", disse o presidente em uma transmissão ao vivo no dia 4 de janeiro, sem indicar a origem da informação.

Witzel, desde a primeira operação de busca e apreensão, culpa o presidente de o estar perseguindo; no começo, usando a Polícia Federal e ontem através da sub-procuradora Lindóira Araújo, que seria ligada a Flávio. O pastor Everaldo, que batizou Bolsonaro no Rio Jordão para atrair o eleito-rado evangélico, foi ontem levado à prisão. O espetáculo exibido nesta sexta-feira (28/8) pareceu ao cidadão do Estado do Rio um filme antigo. Com uma peculiaridade: é um faroeste sem mocinho.

Correio*

Salles e Mourão batem boca por corte de verbas

AMAZÔNIA O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, disse que o governo voltou atrás no bloqueio de R\$ 60,6 milhões que, segundo o ministério, iria paralisar na segunda-feira todas as ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia e no Pantanal.

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, disse mais cedo que Salles havia se “precipitado” em divulgar que as operações seriam paralisadas por falta de verba na segunda-feira.

“O ministro teve uma precipitação aí e não vai ser isso que vai acontecer. Não vai ser bloqueado os 60 milhões aí entre Ibama e ICMBio”, disse Mourão a jornalistas na saída da vice-presidência, garantindo que não haveria nenhum bloqueio.

O ministro Ricardo Salles, porém, respondeu que aquilo não era verdade. “Não é verdade. Já estava bloqueado e eles desbloquearam agora. Mas não vou ficar discutindo com o vice-presidente, que respeito muito. Eles desbloquearam depois da nota (do ministério)”, assegurou.

Questionado sobre se havia tentado o diálogo com o governo sobre o bloqueio antes da publicação, Salles

disse que procurou Braga Netto (Casa Civil) e o Ministério da Economia, que disseram que a ordem era retirar dinheiro da fiscalização para subsidiar a criação do Pró-Brasil.

“Conversei com o Braga Netto, conversei com Economia e Economia falou que era decisão da Casa Civil e da Segov (Secretaria de Governo). É o que está na nota. Então, é isso. Queriam para o Pró-Brasil, mas não pode tirar do desmatamento. Ia parar tudo na segunda-feira”, afirmou.

Às 19h54 de sexta-feira, o ministério informou que “houve o desbloqueio financeiro dos recursos do IBAMA e ICMBIO e que, portanto, as operações de combate ao desmatamento ilegal e às queimadas prosseguirão normalmente”.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse por meio de nota que causou “perplexidade” o anúncio do Ministério do Meio Ambiente. Ele disse que a Câmara buscava meios de sustar a decisão de bloqueio de recursos e desmobilização das equipes de combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios.

●● O ministro teve uma precipitação aí e não vai ser isso que vai acontecer. Não vai ser bloqueado os 60 milhões aí entre Ibama e ICMBio
Hamilton Mourão

Vice-presidente, falando sobre nota divulgada por Ricardo Salles

●● Não é verdade. Já estava bloqueado e eles desbloquearam agora. Mas não vou ficar discutindo com o vice-presidente, que respeito muito
Ricardo Salles

Ministro do Meio Ambiente

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 31/08/2020	Página: A2

A TARDE

Socorro Couto Maia

Chega a este Carrasco o que já era esperado. Funcionários e pacientes começaram a listar os problemas do Instituto de Gestão e Humanização (IGH), que assumiu a gestão do Hospital Couto Maia. O IGH, e que carrega nas costas denúncias graves por irregularidades nos contratos que correm pelo país afora, começou a dar sinais da sua forma de trabalhar em nosso querido hospital. Os enfermeiros de lá estão preparando uma empreitada contra a esperta empresa e apelam: abre o olho sindicato que o IGH está na área!

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 31/08/2020	Página: A8

A TARDE

EUA reduzem importação de aço

O governo dos Estados Unidos anunciou que vai reduzir a quota para as exportações do aço semi-acabado do Brasil. A medida, segundo o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, se deu porque houve mudanças significativas no mercado de aço dos Estados Unidos, que se contraiu em 2020, depois de aumentar em 2018 e 2019.

Trump disse ainda, em comunicado, que as exportações dos produtores norte-americanos caíram 15% no primeiro semestre de 2020, e que a utilização da capacidade instalada das empresas do setor estava

abaixo de 70%, até o dia 15 de agosto.

"Além disso, as importações da maioria dos países diminuíram este ano de maneira compatível com essa contração, enquanto as im-

Trump disse que as exportações dos produtores norte-americanos caíram 15%

portações do Brasil diminuíram apenas ligeiramente", afirmou Trump ao anunciar a redução.

Em nota conjunta, publicada na noite de anteontem, os ministérios das Relações Exteriores e da Economia afirmaram que apesar da redução, as tarifas sobre o comércio bilateral do aço intra-quota permanecerão isentas, a exemplo do que ocorreu em 2019. Segundo a nota, uma rodada de negociação entre os dois países será realizada em dezembro.

"O governo brasileiro mantém a firme expectativa de que a recuperação do setor siderúrgico dos EUA, o diálogo franco e construtivo na matéria, a ser retomado

em dezembro próximo, e a excepcional qualidade das relações bilaterais permitirão o pleno restabelecimento e mesmo a elevação dos níveis de comércio de aço semi-acabado. Essa perspectiva coaduna-se com os atuais esforços conjuntos de integração ainda maior das economias dos dois países", diz a nota.

Há dois anos, o governo do presidente Donald Trump começou a adotar medidas que afetaram as exportações brasileiras. A primeira foi a imposição, em março de 2018, de quotas para as compras de aço brasileiro e a taxação de 10% das compras de alumínio do país.

AGÊNCIA BRASIL

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 30/08/2020	Página: A2

A TARDE

Auxílio aos artistas

Os trabalhadores em cultura da Bahia podem aproveitar a oportunidade oferecida pelo governo do Estado para preencher um cadastro visando candidatar-se a 29,500 cotas de 600 reais cada. O recurso é originado da Lei de Emergência Cultural com o objetivo de reduzir as dificuldades trazidas pela pandemia aos profissionais do setor. Para ter acesso ao auxílio, é preciso preencher os dados no Cadastro dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura, disponível nos sites da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e da Secretaria da Cultura. Provavelmente por ainda não ter sido massivamente divulgado, o número de cadastrados é incompatível com a situação de momento dos trabalhadores, correndo o risco de parte do valor ser contingenciado, ou seja, voltar para o erário público.

A TARDE

OBRA Ministério da Infraestrutura libera R\$ 150 milhões para finalizar trecho 02 da Ferrovia de Integração Oeste-Leste TRECHO 01 DA FIOLE TEM 74% CONCLUÍDOS

MIRIAM HERMES
Barreiras

O anúncio da construção de um novo forno pela empresa RHI Magnesita, no município de Brumado, evidenciou mais uma vez a necessidade de conclusão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), como um canal de escoamento de minérios e também da produção agrícola da região oeste do estado até o Porto de Ilhéus.

Dividida em território baiano nos trechos 01 (entre Ilhéus e Caetitê) e 02 (entre Caetitê e Barreiras), a previsão é que a ferrovia chegue até a região central do Brasil nas próximas etapas. Faz parte do projeto também a construção de um novo Porto em Ilhéus e de um ter-

minal de embarque de grãos em Barreiras.

"Há mais de 12 anos estamos brigando por esta estrada", afirma o presidente da Companhia Baiana de Produção Mineral (CBPM), Antônio Carlos Tramm, cobrando celeridade na conclusão da obra que já conta com uma ponte sobre o rio São Francisco.

Para ele, "este é o mais importante projeto de desenvolvimento da Bahia no

século XXI, que já nasceu com carga garantida", disse, destacando que o trecho 01 está com 74% das obras concluídas e depende da aprovação do Tribunal de Contas da União do processo de cessão da ferrovia para a iniciativa privada concluir e administrar o trecho.

A região sudoeste da Bahia, onde se situa Brumado, é um dos polos regionais de extração mineral do estado. O município é responsável por 6% da produção mineral baiana e, além de magnesita, tem minas de talco, agregados e rochas ornamentais em atividade.

A comercialização da produção mineral baiana teve um incremento de 43% de 2019 para 2020, passando de R\$ 2.047.531.445,4 em janeiro de julho do ano passado,

para um total de R\$ 2.940.406.381,2 no mesmo período deste ano. Os dados são da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia (SDE), apontando que 1,4% do PIB baiano vem da extração de minérios.

Recursos

Ontem, o presidente da Valec, Engenharia, Construções e Ferrovias SA, André Kuhn, confirmou a liberação de R\$ 150 milhões do Minis-



Pedro Leite, diretor da empresa RHI Magnesita

tério de Infraestrutura, "que serão aplicados integralmente na Fiol (trecho 02), que é nossa prioridade".

Com previsão de concluir o trecho 01 até o final de 2021 e o trecho 02 em 2022, Kuhn disse que os trabalhos estão acelerados nos lotes 05 e 07 do segundo trecho, e que o lote 06, parado por proble-

ma na empresa que venceu a licitação, "será assumido pelo Exército a partir do mês de setembro".

Sustentabilidade

O investimento da RHI Magnesita no novo empreendimento será de R\$ 180 milhões, com perspectiva de alcançar maior índice de apro-

veitamento do material rochoso retirado da mina Pedra Preta, o que vai incrementar em mais de 70 anos a vida útil da reserva, de acordo com diretor de mineração da RHI Magnesita, Pedro Leite.

A magnesita é um mineral usado para produção de peças refratárias, capazes de suportar altas temperaturas, a exemplo de revestimentos de fornos de mineração. A capacidade total da unidade de Brumado é de 540 milhões de toneladas/ano, "hoje parte industrializada em Contagem (MG) e outra parte exportada, principalmente para o México e Estados Unidos", disse Leite.

Ele destacou que a conclusão da Fiol é importante não só para este projeto. "Porque

o escoamento por ferrovia é mais barato e mais seguro", disse, lembrando que é também mais sustentável em termos ambientais.

Na Bahia

Em 2019, foram comercializados 45 bens minerais, extraídos em 185 municípios por 396 produtores. As principais áreas com atividade mineral estão situadas no semiárido baiano, de acordo com SDE/Gov-BA



RHI Magnesita / Divulgação



Mina Pedra Preta, zona rural de Brumado, onde acontece a extração de magnesita

Tribuna

PONTO DE VISTA

Inaldo da Paixão
Santos Araújo

Independência do controle público e o ato de prestar contas

Resolução A/RES/66/209, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 22/12/2011, sinteticamente, reconhece o relevante papel das instituições públicas de auditoria (Tribunais de Contas no Brasil) na promoção da eficiência, da *accountability* (obrigação de prestação de contas), da efetividade e da transparência governamentais. Ações que contribuem para o desenvolvimento nacional e para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). De igual modo, a Resolução A/RES/69/228, de 2014, reforçou explicitamente o papel dos Órgãos de Controle nesse processo.

A ONU também afirma que essas instituições somente podem executar seu mister, de forma objetiva e eficaz, se forem "independentes das entidades auditadas e se estiverem protegidas de todas as influências externas". Essa orientação guarda total harmonia com o capítulo II – Independência, da Declaração de Lima sobre as Diretrizes para Preceitos de Auditoria, aprovada em outubro de 1977, no IX Congres-

so Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Incosai).

Os Tribunais de Contas brasileiros, cientes dessa responsabilidade, e na constante busca de serem reconhecidos como instrumentos indispensáveis à cidadania, têm procurado aprimorar suas práticas, revelando o valor e os benefícios das suas ações, e fazer a diferença na vida dos cidadãos, como, aliás, recomendam as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP-12).

Porém é indubitável que, para alcançar esses objetivos, os Tribunais de Contas precisam exercer suas atividades, como preconizaram as Normas Brasileiras de Auditoria Governamental (NAGs), "de forma autônoma e independente dos entes auditados, livre de interferências política, financeira ou administrativa".

Assim, os Tribunais de Contas devem planejar, executar e comunicar o resultado dos seus trabalhos de auditoria sem se sujeitarem a quaisquer tipos de influência ou pressão. Ou seja, devem ser livres para auditar, livres para relatar.

Como ser livre também

significa ser independente, vale destacar que essa independência precisa estar presente em todas as atribuições constitucionais dos Tribunais de Contas, em especial nos exames sobre a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo.

Registre-se, por oportuno, que o ato de prestar contas no Estado da Bahia, mais do que uma necessária prática de *accountability* e de transparência, representa um princípio fundamental, nos termos do art. 2º, VIII, da Constituição Estadual de 1989.

Assim, nos termos do art. 1º da Lei Complementar Estadual nº 005/1991, ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), órgão autônomo e independente, incumbido de auxiliar o controle externo a cargo da Assembleia Legislativa, compete, na forma constitucional, "apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, emitindo parecer prévio a ser elaborado no prazo de sessenta dias, a partir da data do seu recebimento".

Essas contas são compostas das demonstrações contábeis obrigatórias, de relatórios sobre o desempenho dos programas de governo, dos demais demonstrativos previstos na legislação pertinente e da mensagem enviada pelo Governador à Assembleia Legislativa.

Frise-se, ainda, que, nos termos do art. 9º dessa citada Lei, o parecer prévio so-

bre as contas do Chefe do Poder Executivo deve estar fundamentado nas auditorias executadas pelo Corpo de Auditores do TCE/BA. Contudo "As decisões contrárias às conclusões dos relatórios de auditoria serão, necessariamente, fundamentadas com a indicação expressa dos motivos que conduziram à divergência".

Portanto, é por meio do ato de prestar contas que o Chefe do Poder Executivo diz o que fez. Consequentemente, é por meio da emissão do parecer prévio sobre essas contas que o TCE/BA, com independência, revela à sociedade se o que se disse que se fez foi realmente feito e, mais ainda, se foi bem feito.

Não se deve olvidar, todavia, como já disse alhures, de que ser independente não é ato retórico. Não basta ao TCE/BA, que, em 21/08/2020, comemorou 105 anos de existência, dizer que são observados padrões normativos de independência na execução de suas auditorias, mas, sim, demonstrar, na prática, que suas decisões são imparciais e que só são tomadas se estiverem fundamentadas em evidências, obtidas pelo seu corpo técnico, suficientes, adequadas e documentadas.

Inaldo da Paixão Santos
Araújo
Mestre em Contabilidade.
Conselheiro-corregedor do
Tribunal de Contas do Estado.
Professor. Ecoritor.
inaldo_paixao@hotmail.com

Tribuna

Mercado financeiro teme 'fritura' de Paulo Guedes

CAMILLA VERAS MOTA
BBC NEWS BRASIL

Em pouco mais de um ano e meio, as diferenças de perfis entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente Jair Bolsonaro que se manifestam desde a campanha em 2018 parecem ter chegado ao limite do conciliável.

Nos últimos dias, tem-se falado cada vez mais sobre uma possível saída de Guedes do cargo em meio a uma divergência em relação à agenda econômica do país daqui para frente: o ministro da Economia defende a manutenção do teto de gastos e da disciplina fiscal, enquanto parte do governo, incluindo o próprio presidente, acredita que o Estado precisa gastar mais.

A queda de braço é mais um capítulo de um longo desgaste que o "superministro" vem sofrendo desde que assumiu a pasta, diante da grande dificuldade de implementar a agenda liberal que prometeu durante as eleições.

"Havia esperança de que iria abrir a economia, e ela

não abriu; de que o governo iria privatizar, e não privatizou; de que iria reduzir o tamanho do Estado, e não diminuiu", diz o economista-chefe do Banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves.

A situação se deteriorou à medida que o ministério da Economia passou a perder espaço para outros setores dentro do governo.

O programa Pró-Brasil, que prevê a retomada do investimento público para fomentar a recuperação do emprego, foi anunciado em abril pelo ministro-chefe da Casa Civil, general Braga Netto, sem a presença de Paulo Guedes ou de qualquer membro da equipe econômica.

O ministro da Economia também não compareceu, nesta semana, ao lançamento do programa Casa Verde Amarela, a versão repaginada do Minha Casa Minha Vida.

E foi desautorizado publicamente pelo presidente, que criticou a proposta feita pela equipe econômica para financiar o Renda Brasil (candidato a substituto do Bolsa Família) com recursos do abono salarial. Bolsonaro disse, na quarta (26/08),



NOS ÚLTIMOS dias, tem-se falado cada vez mais sobre uma possível saída de Guedes do cargo em meio a uma divergência em relação à agenda econômica do país

que não "tiraria dos pobres para dar aos paupérrimos".

No meio do processo de desidratação, o ministério da Economia perdeu quadros importantes — a saída de técnicos descontentes com a dificuldade de implementação das reformas e com a pressão para a flexibilização da austeridade fiscal —, o que foi classificado pelo próprio ministro como uma "debandada".

Mas, mesmo diante do pouco que foi entregue da

agenda liberal vendida durante a campanha, o mercado financeiro tem reagido de forma bastante negativa à possibilidade de sua saída. Por quê?

Uma das razões é o fato de que o mercado financeiro não gosta de incerteza — ela aumenta os riscos para se investir.

Se Paulo Guedes sai, diz a consultora econômica Zeina Latif, não se sabe quem entra no lugar, nem com qual agenda.

E um ambiente de indefinição inibe o investimento privado, por exemplo, limitando o potencial de crescimento das empresas — com reflexo, por sua vez, na bolsa de valores e no mercado de debêntures.

Investidores estrangeiros saem do país em busca de outros mercados, pressionando o preço do dólar para cima. Tudo isso afeta o bolso de quem investe.

Para ela, o mercado financeiro comprou "de forma

ingênuo" a solução vendida por Guedes em 2018.

"Não só era nítido que existia divergência entre ele e Bolsonaro já durante a campanha, como também havia inconsistências na fala de Guedes."

Assim, não deveria surpreender o fato de que o presidente agora "escancara" que sua agenda não é a do liberalismo.

"E ninguém pode dizer que o Bolsonaro enganou. Ele foi coerente. Nunca teve grandes convicções em relação a essa agenda", diz ela, relembrando a reforma da Previdência em 2019, quando o presidente chegou a dizer que, pessoalmente, não queria fazê-la, mas que era preciso.

Gonçalves, do Fator, acrescenta a essa análise o pano de fundo das eleições de 2018. Diante de uma longa crise que misturou o esgotamento do modelo que aumentou a renda de ricos e pobres durante o governo Lula e um tombo no investimento privado decorrente da operação Lava Jato com o fantasma do des controle da inflação, a demanda de uma parte do eleitorado era "acabar com aquele Brasil da Dilma".

FINANÇAS

Revolução bancária promete elevar concorrência

O ESTADO DE S. PAULO

Duas novas ferramentas — o PIX e o open banking — prometem representar uma revolução no sistema bancário brasileiro e, por tabela, esquentar a concorrência no mercado. Para se preparar para essa nova fase, enquanto os bancos estão investindo pesado em tecnologia (ler mais abaixo), as chamadas fintechs decidiram ir às compras. As startups especializadas no setor financeiro ampliaram nos últimos meses as aquisições de pequenas empresas de tecnologia, corretoras e gestoras de investimentos.

Marcado para entrar em funcionamento em 16 de novembro, o PIX, novo sistema brasileiro de pagamentos instantâneos, vai alterar a forma como as pessoas pagam contas e fazem compras, ao eliminar a necessidade de dinheiro ou cartão. Entre as vantagens, está a possibilidade de se usar apenas o número de um celular, por exemplo, para fazer uma transferência sem pre-

cisar recorrer a conta, agência, CPF, nome completo e todos os outros dados exigidos hoje. Ou, apenas com o CPF, sacar dinheiro em uma loja sem a necessidade de caixa eletrônico, cartão ou senha.

Já o open banking — sistema de compartilhamento de dados, informações e serviços financeiros pelos próprios clientes bancários em plataformas de tecnologia — está previsto para o fim de novembro e deve dar mais autonomia ao usuário. Um cliente bom pagador, com conta em um determinado banco e quase entrando no cheque especial, poderá receber oferta de um crédito mais barato de outro banco, mesmo sem ser correntista desta instituição.

De olho nessa transformação, as fintechs buscam aumentar seu campo de atuação. Especialista em regulação e organização do mercado financeiro e de capitais, o advogado José Luiz Rodrigues destaca a alta procura das fintechs por consultorias para a formatação de processos de aquisição.

Só na última semana, o escritório atendeu quatro empreendedores da área.

"Nos últimos cinco anos, as fintechs vieram se estruturando, mas ainda focadas em serviços específicos para se colocarem no mercado. Agora, com o open banking, muitas delas encontraram a oportunidade para tornar suas operações mais abrangentes", diz ele. "As fintechs estão se juntando para serem mais fortes."

A aquisição, no mês passado, da MaglianoInvest, a mais antiga corretora do País, com 90 anos de atuação, pela Neon Pagamentos, fundada há apenas quatro anos, é apenas um exemplo. A lista é grande, a despeito da crise deflagrada pela pandemia. Em junho, a XP anunciou a compra de participações majoritárias em duas fintechs: a Fliper, de consolidação de investimentos, e a Antecipa, plataforma digital de antecipação de recebíveis (como valores a serem recebidos por lojistas por compras no cartão de crédito).

Neste mês, o mercado

assistiu à disputa entre a Stone Pagamentos e a Totvs pela aquisição da Linx, desenvolvedora de softwares para varejo e comércio eletrônico. Os valores envolvidos chegam a R\$ 6 bilhões.

No caso do Nubank, as aquisições ultrapassaram fronteiras. A empresa comprou duas companhias de desenvolvimento de sistemas neste ano — a Plataformatec, em janeiro, e a norte-americana Cognitech, em julho. "Temos crescido a um ritmo muito acelerado, de 40 mil clientes por dia", diz a cofundadora do Nubank, Cristina Junqueira. "É isso, sem dúvida, inclui o desenvolvimento de produtos e serviços que vamos oferecer no contexto de open banking e pagamento instantâneo."

Segundo a executiva, os sistemas vão aumentar drasticamente a competição. "O mercado vai passar por um período de consolidação e estamos sempre atentos. Caso haja alguma empresa que tenha produtos consistentes com a nossa visão, podemos nos interessar."

Tribuna

Bolsonaro inaugura usina de energia e diz que não permitirá 'taxação do sol'

INGRID SOARES
ESTADO DE MINAS

O presidente Jair Bolsonaro continua com a agenda de viagens pelo país. Anteontem, o chefe do Executivo desembarcou em Caldas Novas (GO) e repetiu o gesto de, sem o uso de máscara, cumprimentar apoiadores em meio à aglomeração, com apertos de mãos e tapinhas nos ombros, além de tirar selfies. Logo depois, ao subir as escadas que davam acesso ao palco, o presidente tropeçou, se levantou, acenou à plateia e seguiu para discursar.

Bolsonaro participou da solenidade de inauguração do Parque de Usina de Energia Fotovoltaica ao lado do governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e do prefeito de Caldas Novas, Evandro Magal. A usina, com capacidade para iluminar 4.256 casas, foi construída com recursos privados e pertence ao grupo Di Roma, que tem um complexo turístico na cidade goiana, cujo principal atrativo são as águas termais.

Durante o discurso, Bolsonaro ressaltou que o governo não permitirá a taxação do Sol. "Eu vou fazer justiça. Quem estava decidindo isso era a Aneel e as agências, meus amigos, eles são independentes e as suas decisões têm que ser cumpridas. Eu procurei o



JAIR BOLSONARO participou da solenidade ao lado do governador Ronaldo Caiado e voltou a cumprimentar apoiadores sem fazer uso de máscara

presidente da Câmara e falei que caso a Aneel viesse a taxar o Sol, eu não poderia fazer nada, mas o Congresso poderia, e tive o apoio do presidente da Câmara naquele momento."

O presidente lembrou ainda uma viagem feita à China, quando comprou uma correntinha feita de nióbio, e ressaltou que o Brasil tem 98% do minério, a maior quantidade do mundo. Bolsonaro apontou que o ma-

terial também é estudado para a confecção de superbaterias.

No meio da fala, Bolsonaro pediu que os aplausos dados na cerimônia fossem direcionados aos 23 ministros do governo, sem destacar algum especificamente. "São pessoas excepcionais, escolhidas pelo critério técnico. Não foi fácil escolhê-los dessa maneira por pressões outras, mas que agora deram retorno."

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 31/08/20	



SIMPLIFICAÇÃO DE IMPOSTOS É PILAR DE MUDANÇA TRIBUTÁRIA



admin 31 Agosto, 2020

Autor de uma das três propostas de alteração da lei sobre tributos brasileiros, que estão em tramitação no Congresso Nacional, o economista Luiz Carlos Haully defendeu a simplificação de impostos como o primeiro pilar de uma mudança do sistema. “A reengenharia tributária tecnológica que estamos fazendo vai proporcionar crescimento econômico sustentado e inclusão econômica, social, fraternal e solidária. Na própria base de consumo, a simplificação”, disse.

No programa Brasil Em Pauta – Especial Reforma Tributária, da TV Brasil, que vai ao ar hoje (31), às 22h30, Haully explica que sua proposta define um imposto único sobre o consumo, outro tributo único sobre a renda dos brasileiros e uma reestruturação das alíquotas sobre patrimônios. Tributarista, Haully ressaltou que toda a sociedade está diretamente envolvida no debate. Segundo ele, estudos de entidades como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram, por exemplo, que quem ganha até dois salários mínimos no Brasil tem 53,9% de impostos, de carga tributária na sua renda pessoal ou familiar. “Ou seja, em R\$ 1 mil de salário, tem R\$ 539 de impostos. Os que ganham acima de R\$ 30 mil por mês pagam só 29%”, disse.

Segundo Haully, os mesmos levantamentos revelam que a distância fica ainda maior à medida que o ganho aumenta. “Isso porque os governos tributam a base de consumo. Esses tributos vão para o preço e as famílias que ganham menos, consomem mais serviços e bens essenciais. O Brasil precisa, primeiro, eliminar o excesso de tributos que gerou 6 milhões de normas tributárias – por isso é chamado de manicômio tributário – e, segundo, o excesso de carga tributária sobre a base do consumo diante da baixa tributação na renda”, afirmou. Para o

ex-parlamentar, o Brasil que ocupa o lugar de oitava economia do mundo não tem razões para não crescer. O problema, segundo ele, são as inconsistências do sistema tributário brasileiro.

Além da simplificação dos tributos, a proposta defendida por Haully ainda prevê o que ele define como tecnologia 5.0 de cobrança, recaindo sobre o consumo por débito ou crédito, em moldes similares aos praticados pelos americanos. “Se você fez uma compra no mercado ou na farmácia, instantaneamente se você gastou R\$ 500, R\$ 500 vão para o caixa da empresa e se o imposto for 10%, R\$ 50 vão para o governo. Fica neutro no meio da cadeia”, disse.

O terceiro pilar da PEC determina mecanismos para diminuir a tributação considerada agressiva. “Comida, remédio, água, esgoto, transporte público, educação e saúde terão a menor alíquota de cinco para o Imposto de Bens e Serviços Único. Estamos advogando que seja de 7%, que é a alíquota internacional para comida e remédio”, explicou. Também convidado do Brasil em Pauta – Especial Reforma Tributária, o cientista político e professor da UnB Ricardo Caldas lembrou que a sociedade tem noção de que há muitos impostos e carga tributária excessiva, ao mesmo tempo em que sofre com a falta de serviços básicos como saúde e educação. Mas, segundo ele, faltam clareza e uma diferenciação limitada sobre as cobranças tributárias no país.

“Há uma confusão no Brasil e a Receita Federal não faz questão de explicar o que é renda auferida pelo trabalho e o que é renda auferida por aluguel, aplicações, etc. No Brasil tudo entra no mesmo pacote, enquanto outros países separam o que é renda do trabalho”, acrescentou. Para Caldas, há uma consciência social de que a reforma tributária é necessária. “O que é difícil é que os autores de cada uma das casas do Congresso – Câmara e Senado – abram mão de suas propostas. Se for possível uma negociação, aproveitando os melhores pontos de cada uma, seria o ideal”, concluiu.

Publicado em 31/08/2020 – 06:35 Por TV Brasil – Brasília

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 30/08/20	



DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL PODE FECHAR 2020 EM ATÉ R\$ 4,9 TRILHÕES



admin 30 Agosto, 2020

O aumento dos gastos públicos decorrente da pandemia do novo coronavírus fez o Tesouro Nacional aumentar os limites de endividamento para este ano. Segundo a revisão do Plano Anual de Financiamento (PAF), divulgada hoje (28), a Dívida Pública Federal (DPF) poderá fechar 2020 entre R\$ 4,6 trilhões e R\$ 4,9 trilhões.

O PAF original, divulgado no fim de janeiro, previa que a DPF deveria encerrar o ano entre R\$ 4,5 trilhões e R\$ 4,75 trilhões. De acordo com a Agência Brasil, o Tesouro explica que a elevação foi necessária porque o governo tem emitido títulos públicos para financiar os gastos extras com as medidas de alívio à crise econômica e as ações de saúde na pandemia.

“O inevitável aumento da necessidade de financiamento do governo federal representa o principal impacto para a dívida pública federal, em um ano marcado pela pandemia da covid-19 e seus efeitos na economia brasileira. A estratégia de financiamento do PAF, assim, se ajusta para comportar espaço para maior volume de emissões totais, levando ao deslocamento para cima dos limites indicativos para o estoque da dívida”, destacou o Tesouro em nota.

Foto: Priscila Zambotto/Getty Images

Veículo: Metro1	Bahia
Data: 29/08/20	



Bahia

Aposentados e pensionistas do Estado nascidos em setembro não precisam fazer recadastramento

Medida foi publicada em decreto de hoje (29), no Diário Oficial do Estado



Por **Cristiele França** no dia 29 de Agosto de 2020 - 16:32

Os aposentados e pensionistas do Estado que fazem aniversário no mês de setembro não precisam se recadastrar entre os dias 1º e 30 do próximo mês. A medida foi publicada em decreto de hoje (29), no Diário Oficial do Estado (DOE).

Esta é a quarta prorrogação consecutiva da rotina, medida que visa evitar a transmissão da Covid-19 na Bahia. A suspensão era válida para os nascidos em

março, abril e maio. Os decretos nº 19.735/2020, nº 19.787/2020 e nº 19.885/2020 incluíram os meses de junho, julho e agosto, respectivamente.

Com a adição deste sábado, aposentados aniversariantes do mês de setembro – e pensionistas cujo benefício foi originado por servidor que também aniversariava neste mesmo mês – ficam dispensados de realizar a atualização dos dados cadastrais. Vale ressaltar que não deixarão de ser pagos os valores a quem esteja com o recadastramento 2020 pendente.

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones 0800 71 5353 (para chamadas de telefone fixo) ou (71) 4020-5353 (para ligações originadas do interior do estado e de celular) ou no Portal do Servidor

Veículo: G1	Economia
Data: 31/08/20	



Contas públicas têm rombo de R\$ 81 bilhões em julho, e dívida sobe para 86,5% do PIB, diz BC

Déficit fiscal do setor público foi o maior da história para o mês de julho. Resultado é reflexo das despesas extraordinárias com a pandemia.

Por Alexandro Martello, G1 — Brasília

31/08/2020 09h42 Atualizado há 32 minutos

As contas do setor público consolidado, que englobam o governo federal, os estados, municípios e empresas estatais, registraram um déficit primário de R\$ 81,071 bilhões em julho, informou o Banco Central nesta segunda-feira (31).

O déficit ocorre quando as receitas de impostos e contribuições do governo são menores do que as despesas. A conta não inclui os gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

De acordo com a série histórica do BC, que tem início em dezembro de 2001, esse também foi o pior resultado para o mês. Ou seja, foi o pior mês de julho em 19 anos. No mesmo mês de 2019, o déficit fiscal foi de R\$ 2,763 bilhões.

O rombo recorde está relacionado ao aumento de despesas extraordinárias autorizado para combater a pandemia do novo coronavírus e à queda na arrecadação diante do tombo na atividade econômica e do adiamento no prazo de pagamento de impostos.

Parcial do ano

No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, as contas do setor público apresentaram déficit primário (receitas maiores do que despesas, sem contar juros da dívida) de R\$ 483,773 bilhões - o que também foi o pior resultado da série histórica para esse período.

Para este ano, havia uma meta de déficit para o setor público (despesas maiores que receitas) de até R\$ 118,9 bilhões. Entretanto, com o decreto de calamidade pública, proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso Nacional por conta da pandemia, não será mais necessário atingir esse valor.

Em todo ano de 2019, as contas do setor público tiveram um déficit primário de R\$ 61,87 bilhões, ou 0,85% do Produto Interno Bruto (PIB). Foi o sexto seguido com as contas no vermelho, mas também foi o melhor resultado desde 2014, ou seja, em cinco anos.

Após despesas com juros

Quando se incorporam os juros da dívida pública na conta – no conceito conhecido no mercado como resultado nominal, utilizado para comparação internacional – houve déficit de R\$ 86,909 bilhões nas contas do setor público em julho.

Já em 12 meses até julho deste ano, o resultado ficou negativo (déficit nominal) em R\$ 875,263 bilhões, o equivalente a 12,19% do PIB – valor alto para padrões internacionais e economias emergentes.

Esse número é acompanhado com atenção pelas agências de classificação de risco para a definição da nota de crédito dos países, indicador levado em consideração por investidores.

O resultado nominal das contas do setor público sofre impacto, além do déficit primário elevado, das atuações do BC no câmbio (via contratos de swap cambial) e, também, dos juros básicos da economia (taxa Selic), fixados pelo Banco Central para conter a inflação. Atualmente, a Selic está em 2% ao ano, na mínima histórica.

As perdas com "swaps" são incorporadas às despesas com juros da dívida pública, que somaram R\$ 5,838 bilhões no mês passado e R\$ 338,121 bilhões em 12 meses até julho de 2020 (4,71% do PIB).

Dívida bruta

A dívida bruta do setor público, uma das principais formas de comparação internacional (que não considera os ativos dos países, como as reservas cambiais), subiu novamente em julho. O indicador é acompanhado mais atentamente pelas agências de classificação de risco.

A dívida, que estava em 75,8% do PIB em dezembro do ano passado, ou R\$ 5,5 trilhões, e já tinha avançado para para R\$ 6,15 trilhões (85,5% do PIB) em junho deste ano, cresceu para R\$ 6,21 trilhões, ou 86,5% do PIB, em julho de 2020, segundo números do Banco Central. Com isso, bateu novo recorde.

No mês passado, a Secretaria do Tesouro Nacional **estimou que a dívida bruta do Brasil pode fechar este ano em quase 100% do PIB** por conta dos gastos para combater a pandemia do novo coronavírus, e pelo tombo esperado na economia.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 29/08/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 29 de Agosto de 2020 - 08:00

Dívida Pública Federal cai 1,03% em julho e vai para R\$ 4,34 trilhões

A concentração de vencimentos de papéis prefixados e a queda do dólar fizeram o endividamento do governo cair pela primeira vez depois de dois meses de alta. A Dívida Pública Federal (DPF), que inclui o endividamento interno e externo do governo federal, caiu 1,03% em julho, na comparação com junho, informou nesta quinta-feira (28) a Secretaria do Tesouro Nacional. O estoque passou de R\$ 4,39 trilhões para R\$ 4,345 trilhões.

Segundo o Tesouro Nacional, essa queda é típica do primeiro mês de cada trimestre e tem pouco efeito na perspectiva de evolução do endividamento neste ano. Hoje (28), o órgão aumentou para R\$ 4,9 trilhões o teto da DPF para o fim de 2020 por causa dos gastos extras com a pandemia do novo coronavírus, segundo a Agência Brasil.

A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi), que é a parte da dívida pública em títulos no mercado interno, caiu 0,78% em julho, passando de R\$ 4,151 trilhões para R\$ 4,118 trilhões. O recuo deve-se, segundo o Tesouro, ao resgate líquido de R\$ 54,75 bilhões na DPMFi. Além disso, houve a apropriação positiva de juros (quando os juros da dívida são incorporados ao total mês a mês), no valor de R\$ 22,3 bilhões.

O resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Interna deu-se pela diferença entre o total de novos títulos resgatados (embolsados pelos investidores) – R\$ 211,07 bilhões – em relação ao volume de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, que somou R\$ 156,32 bilhões.

A queda de 4,98% do dólar no mês passado fez o estoque da Dívida Pública Federal Externa (DPFe), em circulação no mercado internacional, cair 5,40%, de R\$ 239,03 bilhões em junho para R\$ 226,13 bilhões em julho.

A variação do endividamento do Tesouro pode ocorrer por meio da oferta de títulos públicos em leilões pela internet (Tesouro Direto) ou pela emissão direta.

Além disso, pode ocorrer assinatura de contratos de empréstimo para o Tesouro, tomado de uma instituição ou de um banco de fomento, destinado a financiar o desenvolvimento de uma determinada região. A redução do endividamento se dá, por exemplo, pelo resgate de títulos, como se observou ao longo do último mês.

Este ano, a Dívida Pública Federal (DPF) deverá ficar entre R\$ 4,6 trilhões e R\$ 4,9 trilhões, segundo a versão revisada do Plano Anual de Financiamento (PAF) da dívida pública para 2020, apresentada há pouco.

As instituições financeiras foram as principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 26,46% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 26,38%, e os fundos de pensão, com 24,85%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

Com a retirada de recursos de investidores internacionais do Brasil, decorrente da crise econômica, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu, atingindo 9,04% em julho. Este é o menor percentual de estrangeiros na dívida interna desde 2009. Os demais grupos somam 13,28% de participação, segundo os dados apurados no mês.

Quanto à composição da DPF de acordo com os tipos de títulos, a fatia dos papéis corrigidos por taxas flutuantes subiu de 38,23% para 39,39% do total da dívida. Em seguida, vieram os papéis prefixados, cuja participação caiu de 30,11% para 28,41%, devido principalmente ao elevado volume de vencimentos no mês. Em julho, o Tesouro resgatou R\$ 95,49 bilhões de papéis prefixados a mais do que emitiu.

A participação dos papéis corrigidos pela inflação caiu de 25,9% para 26,7% porque as emissões superaram os resgates em R\$ 29,46 bilhões. Os títulos do grupo cambial, que sofrem variação com base na taxa de câmbio, tiveram sua participação reduzida de 5,76% para 5,5% do montante total da DPF, principalmente por causa da queda do dólar no mês passado.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O Fed inova

Banco central americano muda política e indica juro baixo por mais tempo, o que favorece o Brasil

Em meio à crise ocasionada pela pandemia, os bancos centrais do mundo têm sido obrigados a sair da rotina. Fora os programas de injeção de dinheiro nos mercados, atados em dimensão inédita, a maior novidade até aqui é a decisão do americano Fed de alterar sua conduta na política monetária.

A diferença do que ocorre hoje, a instituição buscará compensar períodos de inflação abaixo da meta, de 2% ao ano, com uma tolerância para altas maiores de preços depois. O objetivo consiste em obter uma inflação média em torno da meta no longo prazo.

A mudança importa porque, até então, acreditava-se que o Fed elevaria os juros assim que a inflação voltasse a superar a meta, sem levar em conta os resultados anteriores.

Com a economia deprimida pelas consequências da Covid-19, o risco predominante hoje é o de deflação. Justamente para compensá-la, a autoridade monetária indica que pode ser mais leniente — não muito — com os preços.

O novo regime fica reforçado por outra alteração importante, relativa ao mercado de trabalho.

Normalmente os BCs atuam com foco em controlar a inflação, o que também implica evitar excessos na utilização de recursos na economia. O principal indicador do grau de aquecimento da economia utilizado pelo Fed é a taxa de desemprego: quando ela está baixa demais, há pressão inflacionária.

Ocorre que os EUA viveram os últimos anos com o maior nível de ocupação em décadas — e sem ace-

leração dos preços, num fenômeno ainda a ser mais bem explicado.

O presidente do Fed, Jerome Powell, salientou os benefícios de uma oferta de emprego, em particular aumentos de salários no piso da distribuição de renda e maior inclusão, palavra que utilizou repetidamente em seu discurso.

Na prática, prometeu que a instituição reagirá com vigor a taxas de desemprego altas, mas não o fará quando elas forem baixas e desacompanhadas de alta da inflação. Se tal diretriz estivesse em vigor há mais tempo, não teriam acontecido as elevações de juros entre 2016 e 2018, por exemplo.

Como coordenador do sistema financeiro global baseado no dólar, o Fed manda sinal claro de que a política monetária permanecerá expansionista por muito tempo.

As consequências previsíveis são certa tendência de desvalorização da moeda americana e maior fluxo de capitais para países emergentes, em busca de rentabilidades maiores — algo positivo para o Brasil, que ganha mais um respiro.

Aqui, a taxa Selic de 2% ao ano é a mais baixa de que se tem notícia na história documentada do país. Ao menos em tese, a nova política do Fed facilita ao BC brasileiro manter por mais tempo juros favoráveis sem provocar desequilíbrios ante as cifras internacionais.

Entretanto será um erro considerar que o novo cenário representa uma oportunidade para políticas domésticas irresponsáveis. Nas horas de crise e incerteza, afinal, o mundo procura dólares, não reais.

Ensino contra o abuso

Educação sexual nas escolas é recurso eficiente para prevenir e combater estupro de menores

Muito se debate nos últimos dias sobre a interrupção da gravidez de uma menina capixaba de 10 anos, estuproada ao longo de quatro anos por um tio. As formas de combate a esse tipo de crime, no entanto, ainda merecem maior atenção.

Dados oficiais mostram que ocorrem no Brasil, em média, seis internações diárias por motivo de abortamento envolvendo meninas de 10 a 14 anos. Já os casos denunciados de abuso muito dependem da capacidade da vítima de identificar a violência sofrida e relatar o trauma.

Justamente por isso, instituições como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), amparadas por pesquisadores, defendem que o tema seja tratado na escola.

A abordagem pedagógica da educação sexual deve ter início cedo. A proposta é começar com o reconhecimento do próprio corpo e de suas transformações. Segundo a Unesco, 2 em cada 3 meninas no mundo dizem não ter ideia do que ocorre em seu corpo quando começam a menstruar, por exemplo. Para os alunos mais crescidos, ca-

be tratar de aspectos ligados diretamente à sexualidade, como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e de gravidez precoce — uma das principais causas de evasão escolar no Brasil. Exatamente porque aborda o corpo, a intimidade e os limites do que é aceitável, a disciplina é internacionalmente conhecida como educação sexual e de gênero.

O tema, previsivelmente, constitui tabu para o bolsorismo, no qual predomina a tese de que educação sexual é assunto de família. A questão é que a maioria dos abusos de vulneráveis tem origem em casa, por parte de padrastos, tios, pais, irmãos e conhecidos.

A ministra da Mulher, Damares Alves, limita-se a apoiar em um debate nas escolas sobre abstinência sexual para enfrentar a gravidez precoce e as DSTs.

Se a educação sexual não é prioridade para o governo federal, que entre na pauta das secretarias municipais e estaduais de Educação. Estimulos à inclusão do assunto nos respectivos currículos escolares serão contribuições bem-vindas à proteção da infância.



O xadrez contra a Lava Jato

Catarina Rochamonte

FORTALEZA A partida de xadrez entre os defensores de corruptos e os que lutam contra a corrupção está movimentada. No CNMP, por 10 a 0, foi declarada prescrita e arquivada a ação do ex-presidente Lula contra Deltan Dallagnol no caso do PowerPoint. Lula zangou-se e disse em nota que a decisão pelo arquivamento desmoraliza a Justiça. O ex-presidente é o "rei", peça principal em função da qual os estrategistas da impunidade movem as peças menores.

Sendo assim, um lance importante foi a anulação, pela segunda turma do STF, num empate de 2 a 2, da sentença de Sérgio Moro que condenou um delator em antigo caso de corrupção no Banesbaid. O grande mestre Gilmar Mendes conduziu esse lance sob a alegação de que Moro havia sido parcial, renunciando o próximo xeque contra a Lava Jato quando o mesmo for feito no caso de Lula.

Jogadas urdidas com ilações e mentiras para desmoralizar a Lava Jato e seus membros mais des-

tacados é estratégia permanente de seus declarados inimigos. Em 2019, o circo montado pelo site The Intercept cumpriu bem esse serviço. Em 2020, porém, com a saída de Moro do governo, deu-se algo inusitado: a direita bolsorista fortaleceu os poderosos enxadristas aceitando, inclusive, unir-se no tabuleiro com a esquerda petista, o centrão e o grupo Prerrogativas, no interesse da impunidade.

Paralelamente à atuação de Aras contra a Lava Jato, sobrevieram outros lances: a AGU recorreu da suspensão dos processos contra Deltan, Toffoli suspendeu duas investigações contra José Serra e Gilmar Mendes suspendeu a ação penal contra ele.

A Lava Jato está acuada, mas quer avançar. A eficiente força-tarefa, gigante no combate à corrupção, ainda tem 400 inquéritos em andamento e quer continuar seus trabalhos. Para tanto, enviou ofício à PGR requerendo prorrogação por mais um ano. A recusa poderá levar a partida a xeque-mate. Se for esse o caso, é o Brasil que sairá derrotado.

Como acreditar em Jair Bolsonaro?

Leandro Colon

BRÁSILIA O presidente da República resolveu sair por aí inaugurando obras iniciadas em governos passados. Sem um portfólio para chamar de seu, fatura em cima da iniciativa alheia — no caso, do adversário.

Reportagem da Folha mostrou que Jair Bolsonaro montou um cronograma para celebrar a finalização de projetos iniciados nos governos Lula e Dilma Rousseff.

São 33 obras na lista de viagens no segundo semestre — 25 nasceram nas gestões petistas, apenas duas na de Michel Temer (MDB), e sobram 6 com origem no atual governo.

É importante deixar claro ao eleitor alvo dessas andanças eleitorais: o presidente apenas montou na garupa para levar essa obra até você. Assim como tenta dar uma nova roupagem ao Bolsa Família, programa de transferência de renda com DNA petista, O Renda Brasil, que deve virar em breve um filhote do auxílio emergencial, carrega diretrizes sociais que Bolsonaro tanto criticou ao longo de sua vida pública.

Veja só a CPME. Em outubro de

2018, na reta final da campanha, ele bradava "mentira, é mentira" quando questionado sobre a recriação do imposto. Sem pudor, seu governo apresenta uma proposta para o tema. Então, é verdade, sim.

Naquela campanha, Bolsonaro esculachava o que chamava de velha política. "Só há uma maneira de combater a corrupção no Brasil. Elegermos um presidente de forma íntegra, que não negocia ministérios."

Hoje, o centrão, PHD em fisiologismo e detentores de corrupção, entra sem pedir permissão no gabinete presidencial e recebe o Bolsonaro pelo país em viagens pagas com dinheiro público para cortar a faixa de obras petistas.

Bolsonaro prometeu acabar com o instituto da reeleição e é mais candidato do que nunca em 2022. Espumava no discurso contra a corrupção e tornou-se protagonista do escândalo da rachadinha. E ainda propagandeia a dorozquina como (falsa) solução para o coronavírus.

Afinal, como acreditar em Jair Bolsonaro?

Palavras em turbilhão

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO "Era melhor do que qualquer filme de ação", escreveu um jornalista americano chamado Pete Hamill. "Um caos organizado — editores dando ordens aos gritos, matérias sendo levadas às pressas para a oficina, homens e mulheres metralhando enormes máquinas de escrever, telefones tocando, telexes despejando papel e todo mundo fumando e apagando o cigarro no chão com o sapato." Foi o que Hamill viu ao entrar pela primeira vez numa Redação de jornal — a do New York Post, em 1960 — e decidir que era o que ele queria.

O mesmo me aconteceu ao entrar no Correio da Manhã, aqui no Rio, para encontrar José Lino Grinewald, editor do Segundo Caderno. Eu lhe telefonara no jornal, dissera-me seu leit e ele me convidou a ir lá num fim de tarde. Era janeiro de 1966 e eu ainda não fizera 18 anos. Cheguei ao prédio na Lapa, subi ao 2º andar e vi exatamente o que esperava — palavras em turbilhão. Um ano depois, José Lino me levou ao editor-chefe e

sai de lá como repórter.

Pelos dois anos seguintes, eu vivia na rua, apurando atropelamentos de cachorro, cobrindo passeatas estudantis (correndo da polícia e, numa delas, sendo preso) e entrevistando Kim Novak. E a Redação era uma continuação natural daquilo. Entrava quem quisesse: contrabandista de uísque, vendedor de loteria, diplomata, crítico literário, tudo gente suspeita. Nelson Cavalcini e Ismael Silva, vizinhos do jornal, não saíam de lá. Para os repórteres, era uma escola — ou você era safo ou se tornava.

Pete Hamill, que morreu outro dia em Nova York, aos 85 anos, foi tudo no ramo: repórter, enviado especial a revoluções, colunista, editor. Suas ferramentas eram um bloco, uma caneta e uma agenda de telefones.

Hoje, todas cabem num celular e as Redações se tornaram lugares de família. Ninguém mais fala alto, metralha máquinas, compra uísque de contrabando, apaga o cigarro no chão e sequer fuma.

De centroavante a zagueiro

Marcus André Melo

Professor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-professor visitante da Universidade Yale. Escreve às segundas

Argumentei neste espaço quando a pandemia chegou que ela representava um choque exógeno no sistema político alterando os preços relativos das questões da agenda pública: os temas que levaram Bolsonaro à Presidência (segurança pública, corrupção, costumes) seriam eclipsados e o reformismo fiscal e econômico sairia da pauta. E se as questões fiscais adquiriram significado inteiramente novo face ao imperativo de expansão brutal do gasto.

O resultado líquido disso tudo é que "o ativo Guedes" perdeu valor.

O que efetivamente se seguiu não divergiu do script: a pandemia inviabilizou a agenda maximalista de Guedes e a debandada de membros de sua equipe é melhor sinalizador disso. A janela de oportunidade para asprivações foi fechada, pelo menos no curto prazo. Idem para algumas reformas microeconômicas. Mas ela não é o único fator: os efeitos do escândalo no clã familiar e a aproximação com o centrão eram previsíveis e se manifestaram agora.

De antídoto antigos social a sustentáculo da populardade, o auxílio emergencial (cujo custo chega a 8,5% do PIB) revelou-se ex post crucial para a sustentação política do governo. Assim pandemia e escândalo desfiguraram a agenda da economia em Torquemada do gasto muito além do papel que ministros da Fazenda normalmente cumprem. Sua agenda tornou-se inteiramente reativa: como o centroavante que decide o jogo que passa a jogar como zagueiro.

Muitos analistas parecem acreditar que Guedes é — no jargão — um jogador sincero e não estratégico; ou seja, suas propostas expressariam a sua preferência, e não um lance em um jogo de barganha de várias rodadas. O debate sobre o auxílio e a Renda Brasil tem sido marcado por certa ingenuidade interpretativa: o teatro montado sobre desavenças entre ministro e Executivo não é crível.

A expansão do gasto e sua sustentabilidade do ponto de vista dinâmico torna-se assim a questão central. Dois fatores, no entanto, mitigam o custo reputacional quando governos fazem dívida. O mais importante é que virtualmente todos os governos estão fazendo o mesmo. Em segundo lugar, ele se dá sob a batuta de um ministro notoriamente avesso à expansão do gasto. Aqui observamos o "efeito Nixon goes to China", pelo qual apenas um anticomunista raivoso pode se aproximar da China sem demonstrar estar fazendo concessões.

Não limite admitindo-se que Guedes permaneça, em eventual abandono do teto de gastos (via PEC excluindo o Renda Brasil do limite) terá custos importantes, mas menos desastrosos que ocorreria na ausência daquelas duas condições. Mesmo como rainha da Inglaterra o Guedes ainda é útil.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painsa@grupofolha.com.br

Verde amarelo

Setembro é o mês da Semana do Brasil, uma espécie de Black Friday brasileira, inventada no ano passado com apoio do governo para estimular o consumo em um período do ano sem tradição no varejo. Mas não deve empolgar em 2020, segundo a estimativa de lojas, porque ninguém tem ouvido falar do assunto. "Não está tendo a divulgação necessária. Erram na estratégia", afirma Tito Bessa Jr, presidente da Ablos (associação de redes de lojas menores em shoppings).

CONSUMO Segundo Bessa Jr, apesar das baixas expectativas com a semana de ofertas, no varejo, as coisas parecem estar caminhando para uma recuperação mais rápida neste momento da pandemia.

AS COMPRAS "Já estamos com 55% do ano anterior. Se essa curva continuar em setembro, podemos ter um terceiro trimestre de recuperação acima das expectativas e chegar no fim do ano com 80% a 90%, até 100%, do ano passado", afirma o empresário.

PAPAI NOEL Marcelo Silva, presidente do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), diz que ainda é cedo para estimativas natalinas. "Vai depender muito, evidentemente, do andamento da pandemia, vacina e perspectiva positiva, ou não, da economia. Temos que ver as reformas tributária e administrativa", diz.

PROPOSIÇÃO Alguns dos maiores cortes anunciados por multinacionais só na semana passada alcançam, somados, mais de 40 mil pessoas no mundo. As reduções na crise do coronavírus atingiram diferentes setores, desde entretenimento a alimentação.

DESEMPREGO Na sexta-feira (28), a MGM Resorts, gigante americana de cassinos, disse que vai cortar 18 mil postos de trabalho. A Coca-Cola planeja oferecer demissões voluntárias a pelo menos 4.000 funcionários na América do Norte. Na aviação, a American Airlines anunciou que poderá demitir 19 mil trabalhadores no começo de outubro.

MENU Empresários que acompanharam o discurso de Jair Bolsonaro no congresso da Abrasel (associação de bares e restaurantes), encerrado na sexta (28), se preocuparam com a ausência de menção ao ministro Paulo Guedes na fala do presidente. Quando ele se referiu à equipe econômica, falou de Carlos da Costa, secretário de Produtividade.

NO FORTO Nos bastidores, empresários do setor alimentício que assistiram ao evento transmitido online ainda repetiam ao longo do final de semana que "a batata está assando" para Paulo Guedes.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROSO

Agosto, em % ao mês



Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado
Até R\$ 1.045 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de agosto vence em 21 set para empresas; para pessoas físicas, vence em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

BECA Enquanto a pandemia não acaba, a Estácio fez pela internet a sua festa de formatura para cerca de 30 mil estudantes do país neste ano. O evento virtual deste sábado (29) foi transmitido em tempo real pelo Facebook. A instituição manteve algumas tradições das festas. Exibiu fotos e depoimentos dos formandos.

DIPLOMA Em Mumbai, uma universidade usou a realidade virtual para a formatura. O Indian Institute of Technology criou mais de 2.000 avatares dos estudantes e de um dos seus diretores para celebrar online na semana passada. Outras instituições já fizeram drive-thrus e festas de estacionamento para distribuir diplomas aos alunos.

FUMACÊ Após quase dois meses ouvindo as queixas de médicos pelo desabastecimento do Champix, um dos principais medicamentos usados no combate ao tabagismo, a Pfizer se reuniu na sexta (28) com a Sociedade Brasileira de Cardiologia e a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para falar do assunto.

PULMÃO No encontro, a farmacêutica disse que, nesta semana, vai verificar na Anvisa a possibilidade de fazer uma importação em caráter excepcional para solucionar o problema. Segundo a companhia, as sociedades médicas se comprometeram a apoiar a no pleito à agência.

FILTRO Desde junho, quando a Pfizer anunciou que o remédio estava em falta e voltaria ao normal em julho de 2021, médicos vinham se queixando à farmacêutica. A empresa diz que depende de uma adequação na fábrica e aguardava retorno da Anvisa. A agência diz que ofereceu datas para a inspeção desde maio, mas a Pfizer agendou para outubro.

CINZAS Uma das opções estudadas, segundo Jacqueline Scholz, cardiologista diretora do programa de tratamento do tabagismo do Incor, era pedir quebra de patente antecipada, mas a Pfizer diz que a patente já expirou. Para representantes do setor, as concorrentes têm dificuldade de fabricar o genérico por causa do processo de bioequivalência.

IMPOSTO DE RENDA

Em R\$	Alíquota, em %	Deduzir, em R\$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Considerando o piso na capital e Grande SP

Empregado	De 7,5%	97,04 a 14%	713,09
-----------	---------	-------------	--------

Empregador 20% 250,50 1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 4 set. A guia de pagamento dos empregadores inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, e FICP, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro.

Home office é novo indicador de desigualdade econômica no Brasil

Continuação da pág. B13

O pesquisador Daniel Duque, do FGV-Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), reforça que pesa também a qualidade do acesso à internet. O fato de o Sudeste ter uma infraestrutura de rede mais ampla e conexões mais ágeis favorecem o teletrabalho na região.

"No Sudeste, a internet chega a um número maior de pessoas e há mais predisposição para se trabalhar em casa, pois isso reduz o tempo perdido no deslocamento, por exemplo", diz. Ele destaca ainda que essa região também concentra empresas mais sofisticadas e tem um número maior de trabalhadores qualificados do que o Norte e Nordeste.

Os especialistas ainda argumentam que o home office é uma boa régua para medir as distorções entre trabalho formal e informal no Brasil.

De acordo com o IBGE, os informais representavam 15% — ou 13 milhão de trabalhadores — do universo de funcionários em casa. No mercado, porém, constituíam quase 42% da população ocupada no segundo trimestre.

A leitura do economista Rodolpho Tobler, também do FGV-Ibre, é que a questão da informalidade talvez explique porque há tão poucos em teletrabalho na região Norte. Segundo ele, o emprego no Norte é mais informal, com ocupações mais difíceis de serem exercidas no trabalho remoto.

"As pessoas não conseguem trabalhar em casa — é uma realidade nessa região", afirma.

A Pnad Continua divulgada nesta sexta (28) trazia que 57,9% da população ocupada no Norte está na informalidade, com destaque para os estados do Pará (56,4%) e Amazonas (55,0%).

No Sudeste, esse número é bem inferior (31,5%). São Paulo tem uma parcela de informais ainda menor (28,6%).

Na avaliação de João Luiz Maurity Saboia há outra questão: a natureza do trabalho informal no Brasil, onde ainda prevalecem atividades com baixo uso de tecnologia, não adequadas ao home office.

"Normalmente, são prestadores de serviços na agricultura, nas atividades doméstica e familiar ou ambulantes no comércio de rua. Você precisa estar no local para desenvolver essas atividades", afirma.

O home office também foi uma espécie de escudo de proteção contra o desemprego para os mais qualificados. Durante a pandemia, houve a destruição das ocupações de baixa renda, mais precárias e informais. "Na perda de ocupação, os mais afetados foram os trabalhadores informais, que são aqueles com menores rendimentos", diz a analista do IBGE Adriana Beringuy.

Do outro lado, os mais qualificados foram trabalhar em casa — com destaque, novamente, no Sudeste.

Diretores e gerentes de empresas, que constituem apenas 3,5% de toda a população ocupada do Brasil, representam 8% em trabalho de home office. No Norte e Nordeste, a distribuição da população ocupada em cargos de diretores e gerentes (1,8% e 2,5%, respectivamente) é bem menor que a vista no Sudeste (3,9% e Sul (4,3%).

Como o emprego durante a pandemia foi preservado nos patamares mais altos da pirâmide de trabalho, ocorreu uma distorção peculiar: a média salarial nacional chegou a R\$ 2,5 mil, a maior da história já registrada pelo IBGE.

Outra vez o Sudeste ficou numa posição melhor. A média salarial em São Paulo é R\$ 3.167, parecida com a do Rio de Janeiro, que fica na casa de R\$ 3.162. Trata-se de uma realidade bem diferente da vida no Norte. No Tocantins, por exemplo, o rendimento fica em R\$ 1.972.

Étore Sánchez, economista-chefe da Ativa Investimentos, argumenta que as diferenças entre as regiões podem ser explicadas pela distinção das profissões mais disponíveis em cada localidade.

"A principal diferença é em função do tipo de trabalho prestado. Em alguns locais prevalecem trabalhos mais manuais, como colheita, ou

Muitas das barreiras cognitivas que existem, como a resistência para atuar fora da empresa por acreditar que iria causar algum tipo de dificuldade, foram superadas

André Fischer coordenador do Programa de Gestão de Pessoas da FIA

atividades industriais não mecanizadas, de difícil execução de maneira remota", diz Étore, se referindo à região Norte.

"Já São Paulo concentra a prestação de serviços, principalmente administrativos, por isso tem essa distinção em relação à formalidade, ao trabalho remoto e ao rendimento médio", afirma.

Os profissionais dedicados a áreas ligadas a ciências ou afazeres intelectuais são 13,5% dos brasileiros ocupados, mas chegaram a representar 50% dos trabalhadores em home office na pandemia.

Essa parcela dos trabalhadores se sentiu confortável no teletrabalho. Em julho, a FIA (Fundação Instituto de Administração) e a FEA (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), ambas ligadas à USP (Universidade de São Paulo), fizeram uma pesquisa para medir a satisfação e o desempenho na migração para o home office entre trabalhadores de alta gestão de empresas e instituições, como executivos, técnicos de nível superior, professores e pesquisadores.

O professor André Fischer, coordenador do Programa de Gestão de Pessoas da FIA, disse que a pesquisa foi feita principalmente no Sudeste. "Serviços financeiros, educacionais e de consultoria estão muito centrados em São Paulo, ou Rio", afirma o professor. O resultado: 76% demonstraram uma percepção positiva sobre a sua condição de teletrabalho na pandemia.

Fischer afirma que ainda não é possível ter certeza que a satisfação vai permanecer após a pandemia e o fim do isolamento social, mas acredita que o trabalho remoto se provou como viável para o público mais qualificado.

"Muitas das barreiras cognitivas que existem, como a resistência para atuar fora da empresa por acreditar que iria causar algum tipo de dificuldade, foram superadas. Ficou demonstrado que é possível exercer algum tipo de gestão sem estar necessariamente do lado do funcionário", disse.

Diante de impasse, Renda Brasil pode ficar de fora da proposta de Orçamento para 2021

BRÁSILIA O impasse dentro do governo sobre o formato e os valores do Renda Brasil, que deve substituir o atual Bolsa Família, pode levar o novo programa a ficar de fora da proposta orçamentária federal para 2021, cujo prazo de entrega ao Congresso termina nesta segunda-feira (31).

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido), no entanto, só tomará uma decisão no último momento, afirmam auxiliares. No fim de semana, ele pediu à equipe econômica que avaliasse mais uma vez se seria possível incluir o Renda Brasil no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual).

O assunto será discutido em reunião do presidente com o ministro da Economia, Paulo Guedes. No domingo (30), ministros palacianos ainda dizem que todas as opções estavam em aberto.

Interlocutores de Guedes, entretanto, afirmaram que a proposta que será enviada ao Congresso só trará os programas sociais que já existem. Não entrariam na conta o Renda Brasil ou a prorrogação do auxílio emergencial para o início do próximo ano.

Na semana passada, Bolsonaro recusou a proposta da equipe econômica de reduzir benefícios sociais para financiar o novo programa, que substituirá o Bolsa Família.

Para compensar o novo programa, que pode ter um custo anual de R\$ 20 bilhões aci-

ma do Bolsa Família, hoje em R\$ 32,5 bilhões, Guedes queria propor a extinção de assistências consideradas por ele ineficientes, como o abono salarial, o seguro-desemprego (pago a pescadores) e Farmácia Popular.

Em paralelo, o presidente se reunirá com líderes do Congresso e deve assinar nesta terça (1) medida provisória prorrogando até dezembro o auxílio emergencial.

Por enquanto, a tendência é que o valor de R\$ 600 seja reduzido para R\$ 300. Para evitar a ideia de descontinuidade, o presidente defende que o Renda Brasil seja também no valor de R\$ 300.

Em Goiás, no sábado, Bolsonaro afirmou que vai prorrogar o pagamento do auxílio emergencial até o fim deste ano, em um valor mensal menor que os atuais R\$ 600, mas maior que R\$ 200.

"Sabemos da necessidade desses que recebem o auxílio emergencial. E ele é pouco para quem recebe, mas muito para quem paga. Vocês gastam por mês R\$ 50 bilhões neste auxílio", afirmou.

Caso o programa não entre no texto enviado pelo Executivo, ele ainda pode ser incluído na fase de análise do PLOA ou em outras propostas.

O relator do Orçamento-2021, senador Márcio Bitar (MDB-AC), já estuda a possibilidade de incluir a criação do Renda Brasil em um substitutivo à PEC (Proposta de

Sabemos da necessidade desses que recebem o auxílio emergencial. E ele é pouco para quem recebe, mas muito para quem paga. Vocês gastam por mês R\$ 50 bilhões neste auxílio

Jair Bolsonaro presidente da República

Emenda à Constituição) do Pacto Federativo.

O texto trata da redistribuição de recursos entre União, estados e municípios e é visto como fundamental para equilibrar as contas públicas. A proposta conta com o apoio de senadores da base e da oposição, o que poderia facilitar os planos do governo.

A inclusão do Renda Brasil na proposta começou a ser discutida entre Bitar e Guedes há uma semana. Nesse período, o governo decidiu atrasar a entrega do projeto, por não chegar a um consenso quanto ao valor pago.

O governo vai tentar um acordo entre os ministros envolvidos com o tema e os líderes do Congresso na reunião de terça. O objetivo é fazer com que o projeto corra o menor risco de ser alterado ou derrubado em votação.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, reforçou que não há nada definido sobre a inclusão do novo programa à proposta de Orçamento.

Sobre detalhes do anúncio de prorrogação do auxílio emergencial, ele ponderou que a decisão tem que levar em conta o viés político, pois não adianta anunciar e não aprovar. "É uma nova maneira de fazer articulação".

Gustavo Uribe, Iara Lemos, Daniel Carvalho e Larissa Garcia

Poupança ou Tesouro Selic

Onde investir a reserva financeira com segurança, liquidez diária e baixo custo

Marcia Dessen

Planejadora financeira CFP ("Certified Financial Planner"), autora de "Finanças Pessoais: O Que Fazer com Meu Dinheiro"

Os títulos públicos, transacionados por intermédio do Tesouro Direto, são as aplicações mais seguras e baratas entre as alternativas disponíveis no mercado.

A maioria das instituições financeiras deixou de cobrar taxas, restando ao investidor pagar somente a taxa de custódia de 0,25% ao ano, cobrada pela B3.

Desde 1º/8/2020 o título Tesouro Selic é isento dessa taxa até o valor de R\$ 10 mil. Ela passou a ser cobrada somente sobre o valor excedente.

Exemplificando, uma aplicação de R\$5.000 ou R\$ 10 mil não paga nada. Uma aplicação de R\$ 20 mil, que antes pagava R\$ 50/ano, pagará R\$ 25, pois a taxa de 0,25% incide somente sobre R\$ 10 mil. Equivale a dizer que a taxa sobre o montante será de 0,125% (R\$ 25 ÷ R\$ 20 mil).

Um saldo de R\$ 50 mil pagará R\$ 100/ano, equivalente a uma taxa de custódia de 0,20% ao ano sobre o saldo total (R\$ 100 ÷ R\$ 50 mil).

Atenção: a taxa de custódia de 0,25% ao ano continua sendo cobrada nas aplicações em

outros títulos, como o Tesouro Prefixado e o Tesouro IPCA, qualquer que seja o valor.

Se compararmos a rentabilidade da poupança (70% da Selic, isenta de IR) com a do Tesouro Selic (100% da Selic, sujeito a IR), a poupança perde nas operações de pequeno valor, mesmo que o saque seja feito antes de seis meses.

Supondo a maior alíquota de IR (22,5%), enquanto a taxa Selic estiver no patamar de 2% ao ano, a rentabilidade líquida do investidor que mantém saldo de até R\$ 10 mil será me-

lhor no Tesouro Selic, 1,55% ao ano, ante 1,40% na poupança. Um saldo de R\$ 50 mil ganhará na poupança 1,40% ao ano e praticamente empata com o Tesouro Selic com remuneração líquida de 1,395% após pagamento de taxa (0,20%) e IR de 22,5%.

Para aplicações mais elevadas, sujeitas ao pagamento da taxa cheia de 0,25% ao ano, e se considerarmos a menor alíquota de IR (15%) nas operações de prazo superior a dois anos, o Tesouro Selic ganha, com ligeira vantagem sobre a poupança.

Para investir a reserva financeira, recursos que devem permanecer disponíveis para resgate a qualquer momento, sem risco de perda no saque ou resgate antecipado, são as melhores alternativas.

No quesito liquidez, Tesouro Selic leva vantagem porque remunera todos os dias decorridos na operação, diferentemente da poupança, cujo rendimento é creditado somente no dia do aniversário da conta. Significa dizer que, para ganhar o rendimento integral, o investidor deve realizar saques mensais, programados conforme a data da conta. Pode ter duas ou três contas para criar uma agenda de saques sem sacrificar parte dos rendimentos.

A hipótese de risco de perda com a marcação a mercado desse título é perto de zero. A única hipótese de isso acontecer seria o governo aumentar a rentabi-

lidade desse título para 110% da taxa Selic, por exemplo. O estoque, emitido a 100% da taxa Selic, perderia valor.

Nunca aconteceu, e creio ser pouco provável que aconteça. O governo muda a taxa Selic, mas não o percentual dessa taxa creditada aos credores.

Enquanto milhares de pessoas investem no Tesouro Direto, milhões preferem a poupança. A principal razão para permanecer na poupança parece ser falta de conhecimento, de informação.

Abriu uma conta em uma corretora parece ser uma barreira. Entender determinados conceitos, como "marcação a mercado", por exemplo, foge do alcance da maioria das pessoas que querem apenas "guardar" o seu dinheiro em um lugar que consideram seguro. A motivação não é rentabilidade, mas segurança.

marcia.dessen@gmail.com

| DOM. Samuel Pessoa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Pagamento instantâneo no formato do Pix existe em mais de 50 países

Levantamento não consegue acompanhar velocidade da inovação no sistema financeiro global

Tássia Kastner

SÃO PAULO As vésperas do lançamento, o Pix, sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central, tem uma coleção de irmãos espalhados pelo mundo e que podem servir de exemplo de como vai funcionar essa nova tecnologia no Brasil.

Dois dos mais citados por especialistas estão na Índia e no Reino Unido — o primeiro pela capacidade de incluir uma enorme população sem conta em banco, o segundo por ser considerado um sucesso de adesão, com grande volume de transações.

Cerca de 50 países têm ou planejam ter esse tipo de serviço, mas o número de adesões ainda não é preciso. É difícil monitorar os lançamentos, que ocorrem rapidamente, e também determinar com exatidão o que efetivamente é um pagamento instantâneo, uma vez que ainda não há um padrão.

O mapa que ilustra essa reportagem é baseado em um levantamento anual da empresa americana de software de pagamentos FIS concluído em setembro de 2019.

Recorrendo a uma definição técnica, um pagamento instantâneo é a transferência eletrônica de recursos financeiros entre duas contas e que não pode ser desfeita. A pessoa que enviou e a que recebeu são avisadas imediatamente, e o dinheiro tem que estar disponível para o receptor em poucos segundos.

É isso o que norteia o levantamento da empresa.

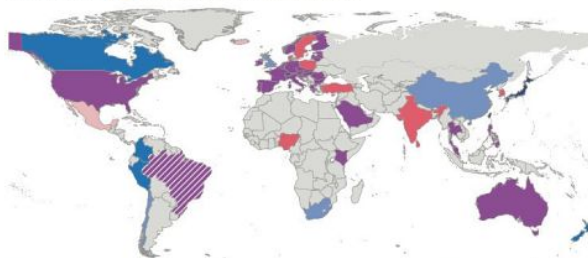
Masele desconsidera outros atributos que são considerados pelo mercado como parte importante de um sistema de pagamentos instantâneos moderno: precisa estar disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano, bem como ser aberto a todos que quiserem participar (além dos bancos).

Também é importante que não só a parte visível da operação financeira (o dinheiro sair de uma conta e cair em outra), mas a transferência efetiva entre instituições (chamada de compensação) deve ocorrer em poucos segundos.

Outro ponto considerado essencial é a identificação de usuários por dados simples, como telefone ou email, em vez de informar código do banco, agência, conta, CPF e nome completo.

Pagamento instantâneo no mundo

■ Lançamento: Antes de 2001, 2001 a 2005, 2006 a 2010, 2011 a 2015, 2016 a 2020
■ Em desenvolvimento: Canadá, Peru, Nova Zelândia e Colômbia



País	Ano	24/7	País	Ano	24/7
Austrália	2018	✓	Noruega	2019	✓
Bahrein	2015	✓	Filipinas	2018	✓
Brasil*	2020	✓	Polônia	2012	✓
Bulgária**	2019	✓	Coreia do Sul	2011	✓
Chile	2008	✗	Romênia	2018	✓
China	2010	✓	Arábia Saudita	2019	✓
Croácia**	2019	✓	Singapura	2014	✓
República Tcheca	2018	✓	África do Sul	2006	✓
Dinamarca	2014	✓	Sri Lanka	2013	✓
Europa - 20 países***	2017	✓	Suécia	2012	✓
Hong Kong	2018	✓	Suíça	1987	✗
Islândia****	2001	✗	Taiwan	1995	✓
Índia	2011	✓	Tailândia	2017	✓
Japão	1973	✓	Turquia	2012	✓
Quênia	2017	✓	Reino Unido	2008	✓
Malásia	2018	✓	Estados Unidos	2017	✓
México	2004	✓	Hungria	2020	✓
Nigéria	2011	✗			

*Levantamentos globais apontam outra plataforma, existente desde 2002. **Padrão europeu. ***Áustria, Bélgica, Chipre, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Mônaco, Holanda, Portugal, Eslovênia, Eslovênia e Espanha. ****Atualização prevista ainda para esse ano. Fonte: FIS

Essas características estão abarcadas no Pix, que iniciará operações em 16 de novembro.

Para o lado do usuário, também existem diferenças significativas no novo modo de pagamento. Os sistemas mais simples permitem apenas transferências entre pessoas.

Depois disso, começa uma graduação: pessoas para empresas, empresas para pesso-

as, entre empresas, pessoas para governos (e vice-versa), empresas para governos (e vice-versa), pagamentos no varejo físico e online por QR Code, caixas eletrônicos e até cobranças automáticas (a evolução do débito em conta).

No levantamento da FIS constava que o Brasil tem pagamento instantâneo desde 2002: o serviço citado era a transferência do tipo TED,

que funciona apenas em dias úteis, em horário limitado, com tempo de transferência que supera os 15 minutos e sem a compensação imediata entre instituições financeiras. Em contratações isoladas, pode custar mais de R\$ 20 por operação.

A Folha também atualizou os dados de países que em setembro do ano passado ainda estavam na fase de desenvolvi-

mento, mas entraram em operação de lá para cá. A reportagem tentou também outros levantamentos, mas a verdade é que especialistas descobriram que era um acompanhamento muito difícil de se fazer e simplesmente abandonaram a ideia de um estudo global sistemático.

Foi o que disse Michael Knetsch, diretor de negócios e especialista em produtos na área de pagamentos do Deutsche Bank.

Ainda assim, o mapa existente permite vislumbrar a transformação pela qual passa o sistema financeiro.

Para além do imediatismo em si, a adoção de pagamento instantâneo ajuda a reduzir a circulação de dinheiro em espécie, formaliza a economia, eleva a bancarização, ajuda na fiscalização, reduz custos com taxas (como as de cartões) e ainda a demanda por crédito (e, portanto, o gasto com juros).

Isso explica por que bancos centrais e governos ao redor de todo o mundo estão entre os principais fomentadores dessa inovação.

"O que aconteceu nos últimos anos é que reguladores e governos tomando a dianteira", afirma Marcello Mussi, sócio da Strategy&, braço de consultoria estratégica da PwC Brasil.

Ele calcula que cerca de 50 milhões de brasileiros não têm conta em banco ou podem ser considerados sub-bancarizados (com acesso precário a esses serviços).

Com a competição de outras instituições no mercado de pagamentos e a redução de custos, essas pessoas poderiam ser mais facilmente incluídas no sistema.

Um exemplo de catalisador da atuação do governo estão nos Estados Unidos. Segundo o relatório, existe um pagamento instantâneo lá, chamado de RTP, desde 2017. E ele segue os princípios de transferência e compensação em tempo real, todos os dias. Mas o acesso à câmara de compensação (a central unificada para que as transações aconteçam) é fechado.

Durante a pandemia, o governo americano descobriu — assim como o brasileiro — que uma fatia da população era desbancarizada e precisou fazer pagamentos de auxílio emergencial por cheques enviados pelo correio.

O resultado foi uma sinali-

zação do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) de que ele poderia acelerar o processo de adoção do FedNow, previsto para 2023, o que seria efetivamente um irmão do Pix brasileiro.

Um dos pontos enfatizados pelo Banco Central do Brasil é a obrigatoriedade de participação de instituições financeiras grandes e a abertura para competição com outros tipos de instituições que fazem transações, como as contas digitais de grandes varejistas.

A expectativa é que isso minimize os efeitos de uma baixa adesão e dificuldade de alcance de potenciais usuários. Oferecer o sistema como opção e não como obrigação faz com que exista baixa adesão em países como a Alemanha, onde o sistema financeiro (assim como nos Estados Unidos, guardadas as proporções dos países) é bastante pulverizado. De uma forma geral, na zona do euro a adesão é de 51% das instituições, segundo o relatório de 2019 da FIS.

Ainda assim, o Banco Central Europeu trabalha agora para fazer deslançar o TIPS, que permitiria pagamentos instantâneos entre todos os países do euro. Esse sistema também anda lentamente.

Por outro lado, a Índia é considerada um grande exemplo de sucesso. Lançou a primeira iniciativa enquadrada como pagamento instantâneo em 2011, mas atualizações colocam os serviços em um patamar mais próximo do que o BC brasileiro espera do Pix. Por lá, não é preciso conta alguma para receber o dinheiro. O número de telefone serve como identificação.

O lançamento do UPI (interface unificada de pagamentos) em 2016 padronizou QR-Codes de pagamentos e levou a essa solução instantânea de transferências e pagamentos em desenho no Brasil. Lá, as soluções são desenvolvidas por uma entidade criada para regular o mercado de bancos, o equivalente da Febraban no Brasil.

Nem mesmo a discussão de custos está pacificada. Aqui no Brasil, transferências entre pessoas terão que ser de graça (lembra da TED a R\$ 20 lá no começo da reportagem?), e o custo de R\$ 0,10 por cada 10 transações recebidas em outras modalidades de pagamentos.

Mas isso só é possível quando há concorrência entre instituições — o que passa pela obrigatoriedade de adesão. Por aqui, obrigados que são a aderir ao Pix, bancos e algumas instituições financeiras estão criando um pré-cadastro e até campanhas publicitárias para promover o sistema. Prevalece a percepção que, na dúvida, é melhor não perder o bonde da transformação.



Juliana Freire

A caótica fritura de Paulo Guedes

O doutor acreditou na própria lenda, mas é o presidente quem manda

Elio Gaspari

Journalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

O "Posto Ipiranga" entrou num humilhante processo de fritura. Felizmente, essa figura nunca existiu. Se existisse, o perigo seria enorme, pois é impossível fritar um posto de gasolina. Pode-se explodi-lo, mas o quarteirão vai junto.

Paulo Guedes como superministro foi uma invenção marqueteira, que jamais ficou em pé. O doutor acumulou poderes sem ter um projeto viável, acreditou na própria lenda, achou que estava chegando ao paraíso, confiou em velhos truques e em menos de dois anos deu-se conta de que é o presidente quem manda.

Quando Bolsonaro mandou ao lixo seu projeto para o Renda Brasil, deu-lhe uma lição: "Não posso tirar dos pobres para dar para paupérrimos". Na mosca, pois era isso que Guedes propunha, tirar recursos do abono que beneficia 23 milhões de pessoas com renda in-

ferior a dois salários mínimos para quem não tem nem isso.

Essa foi a boa notícia. A má é que Paulo Guedes vem sendo perseguido por outro fantasma marqueteiro, chamado "Pró-Brasil". Ele apareceu intitulado-se um "Plano Marshall" para o país. Era coisa de quem não sabia o que foi o plano de recuperação econômica da Europa depois da 2ª Guerra Mundial. Piorando, é também coisa de quem não sabe o que quer, além do elementar avanço sobre a bolsa da Viúva.

Nesse bloco brilha o ministro Rogério Marinho. Quando ele estava na ekipekonômica de Guedes, defendeu a taxaço compulsória das pessoas que recebem auxílio-desemprego. Não se tratava de tirar do pobre para dar ao paupérrimo, mas de tirar de quem está sem trabalho para reforçar a caixa do governo.

Promovido a ministro do Desenvolvimento Regional (e candidato ao Governo do Rio Grande do Norte), tornou-se um defensor da necessidade de investimentos "no capital humano e na infraestrutura". Nada mais sensato.

Marinho defendeu essa tese na tenebrosa reunião ministerial de 22 de abril. Amparou-se no exemplo da audaciosa e clarividente decisão do chanceler alemão Helmut Kohl para custear a reunificação do país no fim do século passado. (Nessa reunião, Jair Bolsonaro fritava seu ex-superministro Sergio Moro.) Marinho poderia ter prosseguido no exemplo alemão: Kohl foi apanhado num escândalo de arrecadação ilegal de dinheiro de campanha, perdeu o cargo, sua mulher matou-se e ele morreu no ostracismo, em 2017. Guedes acreditou em mui-

tas fantasias. Achou que o mercado lhe dava tanta força que podia advertir o presidente da República. No último dia 11 ele disse o seguinte: "Os conselheiros do presidente que estão aconselhando a pular a cerca e furar teto vão levar o presidente para uma zona de incerteza, uma zona sombria, uma zona de impeachment, de irresponsabilidade fiscal. E o presidente sabe disso e tem nos apoiado". Passaram-se 15 dias e tomou o troco. O "tem nos apoiado" era uma doce ilusão.

A turma que fritava Guedes apresenta-se como "ala dessemovimentista". Antes fosse. Passou o tempo e tudo voltou ao dia em que disseram ao marechal Castello Branco que se formava uma aliança contra o "inimigo comum". Ele perguntou quem seria esse inimigo e disseram-lhe que era ele. — Eu, não. É o Erário.

Recordar é viver

No século passado, quando o presidente José Sarney fez o Plano Cruzado e pareceu ter acabado com a inflação, o empresário Dilson Funaro tornou-se o ministro da Fazenda mais popular de todos os tempos.

O Cruzado fazia água e falava-se que o ministro popular poderia deixar o governo. No Planalto repetia-se que Funaro só sairia se quisesse.

Um dos ministros mais poderosos do governo avisava: "Ele vai sair, mas só depois de termos quebrado todos os seus ossinhos".

Desossado, ele saiu em abril de 1987.

Como salvar uma escola

As coisas boas também acontecem. Com a pandemia e a recessão, milhares de colégios particulares estão lutando pela vida.

Em julho, a Escola Espaço Ratimbum, de Morungaba, pequena cidade próxima a Campinas, parecia condenada. Sua fundadora, Viviane Catapani, foi buscar ajuda na comunidade. Aos empresários pediu que adotassem alunos com bolsas de estudo. Ao país das crianças ofereceu descontos a quem pudesse adiantar as mensalidades.

Dono de uma fazenda na região, o empresário Fernando Caramaschi ajudou a mobilização da professora e em menos de dois meses a comunidade salvou a escola. Seis mães de alunas, o dono do posto Shell e pessoas ligadas às empresas Alpina Têxtil e Agropecuária Purininha salvaram a Ratimbum. A escola recebeu R\$ 17 mil, e tem apalavrados outros R\$ 41 mil. Dos 52 alunos do colégio, dez terão bolsas de estudo.

Biden pelado

Donald Trump passou quatro anos apanhando. No seu discurso aos republicanos, começou a atrair em Joseph Biden e candidato americano virará vidraça nos próximos meses.

Novesfora as trapalhadas de seu filho, a turma que lhe dava segurança quando era vice-presidente conta que o ilustre

sexagenário tinha o hábito de tomar banho de piscina nu.

Os agentes do Serviço Secreto que protegem o presidente americano e seu vice adoraram os republicanos, santificam Ronald Reagan, detestam Jimmy Carter e odeiam Hillary Clinton. Mesmo assim, não falam mal de Barack e Michelle Obama (codinomes "Renegado" e "Renascença"). Ela fazia questão de ser chamada pelo primeiro nome.

Wassefe e a JBS

Quem conhece o valor dos honorários de advogados acha que os R\$ 9,8 milhões que a JBS pagou ao advogado Frederick Wassefe podem até ser razoáveis, desde que estejam vinculados ao êxito nos litígios.

Nos próximos dias o procurador-geral Augusto Aras saberá quais eram os exitosos caminhos de Wassefe.

Ressaca

Em uma semana a polícia, o Ministério Público e o Superior Tribunal de Justiça mostraram o tamanho de embustes que estavam embutidos na onda moralista de 2018.

A polícia acusa a deputada Flordeelis de ter mandado matar o marido-pastor Anderson do Carmo. O Ministério Público acusou o pastor Everaldo de ter avançado sobre recursos destinados a combater a pandemia, e o ministro Benedito Gonçalves mandou o para a cadeia.

O mesmo ministro afastou o ex-juiz Wilson Witzel do Governo do Rio. Eleito em nome da moralidade num estado que teve cinco governadores encarcerados, Witzel dificilmente voltará ao Palácio Guanabara. Benedito Gonçalves poderia ter dado um toque de humor à sua decisão exigindo que o doutor usasse a ridícula faixa azul que mandou confeccionar no dia de sua posse.

Numa trapazé da História, no dia em que o Senado afastou a presidente Dilma Rousseff, o pastor Everaldo batizou nas águas do rio Jordão o deputado Jair Bolsonaro. Além do que seria a fé, Bolsonaro e Everaldo conviveram no Partido Social Cristão, presidido pelo pastor.

Fiscal em SP vai à Justiça contra delator que a chamou de 'rainha da corrupção'

Alvo de ação sob suspeita de improbidade, Ideli Ferrari diz que apelido trouxe prejuízo social e moral

José Marques

SÃO PAULO Uma funcionária aposentada do Governo de São Paulo, alvo de uma ação civil sob suspeita de enriquecimento ilícito, entrou na Justiça para questionar o motivo de ter sido chamada de "rainha da corrupção" em uma delação premiada.

A defesa dela sugere, no pedido de explicações, que irá buscar uma reparação por danos morais do delator que a mencionou em seu acordo.

Ideli Dalva Ferrari, que era fiscal de rendas da Secretaria da Fazenda e se aposentou em 2016, é acusada pelo Ministério Público de São Paulo de improbidade em uma ação civil apresentada em 2018 pelo promotor Marcelo Milani.

Embora Ideli tivesse uma remuneração de aproximadamente R\$ 13 mil antes da aposentadoria, a Promotoria afirma que ela e familiares compraram 44 imóveis e movimentaram R\$ 10 milhões, sem comprovar a origem do dinheiro. Parte das transações usou dinheiro em espécie.

"Ao que se apurou, [Ideli] é proprietária formal de diversos imóveis, possui diversas empresas em seu nome e de sua família, possui seguro em elevado valor, movimentou altas quantias em espécie, bem como realiza diversos aportes em aplicações, o que caracterizou enriquecimento ilícito", diz o Ministério Público.

"A enorme quantidade de documentos acostados no inquérito civil permite a conclusão de que a agente pública Ideli Dalva Ferrari apresentou acréscimo patrimonial não justificado, ostentando bens e gastos de valores desproporcionais à evolução dos rendimentos auferidos no exercício do cargo público."

A ação corre sob sigilo na Justiça de São Paulo e ainda não há uma sentença sobre o caso. Segundo a defesa da fiscal aposentada, o processo está em fase de recebimento pela Justiça.

Uma decisão judicial chegou a bloquear a aposentadoria de Ideli, mas um desembargador do Tribunal de Justiça autorizou que ela voltasse a receber

os pagamentos.

Além dessa ação civil, Ideli foi mencionada na delação de Ananias José do Nascimento, um ex-agente fiscal de rendas envolvido na máfia do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) — esquema de pagamentos de propinas de empresas a agentes públicos para evitar cobranças tributárias.

Segundo Ananias, Ideli era conhecida como "rainha da corrupção" na Secretaria da Fazenda. O depoimento não dá mais detalhes sobre o assunto e também não é usado na ação civil contra a fiscal aposentada.

No entanto, a alcunha passou a ser usada em reportagens que mencionavam as suspeitas sobre ela.

Em maio, ela entrou com a ação contra Ananias na Justiça. Pede explicações sobre o apelido, diz que ele criou a alcunha para "colocar em dúvida" sua idoneidade e "causar-lhe todo tipo de embaraço e constrangimento".

"A atribuição do título induz a crer que a interpelante

estaria envolvida em condutas irregulares e, assevera-se inverídica, leviana e absurda", afirmam seus advogados, André Marsiglia e Lourival José dos Santos, acrescentando que a conduta se enquadraria em artigos do Código Civil sobre dano moral e necessidade de reparação.

Os advogados dizem que Ideli trabalhou por 35 anos na Secretaria da Fazenda de São Paulo de forma legítima, manteve "atuação irretocável" e não se envolveu em ilícito.

"Sendo inquestionáveis as consequências sociais e morais decorrentes da alcunha/apelido que lhe foi atribuída, faz-se necessário que o interpelado explique-se."

Em primeira instância, no entanto, a ação foi negada pela juíza Caren Cristina Fernandes de Oliveira sob o argumento de que aquele instrumento processual (chamado interpelação) não era o meio adequado de se obter o esclarecimento que solicitava.

A defesa recorreu, e o processo foi distribuído em agosto para a 8ª Câmara de Direito

“A atribuição do título [rainha da corrupção] induz a crer que a interpelante estaria envolvida em condutas irregulares e, assevera-se inverídica, leviana e absurda”

André Marsiglia e Lourival José dos Santos advogados de Ideli Dalva Ferrari

Privado do Tribunal de Justiça. Procurado, o advogado de Ananias, Sérgio Badaró, afirma que não irá comentar o caso porque a delação de seu cliente tem cláusula de confidencialidade.

A defesa de Ideli Ferrari na ação de improbidade é comandada por outro advogado, Aristides Zacarelli Neto. Procurado, ele afirma que sua cliente nega peremptoriamente todas as acusações.

"A ação civil pública é inepta e repleta de equívocos", diz ele, acrescentando que o próprio Ministério Público de São Paulo pediu arquivamento de um inquérito criminal sobre Ideli.

Ideli atualmente tem 69 anos e recebeu em julho, segundo o Portal da Transparência do Governo de São Paulo, cerca de R\$ 11 mil líquidos. Ela mantém um site com dicas sobre finanças de pequenas empresas.

Segundo o site G1, além de ser alvo de processo em São Paulo, Ideli também é investigada em Portugal.

A funcionária aposentada não é o único caso suspeito nos últimos anos que envolve funcionários da Secretaria da Fazenda de São Paulo. Além da máfia do ICMS, cuja operação de combate ao esquema foi deflagrada em 2015, em 2019 o ex-corregedor de fiscalização tributária chegou a ser preso e virou réu sob suspeita de lavagem de dinheiro. Ele sempre negou ter cometido irregularidades.

mercado **coronavírus**

Pandemia distorce custos da indústria e cria ambiente para alta da inflação

Empresas dos mais diversos setores se queixam de escassez ou reajustes excessivos de insumos

Thais Carranço

SÃO PAULO Não bastasse a pandemia do coronavírus ter derubado a demanda e, por consequência, a produção das empresas, agora a indústria sofre com uma alta de até 35% dos insumos utilizados no processo produtivo, além da escassez de alguns suprimentos. Por enquanto, as empresas estão absorvendo a maior parte desse impacto, reduzindo margens que já vinham pressionadas por causa da crise da Covid-19. Há, porém, o temor de que, em algum momento, com o crescimento da demanda, esse aumento de custos seja repassado ao consumidor, pressionando a inflação. Alta do dólar, queda da produção de insumos devido à pandemia, retomada da produção industrial mais rápida do que o esperado e aumento das exportações em decorrência do câmbio favorável e do reaquecimento da demanda em países onde a doença já arrefeceu estão entre os fatores que explicam esse desequilíbrio entre oferta e demanda na produção, segundo as indústrias afetadas.

“Temos um grupo de empresas e compramos ajo juntos. Identificamos que há uma falta de produto no mercado”, diz Homero Dornelles, consultor especialista no mercado de aço, que trabalha com 18 fabricantes de máquinas e equipamentos de grande e médio porte, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. “Das cotações que fizemos em agosto, recebemos resposta para somente 31% dos pedidos. Mais empresas não responderam porque não tinham disponibilidade de material.” Segundo Dornelles, como resultado dessa falta de produto, os preços do aço nos distribuidores acumulam alta de até 35% de julho a setembro — e há um novo reajuste esperado para outubro. Para o consultor, a crise da Covid-19 desequilibrou o mercado.

“Com a queda da demanda no início da pandemia, as usinas abafaram seis alto-fornos entre abril e maio, reduzindo a produção nacional em cerca de 40%”, afirma.

Nesse meio-tempo, as usinas venderam seus estoques, consumidos por setores como construção civil e máquinas agrícolas, que retomaram atividades mais cedo.

Além disso, diz Dornelles, a diminuição de embarques na China em fevereiro e março provocou desabastecimento em muitos mercados, e o Brasil aumentou exportações para atendê-los.

O dólar alto também inviabilizou importações, contribuindo para a menor oferta de aço no mercado interno, nesse momento em que o restante da indústria retoma produção.

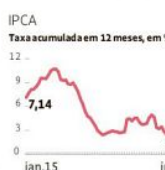
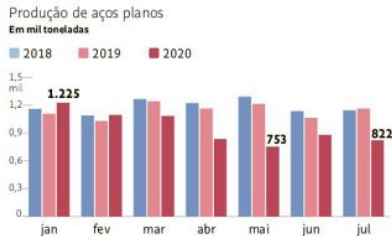
“Isso vai ter efeito no cumprimento dos prazos de entrega das empresas, com potencial cobrança de multas e geração de inadimplência”, diz o consultor. “Trabalhar nesse campo de incerteza, quando os aços representam para máquinas e equipamentos de 35% a 60% da matéria-prima, somado à insegurança de preço, está levando a um desarrajo no mercado.”

Para José Velloso, presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), as indústrias vivem uma situação quase “kaifiana”. “O setor de máquinas está longe de estar utilizando toda a sua capacidade produtiva, o setor de aço também, mas os preços subiram, mesmo no país sem inflação.”

O Instituto Aço Brasil, representante das usinas, diz que o setor tem plena capacidade de atender a demanda e que prioriza o atendimento ao mercado interno.

“A retomada da atividade econômica vem sendo mais rápida do que o esperado, o que é bom para o país. No ápice da pandemia, o setor che-

Alta de preços dos insumos está represada no atacado



Índice de Preços ao Consumidor Amplo

Taxa oficial de inflação do país, medida pelo IBGE. Mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos

Fontes: Instituto Aço Brasil, IBGE e FGV

Índice Geral de Preços do Mercado

Calculado pela FGV, é muito usado em contratos, como o de aluguel. É composto pelos índices de Preços ao Produtor Amplo (PPA), de Preços ao Consumidor (IPC) e Nacional do Custo da Construção (NCC)

gou a operar com ociosidade de mais de 50% de sua capacidade instalada. Tão logo os setores consumidores voltaram a apresentar seus pedidos, as usinas, prontamente, religaram seus alto-fornos e estão operando normalmente”, argumenta o instituto.

Outro setor que enfrenta falta de insumos e aumento de preços são os transformadores de plásticos.

“Há um problema de oferta de PVC, polipropileno e polietileno”, relata José Ricardo de Souza Coelho, presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico).

Segundo o representante da indústria, no segmento de PVC, os reajustes chegam a su-

perar 30% nos últimos meses.

A DVG Plásticos, fabricante de tubos, conexões, telhas e placas de PVC, por exemplo, informou em meados de agosto um reajuste de 10% em todos os seus produtos e limitação de compra por clientes. Segundo informou a empresa, em comunicado a clientes, a resina plástica teve aumento acima de 50% até agosto, e novo reajuste já é esperado para o mês de setembro.

Já a Corr Plastik, também de tubos e conexões, anunciou reajuste de 20% nos seus preços e alertou para o risco de parada de produção. “Estamos enfrentando sérias dificuldades para conseguir nos manter em mínimas condi-

ções operacionais em nossas unidades, e os riscos de paradas por falta de insumo estão cada vez mais iminentes”, informou a empresa a clientes. Segundo a Braskem, maior fornecedora de resinas plásticas do país, o problema em PVC se deve a uma suboferta no mercado internacional e também ao apetite chinês com a retomada, num mercado que é atendido em um terço por importação.

Já em polipropileno, a empresa diz que houve um retorno muito rápido da atividade industrial, com pedidos nos últimos meses maiores do que a média do ano passado, mas que está dando conta de atendê-los, embora a preços mais altos devido à cotação internacional.

As dificuldades de suprimento afetam também indústrias que atendem o consumidor final.

No setor de bicicletas, a Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetes, Bicicletas e Similares) alertou em meados de agosto para um gargalo da produção, em meio a aumento da demanda global, devido à falta de peças.

“Há um grande descompasso entre a oferta de peças dos maiores fornecedores, que estão localizados principalmente na Ásia, e o aumento da procura por bicicletas no mundo inteiro”, diz Cyro Gazola, vice-presidente do Segmento de Bicicletas da Abraciclo.

“Muitos fornecedores de componentes estão trabalhando com algo entre 120% e 130% da sua capacidade, mas, mesmo assim, não conseguem dar conta da demanda da indústria.” Em eletroeletrônicos, a falta de componentes vindos da China enfrentada em fevereiro não se repetiu nos meses seguintes. Mas o setor ainda convive com uma alta de 30% a 40% no preço dos insumos importados.

“Tivemos dois problemas simultâneos, a desvalorização do real do ano passado para este, num setor com 70% de insumos importados, e a redução dos voos, que levou a uma alta de preços do frete de cerca de 200%”, diz Humberto Barbato, presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica).

No setor têxtil, com safra recorde de algodão, também não há falta de insumo. Mas os custos estão em alta, devido ao câmbio favorável à exportação da matéria-prima e às cotações internacionais pressionadas pela volta da atividade em regiões onde a pandemia já arrefeceu, afirma Fernando Pimentel, da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção).

“Nos últimos 20 dias, o algodão subiu 20% a 25%”, diz Pimentel. “No mercado interno, não há espaço para fazer repasse de preços, dado o mercado consumidor reagindo, mas ainda empobrecido.”

Esse descolamento entre a alta de custos enfrentada pelos fabricantes e os preços aos consumidores fica evidente quando se observam dois dos principais índices de inflação do país.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), taxa oficial de inflação medida pelo IBGE e que mensura a variação de preços para famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos, acumula alta de 2,31% em 12 meses até julho.

Enquanto isso, o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), medido pela FGV e composto em 60% pelos preços do atacado, bateu 13,02% em 12 meses até agosto, sob impacto da alta global das commodities com a recuperação econômica e a desvalorização cambial.

Para André Braz, coordenador de índices de preço do Ibrpe-FGV, o repasse de preços do atacado para os consumidores pode ganhar força em 2021, com a recuperação da atividade econômica.

“A medida que o desemprego começar a diminuir, isso pode facilitar o repasse de preços”, diz Braz. “É questionável que há um represamento de custos”, afirma.

Ele pondera, porém, que a situação fiscal do governo deve impedir uma alta maior da inflação no próximo ano, já que ela contribui para que demanda permaneça reprimida.

Sem trabalho, moradores de periferias temem fim do auxílio

Ana Beatriz Felício e Lucas Velloso

CARAPICUÍBA E SÃO PAULO | AGÊNCIA MURAL Na casa de Alenice Maria Tigre, 40, e Gezuino de Abreu Tigre, 46, o dinheiro do auxílio emergencial tem sido a única fonte de renda garantida.

O casal de autônomos vive com o filho de três anos em uma casa na comunidade da Travessa Bootes, no Novo Horizonte, bairro de Carapicuíba, na Grande São Paulo.

Gezuino é jardineiro e conserta máquinas; Alenice, diarista e cabeleireira. Para eles, o futuro a curto prazo sem repasse dos R\$ 600 é fonte de preocupação, já que ambos ainda não conseguiram voltar a trabalhar como antes da pandemia.

“Temos medo de perder o auxílio, porque não estamos trabalhando. Por enquanto a gente está dependendo dele”, diz ela. “Quando aparece um bico, a gente faz. Mas apenas bico.”

O casal e outros 66 milhões de trabalhadores informais que contam com o benefício acompanham, de longe e com apreensão, as indefinições sobre a prorrogação e o valor do auxílio emergencial e a piora no mercado de trabalho.

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes (Economia) e lideranças do Congresso não che-



Elvis da Silva, que não teve o auxílio emergencial negado e vende máscaras em Itaquera (zona leste de SP) | Everton Pires / Agência Mural

66 milhões

de trabalhadores informais e desempregados recebem o auxílio emergencial de R\$ 600 do governo

gama um consenso, o desemprego segue aumentando. Na sexta-feira (27), a Pnad-Covid, pesquisa do IBGE que busca dimensionar a situação do trabalho no país durante a pandemia, indicou que o desemprego avançou em 11 estados no

segundo trimestre deste ano. Já são 12,8 milhões de desempregados que buscam trabalho e não encontram. Outros 5,7 milhões são qualificados como desalentados, que não buscam emprego porque acreditam que não vão

encontrá-lo. Na avaliação de especialistas, o governo não tem margem para suspender o auxílio emergencial agora, e a leitura é que os próprios técnicos que analisam o benefício constataram sua importân-

cia há algum tempo.

Um estudo da SPE (Secretaria de Política Econômica), divulgado em julho pelo Ministério da Economia, apontou que o auxílio emergencial de R\$ 600 foi a principal fonte de renda de 93% dos domicílios mais pobres do país e conseguiu elevar o padrão de vida em 23 milhões de residências.

O texto do levantamento diz que o benefício teve um impacto significativo entre os domicílios de baixa renda per capita, onde os efeitos da pandemia da Covid-19 foram mais graves.

Os próprios beneficiários afirmam que os R\$ 600, mesmo não suprindo todas as necessidades, se tornaram essenciais para que possam resistir à crise, que ainda não chegou ao fim para muitos e está apenas no começo para outros.

Mariana de Oliveira Menezes, 23, por exemplo, perdeu o emprego, em abril, na secretaria da universidade onde atuava. Moradora do Grajaú, na zona sul de São Paulo, não encontra oportunidades na sua área de atuação e recorreu ao auxílio emergencial para arcar com suas responsabilidades financeiras.

“Seicentos reais não dão conta de tudo, mas não saber se o auxílio vai ter continuidade ou não é ainda mais desesperador”, diz.

Continua na pág. A16

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

paineis@grupofolha.com.br

Novo normal

As convenções partidárias começam nesta segunda (31), mas diferentemente de 2018, a eleição deste ano não traz a forte onda de interesse dos empresários na política. Além da menor atração que o nível municipal gera no setor privado, os grandes expoentes desse movimento vão na contramão: Salim Mattar saiu da secretaria de privatização reclamando do establishment, Carlos Wizard durou pouco no Ministério da Saúde e João Amoêdo deixou a presidência do Novo.

TEMPO Quando Roberto Setubal disse em evento do Itaú em 2017 que "política é para políticos", seu ceticismo tirou risos da plateia naquele momento de engajamento político. Hoje, há mais cautela. Flávio Rocha (Riachuelo), que foi pré-candidato em 2018 e defendia que o empresário "saísse da moita" disse ao Painel S.A. na semana passada que "fico perigoso" se expressar.

URNA O professor de estratégia empresarial Rodrigo Bandeira de Mello (Girard School of Business, Merrimack College, EUA) diz que a tendência é antiga no mundo, mas vem mudando com a polarização e as redes sociais. Tem até nome em inglês, "personal service", mas além de servir o país, o empresário que entra na política extrai benefícios.

BASTIDOR A participação política dá ao empresário acesso a informação e aos tomadores de decisão do governo, além de prestígio, legitimidade, oportunidade de ter voz e influência na política pública, segundo Bandeira de Mello.

ESTRATÉGIA O mercado de capitais também reconhece vantagem na iniciativa. Segundo o professor, estudo da década passada aponta alta no valor de Bolsa das ações das companhias quando anunciam a chegada de um de seus dirigentes a algum nível de governo.

TELA "Esses estudos não consideram a polarização atual, nos EUA ou no Brasil. Discursos agressivos de ambos os lados ampliam seus efeitos nas redes sociais. O investidor valorizava a estratégia política da empresa, que visa influenciar o cenário", diz o professor.

BLÓQUEAR Segundo ele, no novo contexto, outros participantes, como consumidores, público em geral, fornecedores e influenciadores, passam a ser valorizados, porque pode haver reação negativa.

LENTE Para o professor, o risco político das companhias mudou. "Antes risco era se a empresa vai ser expropriada na Venezuela, por exemplo. Hoje, pode acontecer por grupo ou até uma pessoa com celular na mão, que filma alguém sendo expulso do avião", diz.

PNEU Paradas desde março, quando as escolas fecharam por causa da pandemia, as empresas de ônibus escolares dos EUA agora recebem a reabertura. É o prenúncio do que pode acontecer por aqui.

MARCA Além da preocupação com a demanda após a demissão de parte dos motoristas, há receio com a alta no custo provocada pelas medidas de higiene e pela necessidade de colocar mais veículos nas ruas para garantir distanciamento entre os alunos.

PASSO Os trabalhadores ficaram satisfeitos com a aprovação da mudança nas regras para recuperação e falência de empresas aprovada na Câmara na semana passada. O texto, que segue para o Senado, permite que as dívidas trabalhistas sejam negociadas também nas recuperações extrajudiciais, após aval do sindicato.

LUPA Segundo Ricardo Patih, da UGT, a medida viabiliza a sobrevivência de negócios em dificuldade e surpreende ao valorizar a negociação coletiva, que vinha sendo deixada de lado pelo governo. Para a Força Sindical, o projeto permitirá aos sindicatos conhecer a situação real das empresas na hora de negociar.

MALA Devagar, a taxa de ocupação nos hotéis no Brasil vai subindo, mas ainda é baixa e discrepante nas diferentes redes. Enquanto a gigante Accor registra taxas entre 10% e 20%, redes menores, como a GJP, que tem dez hotéis e iniciou a retomada em julho, diz ter alcançado 75% das vendas do mesmo período de 2019.

DIÁRIA Pelos dados do Fohb (fórum de operadores hoteleiros), a ocupação do setor atingiu quase 14% em julho, segundo o indicador que considera os estabelecimentos ainda fechados. Fica bem abaixo dos 60,5% de julho de 2019.

VIDA LONGA Na esteira da pandemia, a escola de negócios Fundação Dom Cabral vai lançar em setembro um projeto para promover pesquisas sobre longevidade. Na FGV, também em setembro, vai sair um projeto para propor um modelo renovado de estudo de ética nas escolas de medicina.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

A HORA DO CAFÉ | Fabiane Langona



Sem trabalho, moradores de periferias temem fim do auxílio

Continuação da pág. A15

Mariana vive com os pais e um irmão. Paratentar manter a renda, abriu um brechó de roupas online e planeja com a família investir em um delivery de lanches na região do Grajá. "Tento dar meus 'pulos' para não ter que depender só do auxílio ou esperar por uma oportunidade de emprego que não sei quando vai surgir. Eu tenho procurado algo na minha área, mas, infelizmente, não tem dado certo."

O destino dos R\$ 600 foi tema de uma das pesquisas feitas pelo Instituto Data Favela, parceria do Instituto Locumática com a Cufa (Central Única das Favelas). A compra de alimentos foi o principal uso do valor, com 95%. Na sequência, aparecem os produtos de higiene (91%), limpeza (90%), pagamento de contas básicas (85%) e remédios (77%).

Mas o estudo também apurou que 56% dos moradores de favelas brasileiras que receberam o auxílio emergencial compartilharam o recurso com familiares e amigos que precisavam de ajuda.

Morador de Sapopemba, na zona leste da capital, Robson Aparecido, 37, ficou desempregado na pandemia e passou a ser motorista de aplicativos para sustentar as três filhas e a esposa. Mas a fonte



A diarista e cabeleireira Alenice Maria Tigre, que vive de bicos com o marido em Carapicuíba, na Grande São Paulo. Divulgação/Arquivo pessoal

“Temos medo de perder o auxílio, porque não estamos trabalhando. Quando aparece um bico, a gente faz. Mas apenas bico”

Alenice Maria Tigre
Diarista e cabeleireira

de renda garantida da família hoje é o auxílio emergencial. "Esse dinheiro tem sido a única certeza em casa para quitar dívidas que não param de chegar", afirma Aparecido.

Apesar da situação em que vive, o valor conseguido por ele foi compartilhado entre parentes, que também estavam sem emprego e precisavam de ajuda. "Acabei dividindo o valor com meus irmãos que não conseguiram pegar auxílio e, assim, a gente passou esses meses tendo o que comer na mesa."

O vendedor Iralo Almeida, 24, fazia faculdade de administração e trabalhava como garçom

até a pandemia. Demitido e sem condições de manter o curso, conseguiu o benefício.

No entanto, o valor não é suficiente para manter ele e a mãe, que deixou de ter renda. Diarista com 65 anos, ela atuava em casas no centro da capital, mas o isolamento fez com que fosse dispensada.

Para tentar alguma renda, ela começou a vender salgadinhos na garagem de casa e ele passou a comercializar máscaras. Agora, de segunda a sábado, ocupa um dos portões de um mercado em Guaianas, no extremo leste, e oferece máscaras de pano para quem passa pelo local.

"Aqui é uma por R\$ 5 e três saem por R\$ 10. Não consigo muita grana não, mas é alguma coisa que complementa outras coisas que surgem e a gente vai levando", afirma Iralo.

"Se está ruim com o auxílio, imagina sem. Não foi só minha família que pegou fila por esse valor, mas muita gente. Acho que o governo não entendeu que a gente está precisando."

Nem todos os informais e desempregados, no entanto, conseguiram acesso ao benefício. Em Itaquera, na zona leste, Elvis da Silva, 27, não teve o cadastro aprovado e segue tendo como única fonte de renda a venda de máscaras na região central do bairro.



Marcos Corrêa/Divulgação Presidência

PRESIDENTE JAIR BOLSONARO É CERCADO POR ADMIRADORES EM GOIÁS

Na inauguração de uma usina fotovoltaica em Caldas Novas, no sábado (29), ele disse que o auxílio emergencial é "pouco para quem recebe, mas muito para quem paga" e ficará abaixo de R\$ 600 quando for prorrogado

Governo amplia lista de atividades que podem funcionar domingo sem acordo com sindicato

SÃO PAULO O governo ampliou de 78 para 91 os ramos da atividade que podem funcionar aos domingos e feriados no país.

A medida, que exige as empresas desses setores de negociar com sindicatos o trabalho nos dias tradicionalmente de folga, foi comemorada pela Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

A decisão foi publicada em portaria (nº 19.809/2020) no Diário Oficial da União nesta sexta-feira (28), assinada pelo secretário Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal. A medida atualiza outra portaria (nº 604/2019), publicada em abril do ano passado.

Na indústria, foram incluídos na possibilidade de trabalho aos domingos e feriados o setor de alumínio; as oficinas em usinas de açúcar e álcool; o beneficiamento de grãos e cereais; a indústria de equipamentos médicos, odontológicos, hospitalares e de laboratórios; além da indústria de carnes e derivados.

No comércio, entraram na lista atacadistas e distribuidores de produtos industrializados, lavanderias e lavanderias hospitalares.

Na agricultura, agora podem trabalhar aos domingos e feriados funcionários envolvidos na cultura de grãos, cereais e

ALGUNS SEGMENTOS AFETADOS

Serviços de canais digitais, áreas de tecnologia, segurança e administração patrimonial, atividades bancárias excepcionais, academias, salões de beleza, locação de veículos, áreas de exposições em shoppings e aeroportos, oficinas em usinas de açúcar e álcool, carnes e derivados, atacadistas e distribuidores de itens industrializados, lavanderias

cana de açúcar —antes, a regra só valia para hortaliças, legumes, frutas e agropecuária.

Em serviços, a lista passa a incluir atividades como teleatendimento e telemarketing, SACs (serviços de atendimento ao consumidor) e ouvidorias, serviços de canais digitais e suporte a esses canais, áreas de tecnologia, segurança e administração patrimonial.

No setor financeiro, são contempladas as atividades bancárias de caráter excepcional ou eventual e em áreas de funcionamento "diferenciado", como exposições, shopping centers, aeroportos e terminais de transporte.

Também entraram na lista as atividades consideradas essenciais pelo governo federal durante o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia de Covid-19. Entre elas, estão academias de esporte, salões de beleza e barbearias, construção civil, locação de veículos, distribuição de gás, entre outras.

A publicação da portaria foi comemorada pela Fiesp em grupos de WhatsApp, com um banner que dizia "Pleito Fiesp Ciesp atendido".

A diretora executiva jurídica da Fiesp, Luciana Nunes Freire, diz que não se trata de um pleito apenas da entidade, mas de várias federações do setor privado.

Elle lembra que a MP (medida provisória) 905/2019, que criava o contrato de trabalho Verde e Amarelo para jovens, também regulamentava o trabalho a domingo. A MP, no entanto, caducou em abril e, desde então, a federação tem reivindicado a volta da discussão sobre o tema no Congresso e Executivo.

"Alguns setores industriais, como beneficiamento de grãos, a parte de carnes e frigoríficos não estavam contemplados na portaria anterior, então o trabalho aos domingos só poderia ocorrer mediante negociação com o sindicato", diz Luciana.

"Nesse momento de calamidade pública, de pandemia, precisamos de mais agilidade, de uma autorização legal para que se pudesse trabalhar aos domingos. Negociar isso com o sindicato leva tempo, então a medida mais rápida era a reedição da portaria", avalia.

A secretaria especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, responsável pela elaboração da portaria, informou que a norma teve como objetivo liberar atividade aos domingos para setores considerados essenciais.

Uma fonte da pasta afirmou que a Fiesp fez demandas pontuais sobre o tema, mas ponderou que o critério foi a essencialidade das atividades.

Brasil, o buracão do futuro

Baderna no Ambiente e no Renda Brasil são sintomas de que país afunda na vala

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

O vice-presidente Hamilton Mourão disse, em outras palavras, que o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) mente ou é incapaz de ler uma planilha do governo. É mais um sintoma da baderna do governo e um exemplo da mixórdia orçamentária, que vão levando o país para o buraco.

Na sexta-feira (28), Salles anuncia o cancelamento dos trabalhos restantes de combate à destruição da Amazônia. Teria sido informado pelo Ministério da Economia de que os ministros-gerais do Pla-

nalto haviam decidido que ele perderia a verba para apagar incêndios. Mourão disse que não era nada disso, que o ministro criaria caso à toa e que mandara Salles pensar no que havia feito, não se sabe se ajoelhando no milho.

Essa turumbamba se deve a uma disputa por R\$ 60,7 milhões, a verba que, sabe-se lá, teria sido tirada do Meio Ambiente. Esse dinheiro equivale a 0,004% do Orçamento de R\$ 1,48 trilhão do governo federal (excluídos os gastos extraordinários com a pandemia).

Salles foi uma brasinha soprada pelo esquecido Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo. Um dia expoente do Partido Novo, o ministro espalhou-se como um incêndio no Ambiente de Jair Bolsonaro. Gerais do Planalto e Mourão, que tutela Salles desde janeiro, querem apagar o fogo dele.

O motivo fundamental da confusão nem é esse. O sururu se deve à falta geral de dinheiro e do desejo de Jair Bolsonaro de criar um Bssm Família Verde. Amarco. Absim indicou Mourão, ao tentar explicar de

onde teria saído a ideia de que houvesse corte no Ambiente. "O governo está buscando recursos para poder pagar o auxílio emergencial, é isso que eu estou chegando à conclusão", disse o vice-presidente.

Foi o segundo pito ministerial da semana. Bolsonaro passara um sabão público em Paulo Guedes por causa do Renda Brasil. Também na sexta, o ministro da Economia disse, meio brincando, que a bronca bolsonariana foi "um carrinho", jogada perigosa, quase "dentro da área" (se fosse pênalti,

era cartão vermelho?).

Em suma, não há dinheiro para bancar políticas públicas, caso existissem, ou para a política assistencial de Bolsonaro. Todo o mundo deve se lembrar daquelas cenas de estradas interrompidas por crateras, abertas pelos aguaceiros das chuvas de verão. Os temporais vão levar rodovias, e a coisa pode ficar assim, caindo aos pedaços, assim como em hospital, na universidade e na ciência.

O Brasil vai cair no buracão, pois a verba de investimento (em obras, equipamentos etc.) mingua a cada ano. Dinheiro para obra nova praticamente não há.

O investimento, com R\$ 43 bilhões previstos para 2020, fica com apenas 2,9% do Orçamento. As maiores obras levam apenas R\$ 300 milhões cada uma; 17% do investimento é despesa militar (avião, submarino etc.). Quase todo o gasto federal

vai para benefícios previdenciários, assistenciais e salários. Mas, mesmo com corte aí, não haverá dinheiro bastante para investimento, ainda menos se houver um Renda Brasil gordo. O establishment não quer tributar e gastar mais (reformular o teto).

Os reformistas liberais dizem que sobra capital privado no mundo (verdade); que, com boa regulação e bons projetos, haveria dinheiro privado para investimento (mesmo para aqueles com retorno social alto e retorno privado baixo?); que não se precisa do Estado. Mas o partido reformista está no poder desde 2016 e não fez nada disto: nem bons projetos, nem nova regulação, nem abertura comercial, nem outros liberalismos. Sua grande obra, no momento, é escorar o governo de baderna desafiada de Jair Bolsonaro.

vinicius.torres@gupofolha.com.br

Reforma tributária pode afetar Zona Franca

Estudos recentes apontam papel da política para preservação ambiental em meio à preocupação com a Amazônia

Fábio Pupo

BRASÍLIA A reforma tributária discutida entre governo e Congresso tem levantado preocupações entre pesquisadores, empresas e parlamentares sobre um eventual impacto gerado para a ZFM (Zona Franca de Manaus).

Considerada chave para a preservação do ambiente na região, a atratividade do polo pode ser reduzida no momento em que investidores globais pressionam pela conservação da Amazônia.

Estudo recente da FAS (Fundação Amazonas Sustentável) aponta que a ZFM ajudou o estado a preservar 95% de sua mata nativa ao atrair trabalhadores do interior. Em comparação, o vizinho Pará preserva 60% da vegetação original.

Estudo da FGV (Fundação Getúlio Vargas) tem conclusões no mesmo sentido.

O Ministério da Economia enviou a primeira parte de sua proposta de reforma tributária (fundindo PIS e Cofins) livrando a Zona Franca de mudanças, mas os próximos passos são voltados ao IPI, que pode ser extinto.

Com isso, seria eliminada uma das principais vantagens comparativas da ZFM, o tratamento diferenciado do IPI.

"Reforma tributária mais profunda que extingue o IPI e abertura comercial mais acelerada que reduza o imposto sobre importações podem colocar em risco todo o parque industrial situado na região metropolitana de Manaus", afirma estudo recente produzido pela FGV.

O plano do governo é eliminar em boa parte o IPI e transformá-lo a algo mais próximo de um "tributo sobre o pecado", a ser aplicado de forma mais forte em bens como cigarro e bebidas alcoólicas.

Nos últimos dias, o governo sinalizou que sua proposta trará alterações mais brandas do que a eliminação. De qualquer forma, a ideia da extinção e a consequente junção do IPI em um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) continua viva no Congresso.

Na quarta-feira (26), Vanessa Canado, assessora especial do Ministério da Economia, falou sobre as mudanças planejadas para as alíquotas do IPI e o fim do tributo.

"A revisão não impede que o IPI entre no bolo do IVA nacional e seja extinto naquela longa transição que varia de uma PEC [proposta de emenda à Constituição] para outra", afirmou.

Ela se referiu às duas principais PECs da reforma tributária que tramitam no Congresso. Ambas preveem a eliminação do IPI e sua junção com outros impostos.

No caso da PEC 110, do Senado, são mantidas as vantagens da ZFM. "Fica garantido à Zona Franca de Manaus, com suas características de

área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, tratamento tributário diferenciado", afirma o texto.

Já na PEC 45, da Câmara, vista frequentemente como a proposta com mais chances de avanço, não existe essa previsão.

José Jorge do Nascimento Junior, presidente-executivo da Eletros (Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos, que reúne representantes como Electrolux, LG e Samsung), afirma que a ZFM gera para as empresas competitividade global.

Por isso, busca conversar com o Congresso para preservá-la das alterações.

"A PEC 45 parte do pressuposto de que não se deve ter incentivo fiscal algum. Diferentemente da 110, que determina para a ZFM um crédito presumido, resguardando a vantagem comparativa", afirmou Nascimento Junior.

"Queremos buscar na PEC 45 [uma solução], e estamos construindo as soluções de maneira técnica", disse.

No Congresso, o deputado Capitão Alberto Neto (Republicanos-AM) afirmou que acabar com as vantagens comparativas da ZFM faria as empresas se mudarem não para outros estados, mas para outros países.

"Se a gente tirar a vantagem da ZFM, as empresas vão para outros lugares. Poucos países do mundo fabricam em condições, por exemplo, e se a gente perdesse isso, teria de importar da China", afirmou.

Apesar disso, diversos defensores da política da ZFM reconhecem que é necessária uma atualização das medidas atreladas à região. Uma das críticas é o fato de que a indústria local geraria pouca inovação.

Fábricas de motocicletas, por exemplo, seriam mais montadoras de peças importadas que fabricantes.

Além disso, a preservação do ambiente no Amazonas contrasta com o crescimento concentrado e desordenado de Manaus.

A maior crítica, no entanto, é a falta de políticas ligadas à bioeconomia. O aproveitamento responsável da região poderia até gerar desenvolvimento de comunidades locais.

Especialistas defendem também o incentivo ao turismo. "O imenso potencial turístico da região, comparável aos lugares mais atrativos do planeta, tem sido explo-

rado economicamente muito aquém de seu potencial", afirma estudo da FGV.

A FAS defende políticas voltadas a eixos produtivos de forma sustentável em fármacos, fitocosméticos, fruticultura, alimentos, piscicultura e produção agroflorestal.

Também defende que possam ser feitas atividades co-


mo mineração responsável e fabricação naval.

Há entre especialistas a tese de que o próprio surgimento da ZFM pode ter sufocado o desenvolvimento de outras possibilidades de atividades.

Tiago Jacatina, doutor em ciências sociais pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e professor da

UFAM (Universidade Federal do Amazonas), diz que a ZFM ainda consegue segurar boa parte das atividades danosas ao ambiente na região.


"Sem a ZFM, seria muito difícil pensar em alternativas sustentáveis, pois seria gerada muita pressão pelo avanço de outras atividades predatórias", afirmou.




★
★
★

PARA QUEM PRECISA ACOMPANHAR O MUNDO DOS NEGÓCIOS, MAS NÃO TEM TEMPO A PERDER


A Folha lança a **FolhaMercado**, uma **newsletter gratuita** que reúne diariamente* as notícias, análises e informações sobre empresas e mercado. Produzida por jornalistas e especialistas da área, ela apresenta conteúdos exclusivos relacionados a empreendedorismo, inovação e principais índices econômicos, como o dólar e a Bolsa de Valores. Assine gratuitamente e mantenha-se atualizado sobre tudo o que afeta mercado, empresas e o seu bolso.




As informações mais importantes do mundo dos negócios, grátis, todo dia no seu email



Cadastre-se gratuitamente em folha.com/folhamercado ou escaneie o QR CODE





Fontes: Receita, Suframa, Fieam e FAS

mercado coronavírus

Limite nas despesas impõe disciplina fiscal

Eduardo Cucolo e Gustavo Queirolo

Entenda o teto de gastos

1 O QUE É

Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, oficialmente denominada de "Novo Regime Fiscal"

Regra principal

O limite das despesas primárias federais (não inclui despesas financeiras, como pagamento de juros) será o valor do ano anterior corrigido pela inflação

Alcance

Vale para todos os Poderes na esfera federal. Não se aplica a estados e municípios. Abrange cerca de 80% das despesas federais (ver exceções)

Indicador para correção

IPCA (índice de preços ao consumidor do IBGE) nos 12 meses encerrados em junho do ano anterior, para dar tempo de fechar o projeto de lei do Orçamento do ano seguinte

Duração

20 anos

Revisão

O presidente da República pode propor, a partir do 10º ano (2026), projeto de lei complementar para alteração do método de correção das despesas. A partir desse ano, será permitida uma alteração do método de correção por mandato presidencial

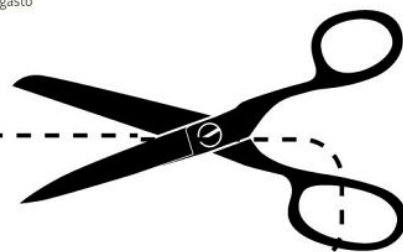
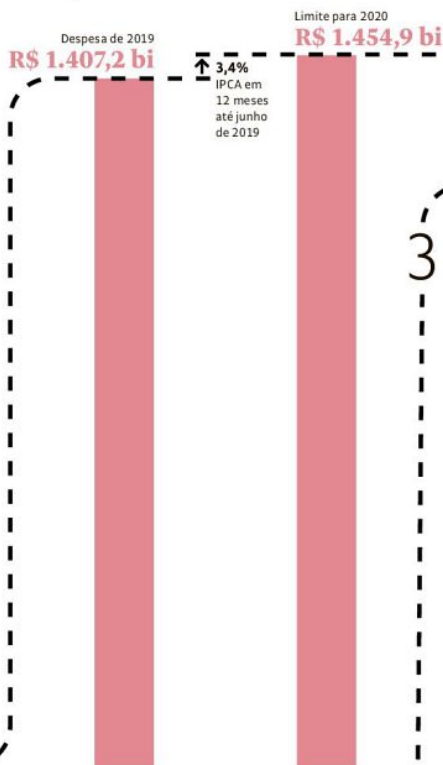
Outras mudanças

Qualquer outra mudança depende de aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) pelo Congresso

2 COMO FUNCIONA

- A proposta de Orçamento já deve prever despesas dentro do limite de gasto
- O Orçamento aprovado também deve respeitar o limite
- O gestor não pode gastar mais que o previsto

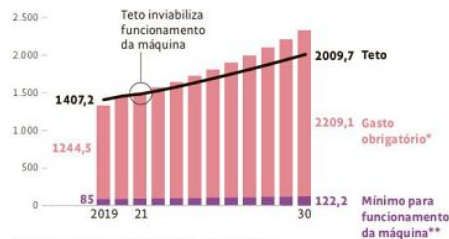
Exemplo



3 DESCUMPRIMENTO

Despesa de 2021 deve superar teto de gastos

Em R\$ bilhões



*Despesa obrigatória + discricionária com caráter obrigatório
**Despesa discricionária mínima para o funcionamento da máquina
Fonte: IFI (Instituição Fiscal Independente)

Punição

A emenda não trata de punições específicas, mas há risco de ações por descumprimento de regras orçamentárias

Ficam proibidos

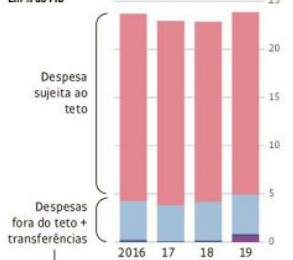
- Reajuste/novo benefício a servidor
- Criação de cargo/reestruturação de carreira que eleve despesa
- Contratação/concurso (exceto reposição sem aumento de despesa)
- Criação de despesa obrigatória
- Novo subsídio ou benefício tributário

4 EXCEÇÕES

Despesas que ficam fora do teto

Valor fora do teto representa 20% da soma de despesas e transferências

Em % do PIB



- Transferências constitucionais*
- Créditos extraordinários
- Despesas eleitorais
- Aumento de capital de estatais não dependentes
- Cessão onerosa

*Fundos de partilhação, royalties etc.

5 REGRAS ESPECIAIS PARA SAÚDE E EDUCAÇÃO

• Ficou garantida aplicação mínima dos pisos corrigidos pela inflação

• Como a medida não atinge estados e municípios, calcula-se que 70% da despesa com educação não está sujeita ao teto

• Também estão fora do limite o Fundeb, o Fies e o Proni (renúncia tributária)

6 RESULTADOS

O ritmo de crescimento médio anual da despesa caiu de 5,1% de 2012 a 2015 para 0,6% de 2016 a 2019

Teto de gasto reduziu ritmo de crescimento da despesa federal

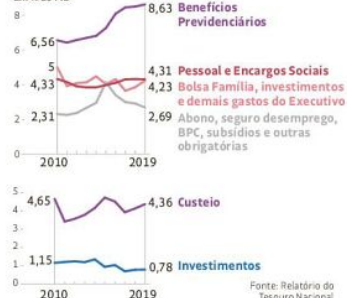
Em % do PIB



*As despesas de 2019 estão infladas pela cessão onerosa em 0,64 ponto do PIB

Fim da desoneração da folha de pagamento e de programa PSI do BNDES ajudaram a reduzir despesas

Em % do PIB



7 PROBLEMAS

Problemas

Os "gatilhos" de correção só podem ser aplicados se a despesa superar o limite, mas a regra proíbe o gestor de executar despesas quando o teto é alcançado

Cerca de 95% da despesa federal é de execução obrigatória. Com isso, o teto só reprime gastos não obrigatórios, como investimentos

Mesmo com o teto, os presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro puderam injetar dinheiro em estatais

Solução

O governo propôs mudança que permite disparar "gatilhos" antes de rompimento do teto

Fazer reformas que reduzam o ritmo de crescimento do gasto obrigatório (administrativa, previdenciária e revisão de programas sociais)

Depende de cada governo

8 O TETO E A PANDEMIA

Em 2020, o governo tem usado a possibilidade de executar despesas por meio de créditos extraordinários, medida já prevista na emenda do teto para casos de calamidade

R\$ 511 bilhões

Gasto com pandemia já eleva despesa fora do teto em cerca de 150%

Fontes: Tesouro Nacional, IFI (Instituição Fiscal Independente) e Senado Federal

A volta do contrato social

A frase 'não podemos tirar do pobre para dar aos paupérrimos' define bem a situação

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Ao longo da campanha eleitoral de 2018, eram comuns vídeos em que o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, na oportunidade o posto Ipiranga do candidato Jair Bolsonaro, palestrava, em geral para plateias do mercado financeiro. Guedes apresentava sua interpretação do processo histórico brasileiro desde o período militar, enfatizando o longo consenso social democrático das administrações tucanas e petistas. Argumentava que o período legou baixíssimo crescimento e um Estado grande e caro.

Assim, defendia que chegara o momento para uma experiência liberal. Os movimentos da semana passada indicam que Bolsonaro nota que sua eleição pode ter tido diversas motivações: cansaço com a política tradicional, agenda conservadora nos costumes, agenda do combate ao crime, entre outras. Aparentemente, redução do Estado de bem-estar social, que de forma muito imperfeita e ineficiente temos construído desde a redemocratização, não está entre elas.

O contrato social da redemocratização — o desejo da sociedade de construir por aqui uma versão tropicalizada do Estado de bem-estar europeu continental — continua a ser a escolha preferida do eleitor médio (aquele que vence a eleição). A frase de Bolsonaro "não podemos tirar do pobre para dar aos paupérrimos", que criticou esforço da equipe econômica em realocar recursos no interior da área assistencial para elevar o valor do benefício e a abrangência do programa Bolsa Família, define bem a situação.

Bolsonaro precisa encontrar de 1 a 1,5 ponto percentual de PIB para implantar um Bolsa Família turbinado que seja visto pelo eleitor como seu legado na área social. O auxílio emergencial, que custa 8,5% do PIB, seria trocado, já sem a pandemia, pelo Renda Brasil, o Bolsa Família turbinado de 1,5% a 2% do PIB. Essa troca poderia ser vista pelo eleitor como uma justa continuidade do auxílio emergencial em tempos livres de pandemia. O problema é que um aumento de gasto dessa monta

requer a superação de três difíceis obstáculos: Guedes aceitar um aumento de carga tributária; o Congresso aprovar uma PEC que exclua o Renda Brasil do teto dos gastos; e convencer o Congresso a entregar de 1% a 1,5% do PIB de arrecadação a mais, para Bolsonaro ser o novo pai dos pobres. Pode surgir uma curiosa coalizão no Congresso Nacional da esquerda com a base de Bolsonaro para a aprovação desse pacote. Manter elevada a popularidade de Bolsonaro interessa à esquerda, que aposta em um segundo turno contra Bolsonaro. É possível que o grande acordo envolva, além do aumento da carga tributária, algum mecanismo para acionar os gatilhos do teto do gasto. Do ponto de vista do funcionamento dos mercados, esse arranjo não seria visto como desancoragem da política fiscal. Afir-

mando, dependendo do aumento da carga tributária e do gasto, pode até sobrar algum para melhorar um pouco o superávit primário. Me parece que esse é o cenário que se delinha. Cenário construído com um olhar na popularidade do presidente e outro na projeção de como ela irá se comportar nos próximos dois anos (vem daí a necessidade de aumentar simultaneamente gasto e receita). Gostemos ou não, a democracia vai funcionando. Minha dúvida é se o aumento de carga tributária virá da forma mais usual — algum imposto (Cide ou CPMF) com base diluída, de difícil percepção — ou se a política escolherá algum grupo — por exemplo, distribuição de dividendos — para gravar. O velho contrato social da redemocratização aparentemente volta à carga.

DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcia Dessen | TER. Nizan Guanaes, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Questão é saber gastar, diz cientista político

Para Luiz Felipe d'Ávila, problema não é romper teto de gastos, mas a falta de critério para despesas públicas no Brasil

ENTREVISTA
LUIZ FELIPE D'ÁVILA

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O Brasil precisa reavaliar a qualidade da despesa pública e deixar de lado a discussão sobre mudanças no teto de gastos, segundo o cientista político Luiz Felipe d'Ávila, coordenador do grupo Unidos Pelo Brasil e presidente do CLP (Centro de Liderança Pública). Para ele, discutir aumento de gastos sem colocar critérios de retorno social e econômico é uma loucura total que vai levar o país à insolvência.



Luiz Felipe d'Ávila, coordenador do Unidos Pelo Brasil. Jorge Araujo - 22.mai.18/Folhapress

Teto de gastos Precisamos do teto de gastos como um instrumento importante para disciplinar a qualidade do gasto público. O problema não é romper ou não o teto, é que a gente não tem critério para gastar bem. Se fizer isso para aumentar gasto permanente da máquina pública, isso não traz nenhum retorno social e econômico para o país. Se não discutimos critérios para gastar melhor, a fim de aumentar a eficiência da máquina pública, aumentar o retorno social sobre o investimento, nós estamos fazendo uma falsa discussão, se deve ou não romper o teto de gastos. Não é esse o ponto.

A gente tem um histórico muito ruim de péssimo gasto público, com baixíssimo impacto econômico e social. Falar em aumentar gasto de qualquer jeito, porque o mundo agora está com juros baixos, até negativos, que a questão do controle do gasto público não é mais importante, que o teto se tornou uma armadilha fiscal que vai engessar a retomada do crescimento, esse debate está errado.

Programa de renda básica Qual é o problema de um programa de renda mínima? Por que não aproveitar a base boa

do programa, que é o Bolsa Família, que o usuário recebe direito do benefício, tem um critério claro? Isso tem de ser uma forma não só para basear esse programa mas para rever todos os outros que são um desastre de retorno social. Você conhece algum programa público que foi fechado por mau desempenho? Não tem nenhum. Vai ser uma ótima ideia criar um programa de renda básica, rever outros programas, criar um critério para julgar o que funciona ou não para alocar esse dinheiro de uma forma mais eficiente e com

retorno muito maior para a sociedade. O BPC [Benefício de Prestação Continuada] funciona ou não? Qual o retorno social para cada real investido? Eles [governo] não sabem falar. O abono salarial? Não sabem. Não se tem resposta para nenhuma pergunta sobre o retorno efetivo para cada real investido nesses programas. Sem isso, não tem como começar uma discussão racional em cima do gasto público. Aí fica essa loucura de aumentar o gasto público a qualquer custo. Isso é o Brasil a caminho da insolvência total.

Reforma administrativa Como é que você vai cortar gasto público sem reforma administrativa e com 90% do Orçamento engessado em gastos obrigatórios? Não tem como. Agente tem de enfrentar essas questões e parar com a discussão, que é uma perda de tempo, se deve gastar mais ou não. Não é se deve gastar ou não. É como é que se gasta de forma criteriosa. Como melhorar a qualidade do gasto público e criar critérios para poder avaliar se esses gastos estão trazendo retorno social ou não. No fundo, isso é que é política pública. Se não souber calcular o retorno social sobre o investimento, você está perdido. Se você determina o critério do gasto e do desempenho do programa, como vai

ser mensurado, vai começar a aparecer dinheiro. Sem isso, a gente vai entrar numa área muito perigosa de debate ideológico e político que vai ser ruim para o país. **Suécia** Romper o teto de gastos e gastar mal é afundar o Brasil, é repetir exatamente o que aconteceu nos anos Dilma. Se gasto público resolvesse no Brasil, nós seríamos a Suécia, porque somos o recordista de gastos públicos entre os emergentes. Uma coisa é o gasto público na Suécia, que corta repasses para programas que não dão certo. Outra coisa é aumentar gasto público em um país que não tem critério a não ser clientelismo e corporativismo. Isso não vai a lugar algum.

CPTM
LEIÃO ONLINE E PRESENCIAL
08 de Setembro às 10h
Linha 080 1000 1000

Edital de Convocação - A presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Itaquaquecetuba, inscrita sob o CNPJ nº 08.487.855/0001-27, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, vem através deste edital convocar as eleições para preenchimento das vagas de diretores municipais, conselho fiscal efetivo, delegados representativos (junta a federação), bem como, seus respectivos suplentes, para o mandato de cinco anos com início em dois de janeiro de dois mil e vinte e um a dois de janeiro de dois mil e vinte e seis. As eleições sindicais serão realizadas nos dias oito e nove de outubro de dois mil e vinte, das sete horas de dezanove horas, com uma hora na sede do sindicato e umas itinerantes que se fizerem necessárias que percorrem todos os locais de trabalho dos funcionários públicos municipais associados e aptos a votar de Itaquaquecetuba-SP. Desde já fica aberto o prazo de inscrição de chapas, que será de três dias, ou seja, nos dias treze e um de agosto, um e dois de setembro de dois mil e vinte, onde haverá pessoa habilitada para receber a inscrição de chapas, na secretaria eleitoral do sindicato, que atenderá das nove às quinze horas no endereço sito à Rua Capela do Alto, número quarenta e sete e cinco, Via Virginia, Itaquaquecetuba-SP. É em conformidade com o artigo sessenta e dois, inciso terceiro do estatuto social da entidade em tela, após a fixação das chapas inscritas no mural da entidade, fica aberto o prazo de vinte e quatro horas para proposição de impugnação contra candidaturas ou chapas. O quorum para o primeiro turno é de dois terços mais um dos associados em condições de votar em conformidade com o artigo sessenta e cinco, ainda se não for atingido o quorum, a eleição prosseguirá a coleta de votos até atingir o quorum de acordo com o artigo sessenta e seis e seu parágrafo único do estatuto social da entidade. Presidente Cida Maria Silva Damasceno, Itaquaquecetuba-SP, 30 de agosto de 2020.

MAS BANCAS OU SITE DA COLEÇÃO

COLEÇÃO FOLHA
Contos e Fábulas Bilingues

Seu filho já conhece os **Irmãos Grimm**. Mas ele sabe como salvar uma cidade usando apenas uma flauta mágica? Não perca a edição bilingue de "O Flautista de Hamelin".

APENAS R\$19,90* CADA LIVRO

ASSINANTE: na compra da coleção completa, ganhe 4 livros e o frete*. Ligue (11) 3224 3090 (Grande São Paulo) ou 0800 775 8080 (outras localidades). folha.com.br/contosbilingues

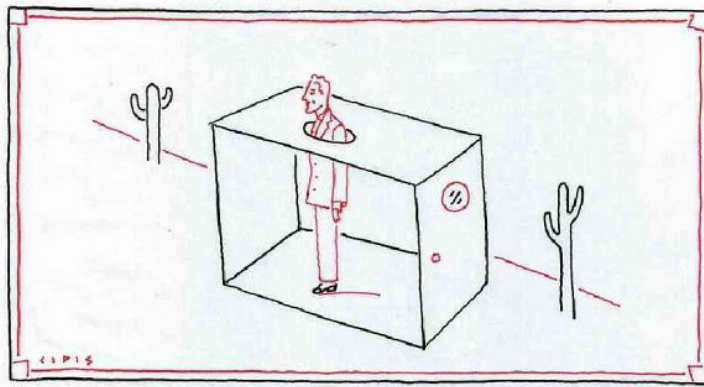
PROXIMO DOMINGO

INCLUI AUDIO LIVRO EM INGLÊS

FOLHA
NÃO É PRÁ NÃO LER

*Preço e frete válidos para os Estados de SP, RJ, MG e PR. Para outras localidades, consulte folha.com.br/contosbilingues.

poder



Fim do teto: não se, mas como

Melhor planejar o quanto antes uma saída organizada e crível

Arminio Fraga

Sócio da Gávea Investimentos, é presidente do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)

A emenda constitucional nº 95 de dezembro de 2016 instituiu o teto de gastos públicos, que congelou em termos reais os gastos do governo federal. O teto sinalizou um bom entendimento quanto à necessidade de se lidar com o crescimento ininterrupto dos gastos a partir dos anos 1990. Foi parte de uma guinada na gestão macroeconômica do país em resposta ao colapso fiscal que ocorreu a partir de 2014. A partir da guinada, as taxas de juros entraram em trajetória de queda, chegando aos inéditos níveis que prevalecem hoje.

Parecia claro desde o primeiro momento que a manutenção do teto por mais do que alguns anos seria difícil sem que se encarassem de frente a absoluta rigidez dos gastos obrigatórios. Um exemplo pode ajudar aqui. Sob as regras da EC 95, se o PIB crescesse a 2,5% por dez anos, o gasto federal cairia de 19% para 15% do PIB. Se todos os gastos públicos ficassem conge-

lados, em termos reais, teríamos uma queda de 35% para 27%. Não faz muito sentido.

Havia esperança de que reformas mais profundas ocorreriam, o que permitiria em algum momento uma flexibilização do teto, sem grandes estresses. Mas não foi o caso. Algo se fez, como a reforma da Previdência aprovada no ano passado, mas não foi o suficiente: o espaço para cortes nos gastos correntes discretionários praticamente se esgotou e o investimento público está próximo de zero, o que é política e economicamente insustentável.

Não surpreende, portanto, que um exame mais detalhado dos fatos sugira que não se exagere o impacto causal do teto sobre as taxas de juros: Selic (a taxa de curto prazo fixada pelo BC) está em 2% e a taxa dos títulos do Tesouro de dez anos em torno de 7,5%. Ambas caíram bastante desde 2016. Parece razoável atribuir parte relevante da queda na Selic à enorme recessão que nos

assola há sete anos. As taxas de longo prazo embutidas na curva de juros estão em torno de 9%. Ou seja, o prêmio de risco segue elevado, espelhando juros reais acima de 4% e ainda algum medo de inflação. E isso num período em que taxas de juros equivalentes para as economias avançadas caíram em cerca de 1,5 p.p.

Conclusão: o futuro macroeconômico do país ainda está longe de ser confiável. Quem vai investir em um país com indicadores tão incertos? O que fazer então com o teto?

Há quem acredite que um caminho seria abandonar o teto e seguir gastando e acumulando dívida (presume-se que por mais algum tempo). Alguns cogitam prorrogar o orçamento de guerra. Outros entendem que, no limite, seria possível reduzir a taxa de juros de curto prazo a zero (se a inflação permitir) e encurtar ainda mais o perfil de vencimento da dívida (na prática, "emitir moeda"). Acreditam também que ha-

veria espaço para abrir novas frentes de investimento público e privado de boa qualidade. Essa opção conta com o atrativo apelo de dispensar a definição de prioridades, bem como parece não impor custos.

Seria bom, mas não para de pé. Falta combinar com os russos. Não há confiança na capacidade de o governo executar bons investimentos. Tampouco há confiança interna e externa para financiar tal caminho. E não sem razão. Nas atuais condições, nem se fala. Seria mais crise na certa. Já vimos esse filme. O Brasil não é uma economia avançada. Os reais problemas seguiriam intocados.

Restam então duas alternativas: defender a ferro e fogo o teto ou buscar uma saída mais equilibrada. Não creio que a defesa pura e simples do teto seja uma solução viável por muito mais tempo, pelas razões que expus acima. Melhor planejar o quanto antes uma saída organizada e crível. A operação é muito

delicada. Flexibilizar o teto sem uma nova âncora traria consequências dramáticas.

O quadro geral é bastante complexo. O país apresenta déficits primários há sete anos. O Ministério da Economia sinaliza compromisso com o teto. O presidente da República, pensando na reeleição, aposta suas fichas políticas no Renda Brasil e se opõe a cortes em outros benefícios e aumentos de impostos. A PEC Emergencial, que ganharia algum tempo para o teto, não parece contar com o apoio do Executivo, pela mesma razão. Claramente a conta não fecha. O que fazer?

Tenho defendido uma estratégia de ajuste estrutural que começou com as reformas do BNDES e da Previdência (3 p.p. do PIB) e que ao longo de dez anos liberaria recursos crescentes, que poderiam chegar a mais 8 p.p. do PIB no décimo ano. Perdoem-me a repetição, mas não vejo saída para o Brasil que não passe por alguma redução simultânea do nível das distorções de uma parcela relevante do gasto público.

A economia viria da eliminação de subsídios e brechas tributárias regressivas, de ajustes na folha de pagamentos do setor público e de mais ajustes na Previdência. Boa parte dos recursos ficaria livre para gastos e investimentos em áreas de alto retorno social como saúde, assistência social, pesquisa básica, educação e infraestrutura, sempre que possível avançados por capital privado. Ficaria livre também para reduzir a carga tributária.

Seria fundamental que a economia com o funcionalismo fosse obtida por meio de uma reforma de recursos humanos do Estado, que promovesse um salto na qualidade dos serviços públicos, seu principal objetivo e importante alavanca para o desenvolvimento. O lobby do funcionalismo se opõe, mas se espera que o entendimento de que há muito privilégio e desperdício a eliminar acabará prevalecendo. O Brasil é um ponto fora da curva global no que tange ao peso do funcionalismo no gasto público. É prerrogativa do Executivo federal encaminhar ao Congresso uma

proposta, mas aqui também a reeleição parece atrapalhar.

Parte do resultado da estratégia acima se destinaria à obtenção de um superávit primário capaz de viabilizar uma queda gradual do endividamento público, hoje elevado pelas barbeiragens, emergências e recessões dos últimos sete anos. O ajuste do primário deveria ser gradual, atingindo cerca de 3 p.p. do PIB em três anos. Notem que o espaço de manobra seria limitado. No curto prazo haveria um (pequeno) aumento real no gasto público e um aumento da carga tributária. Com o correr dos anos, na medida em que as reformas mostrassem resultado, seria possível aumentar os gastos em termos reais, mas reduzi-los como proporção do PIB. O mesmo vale para a carga. Seria uma decisão política.

Como o único caminho que enxergo é gradual e a nossa credibilidade, baixa, me parece de todo essencial que se aprove o quanto antes uma versão da PEC Emergencial que ofereça ao governo as reformas necessárias para se desenhar e executar um orçamento plurianual crível. Esse orçamento deveria indicar com clareza as metas mencionadas acima para o gasto público e o superávit primário. Só assim seria possível uma flexibilização segura do teto.

A bem-vinda discussão em curso sobre uma renda básica universal, que ampliaria e consolidaria os programas de assistência social existentes, teria que obrigatoriamente acontecer no bojo desse orçamento plurianual. Um igualmente desejável reforço do SUS teria que fazer parte do processo, disputando espaço com outras prioridades. A discussão de temas isolados é má prática econômica e política.

O tempo é curto e o espaço de manobra, ainda menor. Mas ainda temos a oportunidade de reduzir privilégios, buscar a saúde fiscal do Estado e perseguir um crescimento inclusivo. Isso requer metas claras e factíveis e um plano integrado como esboçado aqui. Requer também liderança política com visão de longo prazo.

Sem liberdade de imprensa não há democracia



ASSINE A
FOLHA
folha.com/assine

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Vale a pena flexibilizar o teto de gastos para ampliar a transferência de renda em definitivo?

Não Matar o mensageiro?

No cenário brasileiro atual, propor gastar mais significa jogar dinheiro fora

André Luiz Marques

Economista, é coordenador-executivo do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper

Em 333 a.C., Alexandre, o Grande, venceu a Batalha de Issus contra os persas. Dario 3º, o rei derrotado, mandou matar Charidemos, o mensageiro que trouxe a má notícia do fracasso de seu exército.

Por aqui, a suposta má notícia do momento é que existe um teto de gastos. Então, por que não eliminá-lo simplesmente, furando esse teto? A argumentação para isso é que a crise é culpa "dos outros": redução de receita, crise internacional etc. Mas arcar com essa "solução" gera uma conta que é "nossa": gastar mais para estimular a economia ou prover mais assistencialismo. Quantas vezes mais vamos recorrer à mesma prática que por vezes foi adotada sem sucesso?

Dados do Tribunal de Contas da União (TCU) mostram que em 2019 tínhamos 14 mil obras paralisadas. Dentre os motivos para isso 80% eram orçamentários. Os problemas de gestão representavam 70%. Além de investimentos malfêitos, os gastos, de 1997 a 2015 (pré-teto), não pararam de crescer. Nesse período, as despesas do governo federal expandiram mais de 860%, chegando a R\$ 1,15 trilhão. No mesmo período, a inflação (IPCA) subiu pouco mais de 300%.

O problema é mesmo a falta de recursos? Não. O que falta é eficiência nos gastos. Em um cenário como o atual, propor gastar mais significa continuar gastando mal, só que em um volume maior de recursos. Mais dinheiro jogado fora. A falta de coerência na gestão desses gastos nos fez ser tutelados por uma regra constitucional: o teto.

Não seria mais lógico nos preparar estruturalmente tanto para enfrentar os momentos de crise como para "surfar" (com eficiência) os de bonança? Mas, para isso, precisamos olhar para dentro "de casa" e identificar as causas dos problemas.

Isso é difícil, pois envolve enfrentar privilégios, corporativismos, benesses e ineficiências, gerando muito incômodo. É uma batalha contra algo "invisível", que tira votos em vez de garanti-los.

Um primeiro passo nessa batalha é entender as motivações dos gastos e dos investimentos. Das mais de 38 mil obras analisadas pelo TCU, tente encontrar o benefício previsto para a população e como isso seria medido. Você não encontrará essa res-

posta, pois as obras são aprovadas sem a necessidade dessa aferição.

Se você, em sua casa, com o dinheiro contado, for comprar algo que não se mostre útil, acredita que seus familiares deixarão que efetue o gasto? Pois bem, é assim com o orçamento público.

Gastar de forma comedida e racional não impacta negativamente nos gastos sociais. Despesas com saúde e educação são áreas que têm um percentual mínimo garantido pela Constituição, e grande parte desses gastos está nas mãos de estados e municípios. Além desses, de que adianta prometer gastos sociais se estes não encontram respaldo no caixa? Vira uma mera carta de intenção sem efeito prático.

O teto veio para travar o crescimento desenfreado dos gastos e para estimular um debate qualificado acerca de seus motivadores. Mas "apenas" debater não é suficiente. É preciso coragem para debater (e agir sobre) temas sensíveis. Qual deve ser o papel do governo? Quais são os serviços a serem prestados e sua qualidade esperada? Como medi-los? Quantos servidores públicos seriam necessários para prestá-los?

Seria ótimo termos mais receitas. Mas não há mais espaço para um aumento ainda maior de carga tributária. (...) O foco prioritário são gastos mais racionais, ou seja, enfrentar estruturalmente o problema. E não simplesmente matar o mensageiro que vem nos dizer que não podemos gastar mais.

[...]

Seria ótimo termos mais receitas. Mas não há mais espaço para um aumento ainda maior de carga tributária. (...) O foco prioritário são gastos mais racionais, ou seja, enfrentar estruturalmente o problema. E não simplesmente matar o mensageiro que vem nos dizer que não podemos gastar mais

Sim O teto de gastos e a Lei de Wagner

Financiamento viria com a emissão de dívida pública a baixo custo

Julia Braga

Professora associada da Faculdade de Economia da UFF (Universidade Federal Fluminense), é diretora da Associação Keynesiana Brasileira

Além de mal desenhado juridicamente, o nome "teto de gastos" não caracteriza corretamente o efeito que esta regra impõe. Não se trata de um teto, mas sim de uma prensa que vai achatando a possibilidade do governo em gastar ao longo do tempo. Isso porque a regra impõe uma redução dos gastos do governo como proporção do PIB.

O alemão Adolph Wagner observou a tendência de gastos públicos aumentarem na proporção do PIB como efeito do processo de desenvolvimento econômico. A denominada Lei de Wagner encontra evidência de sua validade na literatura empírica. Estimativas do FMI apontam que, em média, no mundo desenvolvido, essa proporção passou de 20% na década de 1950 para 40% nos anos 1980. Além do processo de urbanização, contou também o fato de o Estado passar a ser demandado a prestar serviços de assistência social, de saúde e de educação, cujos custos de provisão tendem a crescer relativamente aos preços dos bens industriais. A partir da década de 1990 essa proporção parou de crescer, mas oscilou em patamar elevado, entre 40% e 45% do PIB. Não se observa qualquer tipo de redução, como requer a regra do teto de gastos.

Co contrário de previsões catastróficas, a flexibilidade do teto de gastos não gera necessariamente um aumento do risco soberano do país. A preocupação é com a possibilidade de os juros longos aumentarem em relação à taxa básica, inclinando para cima a chamada curva

de juros. Nessa crise, a diferença entre a taxa longa de dez anos e a curta alcançou, até agora, cerca de cinco pontos percentuais. Movimento parecido ocorreu na crise do "subprime", quando a situação fiscal do país era significativamente melhor e a dívida pública transitava perto dos 60% do PIB. Trata-se de uma reação comum em tempos de incerteza.

Vale dizer que esses juros longos são afetados por expectativas. O temor é que o aumento dos gastos públicos leve a um processo inflacionário e a uma elevação intensa da taxa básica de juros nos próximos anos. Este é um cenário improvável. O Brasil conviveu com baixo crescimento e inflação alta na década de

1980; contudo, apesar de suas peculiaridades, o processo inflacionário brasileiro ocorreu em um contexto internacional muito diferente, quando a inflação era alta em vários outros países, após os dois choques do petróleo na década de 1970.

É verdade que a taxa de inflação é afetada por pressões cambiais e pela recuperação dos preços das commodities. No entanto, o processo inflacionário só se torna consistente se houver uma reação dos núcleos de inflação, que dependem do quadro do mercado de trabalho. No momento em que os investidores percebem que a inflação não acelera, voltam a ser atraídos pelos rendimentos mais altos dos títulos públicos de longo prazo.

A pandemia apenas agravou uma realidade do mundo moderno, em que faltam empregos tradicionais e sobra mão de obra, mesmo as mais qualificadas. O mercado de trabalho no Brasil, com altos níveis de desemprego, subemprego e informalidade, já era precário mesmo antes do coronavírus. Enquanto durar esse quadro, no Brasil no mundo, há necessidade de governo prover uma renda básica a essas famílias. Por outro lado, enquanto esse quadro durar, não serão observadas pressões inflacionárias aceleracionistas.

Mesmo que oscilem, os juros nos países avançados devem permanecer baixo nos próximos anos. Isso significa que o Brasil tem uma janela de oportunidade em que pode financiar esses gastos com a emissão de dívida pública a um baixo custo.

[...]

O mercado de trabalho no Brasil, com altos níveis de desemprego, subemprego e informalidade, já era precário mesmo antes do coronavírus. Enquanto durar esse quadro, no Brasil e no mundo, há necessidade de o governo prover uma renda básica a essas famílias. (...) Não serão observadas pressões inflacionárias

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para o Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

ENVIE PARA O PAINEL DO LEITOR SUA FOTO EM AMARELO DA CAMPANHA PELA DEMOCRACIA

Coronavírus e igreja

"Em paróquia de SP, substância proibida é indicada para cura do coronavírus em até dois dias" (Saúde, 28/8). Meu povo... tenho um pouco de bom senso! Assim como deixamos a construção de pontes com os engenheiros, vamos deixar a pesquisa com os cientistas e o tratamento da saúde com os médicos. Mesmo no Brasil, garanto que estamos nas melhores mãos.

Leonardo dos Reis Gama (São Paulo, SP)

Mais um metido a espertalhão, manipulando o povo pela fé. Para essas pessoas, não é a fé que move montanhas, e sim o dinheiro.

Antonio José Almeida Silva (Ollinda, PE)

Witzel

"PGR pediu prisão de Witzel, mas ministro do STJ decidiu apenas afastá-lo do cargo" (Poder, 28/8). Só pelo fato de apoiar a manobra desenfreada feita pela polícia fluminense o governador já deveria ter sido afastado. Mas é muito suspeito que o afastamento tenha sido pedido por um órgão aliado a Bolsonaro e que esse mesmo órgão proteja o filho do defensor da cloroquina. Tempos bicudos!

José Campos (São Paulo, SP)

Bobos foram Dilma e Lula, que não manipularam a PF para prender desafetos. Bolsonaro faz isso muito bem. Logo será a vez de Moro.

Hudson Costa (Belo Horizonte, MG)

"Preso, pastor Everaldo foi padrinho político de Witzel e batizou Bolsonaro" (Poder, 28/8). Informação irrelevante essa, pois quantos foram batizados por esse pastor? O fato de ser batizado por uma determinada pessoa implica que aquele que faz o batismo tenha obrigação de saber tudo sobre aquela pessoa ou que seja igual a ela?

Tersio Gorrasí (São Paulo, SP)



Pastor Everaldo batiza Bolsonaro no rio Jordão Felipe Vieira no Youtube

Essas pessoas deveriam ter sido batizadas no rio Tietê.

Joaquim Salomão (Curitiba, PR)

Quero distância do deus que esse pessoal prega. Diante disso é melhor ser ateu.

Walter Donizety (Caienas, SP)

Isso não é batismo nas águas, é poluição das águas. É preciso uma ação urgente do Greenpeace.

Vicente P. Oliveira (Maceió, AL)

Brasil
Pastora Flordelis, deputada federal acusada de ser a mandante da morte do marido. Padre Robson de Oliveira, reitor acusado de desviar donativos de fiéis. Pastor Everaldo, líder partidário preso por desviar recursos públicos na área da saúde. Pelo visto, a corrupção do coração humano é ecumênica e laboriosa no escarnecimento do nome de Deus.

Túlio Marco Soares Carvalho (Belo Horizonte, MG)

Enquanto aqui houver cargo comissionado, foro privilegiado e imunidade parlamentar, não corremos o menor risco de dar certo.

Vicente de Paula Prata Júnior (São Paulo, SP)

Ambiente

"Salles anuncia suspensão de combate a queimadas e desmatamento, e Mourão nega bloqueios" (Ambiente, 28/8). Isso é cortina de fumaça para esquecermos a seguinte pergunta: por que Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta da Michelle?

Thiago Santos Costa (São Paulo, SP)

Isso logo depois de pesquisa apontar a preocupação dos brasileiros com a Amazônia; depois do recado do mercado e até de setores do agronegócio que temem ter seus negócios prejudicados por conta da questão ambiental. Espero que a sociedade dê um recado claro.

Bruno Carlos Hayata (São Paulo, SP)

Não sei como a União Europeia e muitos países desenvolvidos ainda negociam com o Brasil.

Clemerson Araújo (Rincão, SP)

Então é isso. O governo federal desistiu de manter as apêndices. Somos oficialmente a favor do desmatamento. Que desmante!

Rondinelle Nery Silva (Fortaleza, CE)

Aborto

Qualquer brasileiro e brasileira com mais de 16 anos está ciente de que no Brasil a questão do aborto é ligada à educação e ao padrão econômico das mulheres. As das classes alta e média, quando assim o desejam, fazem seus abortos nos bons hospitais, com toda a segurança. Esse direito deveria constar em lei e ser permitido a todas as mulheres. As classes pobres e miseráveis, sobretudo quando sem acesso a educação sexual adequada, servem-se de parteras, curandeiras e poções venenosas quando surge uma gravidez indesejada. Mulheres que tenham qualquer objeção de consciência, que não abortem. Mas é um absurdo manter leis que violam o direito das mulheres.

Marize Carvalho Vilela (São Paulo, SP)

"Nova portaria do governo obriga médico a avisar polícia quando mulher solicitar aborto por estupro" (Saúde, 28/8). A polícia precisa ser avisada. Houve um crime, que precisa ser investigado. E o responsável deve ser punido.

Roger Z. Moire (São Paulo, SP)

Por que nenhum deputado apresenta uma proposta de legalização do aborto, pelo qual as mulheres possam decidir se querem ou não ser mães? As mulheres devem ter a possibilidade de decidir o que fazer com seu corpo.

Mauro Caesar Mantilha (Goiania, GO)

Como Pazuello não é ministro, é só "laranja administrativa" de Bolsonaro, assume-se que simplesmente assinasse as decisões do chefe. Entende-se então que essa medida faz parte da campanha de 2022. O objetivo é a manutenção de votos evangélicos.

Renato Botelho (Niterói, RJ)

Não sou favorável à liberação do aborto, mas concordo que seja feito quando envolve violência contra a mulher. O que o nosso suposto governo está fazendo é torturar a vítima em prol do agressor. Uma sociedade que se preocupa mais com o aborto do que com o estupro está falida e faz com que sua população esteja fadada ao sofrimento e desrespeito. Sou homem, mas é inconcebível fazer uma mulher já violentada passar por mais esse sofrimento.

Julimar Rodrigues (Santo André, SP)

Está inventado o estupro com fins reprodutivos — com a glória de Deus. Brasil, um país que anda para trás. Poderíamos parar de achar que o Brasil é o país do futuro e começar a usar daqui para frente um novo slogan: Brasil, um país do passado.

Ricardo de Moura Rivaldo (Porto Alegre, RS)



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante cerimônia no Palácio do Planalto. Adriano Machado/Reuters

Governo vai consultar Congresso por consenso sobre auxílio e Renda Brasil

Executivo afunila discussão em duas propostas e quer diminuir risco de medidas serem derrubadas

Bernardo Caram e Daniel Carvalho

BRASÍLIA Após mais uma reunião que terminou sem resultado sobre eventual prorrogação do auxílio emergencial e lançamento do Renda Brasil, o governo decidiu consultar lideranças partidárias antes de fechar as propostas para a área social.

De acordo com membros da equipe econômica, o Palácio do Planalto ainda depende de articulação política antes de finalizar as medidas.

O objetivo é buscar consenso no Legislativo para que a proposta seja lançada com o menor risco possível de ser derrubada ou alterada por deputados e senadores.

Uma definição era esperada para esta sexta-feira (28), mas não houve conclusão após reunião entre o presidente Jair Bolsonaro e ministros envolvidos no tema.

Um novo encontro foi agendado para a próxima terça-feira (1º), dessa vez com a presença de líderes de bancadas do Congresso.

Até lá, técnicos continuam buscando soluções para custear o novo programa social que substituirá o Bolsa Família.

Na quarta-feira (26), Bolsonaro vetou a proposta apresentada pela equipe econômica, que prevê a extinção de programas sociais existente hoje para custear o Renda Brasil. A maior restrição do presidente diz respeito ao fim do abono salarial, principal aposta do ministro Paulo Guedes (Economia) para ajudar a bancar o novo programa.

Na reunião desta sexta, no Planalto, o governo afunilou as propostas em duas opções.

Na primeira, o auxílio emergencial a informais seria prorrogado até dezembro, em valor mais baixo do que o atual, provavelmente com parcelas de R\$ 300. Não há impedimento para que isso seja feito, porque o período es-

tá inserido no prazo da calamidade pública, e não há travas de regras fiscais. O efeito mais perceptível seria uma ampliação do endividamento público.

Essa alternativa daria fôlego para a área econômica continuar calibrando e buscando soluções para o Renda Brasil, que começaria a rodar apenas em 2021.

Em videoconferência promovida pelo Instituto Aço Brasil, Guedes disse que uma segunda opção seria lançar o Renda Brasil já neste ano. O ministro não detalhou como isso seria feito.

"Estamos fazendo um estudo do consumo privado de baixa renda, que é decidir se aterrizamos no auxílio emergencial em valor um pouco mais baixo e vamos até o fim do ano ou se já aterrizamos no Renda Brasil, que é uma construção mais robusta que exige ainda alguns ajustes, porque nós temos que fazer tudo dentro do teto [de gastos], com responsabilidade fiscal e transparência", afirmou.

Segundo ele, não haverá interrupção abrupta do benefício, o que vai garantir o consumo de pessoas de baixa renda.

Técnicos do Ministério da Economia afirmam que, em caso de escolha pela segunda possibilidade, considerada mais complexa, as bases do Renda Brasil já seriam lançadas nos próximos meses.

Para isso, seria necessária uma transição entre o auxílio emergencial, que atende hoje 64 milhões de pessoas, e o novo programa, que alcançaria entre 20 milhões e 22 milhões de famílias — entre 6 milhões e 8 milhões a mais do que o Bolsa Família.

Também há diferenças na concepção dos dois programas. O auxílio emergencial é uma transferência direta de renda sem nenhuma condicionalidade, o que não ocorreria no Renda Brasil.

Pelos planos do governo, o novo programa deve ter dife-

rentes fatores que poderão impactar no tipo de beneficiário e no valor do benefício, como foco na primeira infância, prêmio por mérito escolar e pagamento adicional por número de filhos ou presença de pessoa com deficiência na família, além de cursos de qualificação e programa esportivo.

Nesta sexta, ao comentar a crítica de Bolsonaro, Guedes disse que as declarações do chefe do Executivo foram um

"carrinho", uma "entrada perigosa" que poderia ser pênalti. Em evento na quarta, o presidente disse que suspendeu o anúncio da ampliação do Bolsa Família. "A proposta, como a equipe econômica apareceu para mim, não será enviada ao Parlamento. Não posso tirar de pobres para dar para paupérrimos", dissera Bolsonaro.

Nesta sexta, o ministro afirmou que iria com o presidente ao evento em Ipatinga (MG), onde acabou sendo criticado, mas ficou em Brasília formulando propostas para a retomada da economia.

"O presidente foi [a Ipatinga] com você [empresário do setor de siderurgia] e eu fiquei aqui limpando papel e ainda tomei um vazamento. Ainda tomei. Falei: 'Pô, presidente. Carrinho, entrada perigosa, ainda bem que foi fora da área, senão era pênalti'", disse.

O comentário mais rispi-

do de Bolsonaro deu origem a especulações sobre a permanência de Guedes no governo e mexeu com o mercado. Auxiliares das áreas política e econômica minimizaram a tensão entre os dois. O ministro participou de um evento com Bolsonaro no Planalto nesta sexta — foi o último a chegar e o primeiro a sair. Na videoconferência, o ministro reconheceu que a extinção do abono salarial poderia retirar dinheiro de pessoas que não são de renda média e alta. O benefício é pago a trabalhadores com renda mensal de até dois salários mínimos. "O salário de 75% dos brasileiros na CLT é abaixo de 1,5 salário mínimo. Então, realmente, é tirar da base de trabalhadores e passar para quem está desempregado, que é pior ainda", afirmou.

Levantada por Bolsonaro diante das divergências no governo, a possibilidade de prorrogar o auxílio não apenas até dezembro, mas também para os primeiros meses de 2021, foi rejeitada nesta sexta pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues.

"Nós trabalhamos com essas despesas de combate ao coronavírus, e as mazelas trazidas pela Covid-19 como contidas em 2020. Portanto, a discussão sobre o auxílio ainda está em andamento e não trabalhamos com a extensão desse gasto em 2021", disse.

Colaborou Fábio Pupo

Preço no atacado explode com dólar, e IGP-M é o maior em 12 anos

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Enquanto os índices de preços ao consumidor atingem os menores patamares da história, em razão da queda na atividade econômica, os preços no atacado registram os maiores aumentos em 12 anos, puxados pela desvalorização do real e pela alta no preço de commodities.

Economistas ainda não veem risco de uma escalada da inflação que obrigue o Banco Central a subir juros, mas dizem que o período de deflação registrado no meio do ano ficou para trás e que a questão do repasse cambial precisa ser acompanhada com mais atenção daqui para a frente.

Além disso, os repasses do atacado para o varejo têm se concentrado, principalmente, nos preços dos alimentos, algo que torna a inflação mais pesada para famílias de menor renda, que comprometem uma parcela maior do orçamento com esses produtos.

Nesta sexta-feira (28), foi divulgado o resultado do IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado), que acumula alta de 13,02% em 12 meses até o mês atual, maior valor desde agosto de 2008.

O principal componente do indicador é o IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), que subiu 18,15% no mesmo período, maior variação desde julho de 2008. O IPC (Índice de Preços ao Consumidor) do

IGP, por outro lado, avançou 2,34%, patamar baixo, porém mais elevado do que o 1,65% alcançado em maio deste ano.

O resultado do IPC da FGV está muito próximo do IPCA, o índice de inflação ao consumidor calculado pelo IBGE que é utilizado pelo Banco Central como meta de inflação e acumula alta de 2,31% nos 12 meses encerrados em julho. O centro da meta é de 4%. Os alíquotas do IPC acumulam alta de 6,81% no mesmo período.

"A única coisa no IPC que está forte é alimentação, principalmente em domicílio, aquilo que a gente compra no super-

Moeda cai 2,8%, para R\$ 5,42, em resposta ao BC dos EUA

O valor é o menor desde o dia 13, e a desvalorização desta sexta (28) foi a maior desde 2 de junho. Na quinta, o Federal Reserve anunciou uma mudança no seu sistema de metas de inflação para tentar levar os EUA de volta ao pleno emprego. A nova regra buscará alcançar inflação de 2% em média ao longo do tempo, compensando os períodos abaixo de 2% com inflação mais alta "por algum tempo". Ou seja, o que mais preocupa o Fed é o estímulo à economia e não a inflação.

mercado. Isso tem a ver com essa mudança de hábito em pouco com dólar também, principalmente entre as proteínas (frango, suínos e bovinos) e alguns grãos que tiveram quebra de safra", diz André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Ibré/FGV.

"Alimentação subiu muito mais que a inflação média. Com isso, quanto mais humilde a família, maior a percepção de que a inflação está alta, porque ela gasta basicamente com a subsistência."

De acordo com Braz, no caso dos índices ao consumidor, mais da metade do peso está nos serviços, segmento com atividades parcialmente paralisadas, e bens duráveis, com vendas reduzidas em razão do receio das famílias em tomar crédito. Contribuem também os preços administrados, como planos de saúde, que tiveram reajuste adiado.

No caso do índice ao produtor, a composição é outra. "O IPA registra quase que instantaneamente o impacto da desvalorização cambial. Além disso, o preço das commodities em dólar está subindo. A China ajuda muito nesse contexto, principalmente quando agente fala de minério de ferro, na medida em que ela começa a mostrar sinais de recuperação", diz Braz.

"A desvalorização da nossa moeda ajuda a balança comercial, mas essa exportação mais forte reduz a oferta

de produtos no mercado doméstico, principalmente de carnes, e torna os importados mais caros."

Ele afirma que pode haver repasses no futuro para o consumidor sustentados por uma redução de margem da indústria, setor que vem absorvendo o encarecimento da matéria-prima. As commodities do IPA subiram em 12 meses 50%, mesmo percentual verificado apenas para o minério de ferro.

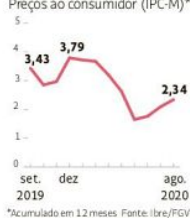
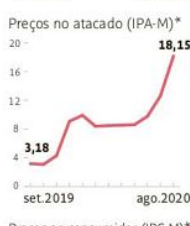
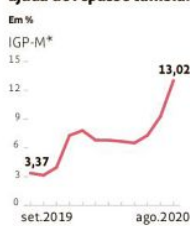
"A probabilidade de isso acontecer aumenta na medida em que a taxa de câmbio se estabiliza em torno de R\$ 5,30. O IPC já vem absorvendo câmbio, mas absorve de forma muito mais comedido do que o IPA", diz o coordenador.

Segundo ele, algum repasse já pode ser visto em alguns bens duráveis, como computadores e produtos de linha branca, mas a variação desses preços ainda está negativa no acumulado em 12 meses.

Cristiane Quartaroli, economista da Ourinvest, afirma que o repasse cambial ainda é pequeno diante da desvalorização de cerca de 35% do real neste ano e que o cenário de inflação é bastante confortável para a política monetária.

"Contudo, a gente não tem perspectiva de o câmbio baixar, principalmente pelo quadro atual, tanto em relação à pandemia quanto em relação às incertezas políticas e à pre-

Inflação pelo IGP-M é a maior desde 2008 com ajuda de repasse cambial



ocupação fiscal. Isso, associado à prorrogação do auxílio emergencial, à reabertura da economia e a uma retomada aos poucos da produção industrial, talvez implique algum reajuste por parte da indústria, tanto salarial como de preços", afirma Quartaroli.

Ela lembra que a projeção de mercado para o IPCA neste ano, de 1,7%, ainda está abaixo do centro da meta de 4%, mas tem subido desde junho. "Aqueles que esperavam uma inflação baixa para este ano poderão começar a rever isso, mesmo que de modo gradual. Os economistas já começam a ajustar esses valores."

Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset, diz que o IGP-M pode impactar o reajuste de algumas tarifas, já que é utilizado como um dos indicadores para definir o aumento desses preços.

André Braz, coordenador dos Índices de Preços do Ibré/FGV, diz que essa participação atualmente é bem menor do que no passado, o que ameniza esse impacto.

Sobre o fato de o IGP-M estar presente em muitos contratos de locação de imóveis, ele diz que a inflação do aluguel residencial está em 3,09% em 12 meses, bem abaixo do IGP cheio, devido à situação desse mercado.

"O proprietário que exigir o cumprimento do indexador do contrato corre o risco de perder o inquilino", diz Braz.

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha

painelsa@grupofolha.com.br

Esquenta

Enquanto São Paulo discute seu ajuste fiscal, o governador João Dória determinou nesta sexta (28) o fim dos incentivos fiscais de dezenas de produtos. A lista abrange desde veículos para pessoas com deficiência e importação de remédio pela Apae até insumos para o setor aéreo e o agronegócio, passando por preservativos e vacinas contra a dengue. Os benefícios, incluindo isenções ou reduções na base de cálculo do ICMS, valem só até 31 de outubro ou 31 de dezembro.

NA PONTA DO LÁPIS Procura da pela coluna, a secretária da Fazenda paulista não informou o impacto da mudança em valores. Disse apenas que os incentivos de ICMS haviam sido firmados em convênios dos estados no Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) e tinham prazo para terminar.

BOLA DE CRISTAL A medida pode gerar apreensão entre os contribuintes, de acordo com o advogado Breno Consoli, tributarista do escritório Martinielli. Segundo o especialista, o Confaz vinha sistematicamente prorrogando a validade dos convênios.

CALCULADORA "Agora, quando houver uma nova renovação de benefício pelo Confaz, não há garantia de que o estado de São Paulo seguirá automaticamente o mesmo caminho", afirma Consoli.

COMBUSTÍVEL Representantes de 60 entidades da indústria, entre associações e sindicatos, fecharam a semana em conversas com deputados federais para pedir que o texto da nova lei do gás do relator Laércio Oliveira (PP-SE) seja mantido sem modificações, ao contrário das alterações pleiteadas pelas distribuidoras estaduais.

ENERGIA "Eles se dizem a favor de uma legislação moderna, sem monopólio da Petrobras, mas querem manter os seus monopólios regionais", afirma Milton Rego, presidente-executivo da Abal (Associação Brasileira de Alumínio).

PLATAFORMA A chinesa Sifang tem sido apontada no mercado como a favorita para ser a fornecedora dos novos trens que vão modernizar a frota das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda da CPTM, quando o sistema for privatizado.

TRILHO O projeto de 30 anos de concessão das duas linhas, que em 2019 superaram 1 milhão de passageiros em dia útil, é tocado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos de SP. As companhias interessadas em participar da licitação consideraram muito curto o prazo de 12 meses previsto para o começo da entrega dos 30 novos trens.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência agosto*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor max. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Ate R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.101,06 14%

*O prazo da competência de agosto vence em 21 set para as empresas; para pessoas físicas, vence em 14 set. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para as empresas.

TRAJETO Entregadores que fizeram greve pedindo melhores condições de trabalho nos aplicativos de delivery na pandemia acabam de lançar uma campanha de financiamento coletivo. O recurso vai ser usado para pagar uma viagem dos líderes do movimento a Brasília no dia 25 de setembro para tentar acelerar a votação de projetos ligados à categoria.

CORRIDA Lançada na quarta (26), a campanha arrecadou até a manhã de sexta (28) R\$ 5.700 de uma meta de R\$ 10 mil na rede de ativismo Nossas. Neste mês, a Câmara aprovou requerimento para votar com urgência o projeto que define regras para o trabalho dos motoqueiros na pandemia.

EM CASA Foram as empresas nacionais que atenderam o boom na demanda da maior parte dos produtos usados no combate ao coronavírus, segundo a CNI (Confederação Nacional da Indústria).

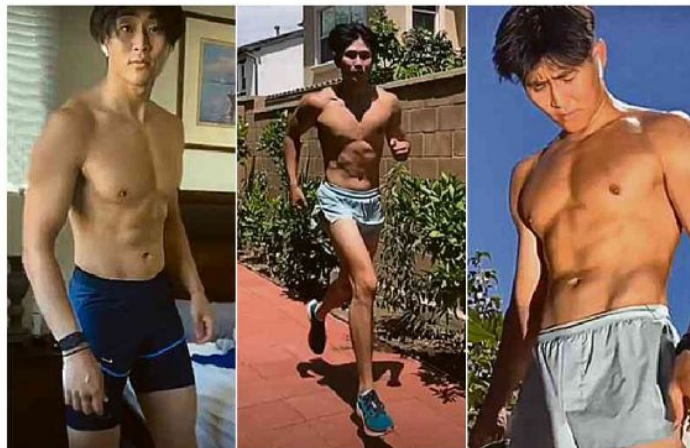
GLOBALIZAÇÃO A entidade analisou o volume de compras dos 284 itens que tiveram o imposto de importação zerado por causa da pandemia. Mesmo com a facilitação, 55% deles tiveram queda ou manutenção do patamar de importação, quando se compara o primeiro semestre com o mesmo período de 2019.

FRONTEIRA Segundo a CNI, medicamento e sabão medicinal tiveram as maiores reduções na importação. Mas a compra de respiradores e máscaras no exterior subiu.

DIAGNÓSTICO A taxa de resultados positivos nos exames de coronavírus feitos pela Raia-Drogasil caiu de 13% em junho para 11% agora, segundo a empresa. A rede de farmácias diz que a demanda pelos exames segue em alta. Começou com 32 mil testes vendidos até 21 de junho e saltou para 157 mil até 19 de julho. Chegou a 300 mil em 16 de agosto.

VAGA A rede Havan, de Luciano Hang, que nesta sexta (28) pediu registro de oferta pública inicial de ações, abriu 450 postos de trabalho para suas novas lojas, que têm inauguração prevista para outubro, em Belém (PA), e novembro, em Florianópolis e Guaíba (RS).

CIFRAS & MODA



Vídeos do TikTok sob a hashtag #5inchseam (entrepernas de 5 polegadas, ou 12,7 centímetros) Reprodução TikTok

Meme no TikTok convence homens a trocar bermuda por shorts curtíssimos

Marca especializada em calções que exibem as coxas vê procura explodir após vídeos serem assistidos 24 milhões de vezes no app

Jacob Gallagher

NOVA YORK | THE WALL STREET JOURNAL Anthony Ferraro costumava usar shorts em tom cígüi, com pernas que terminavam abaixo dos joelhos. Ferraro, 24, contador em Nova York, disse que isso aconteceu durante um "período sombrio" em sua vida, um momento trágico, até cerca de dois meses atrás.

Em julho, Ferraro trocou suas bermudas abaixo dos joelhos por shorts com entrepernas de 12,7 centímetros e bainhas que terminam a meia altura de suas coxas.

O que estimulou essa mudança de vida notável? Ele atendeu ao chamado de um meme que tomou de assalto as mídias sociais e promove a ideia de que mulheres consideram homens que usam shorts curtos mais atraentes do que os de bermudas.

Embora Ferraro esteja satisfeito com seu novo short curto, ele admite que estava "apenas seguindo a tendência, onde quer que ela me leve". E quem o levou a agir assim foi o TikTok.

Recentemente, uma onda de usuários, em sua maioria mulheres, da plataforma de mídia social favorita da geração Z começou a postar vídeos que elogiavam os homens que usam calções curtos.

Os vídeos tomam muitas formas — num deles, uma mulher vasculha uma loja cheia de shorts mais longos e uma narração em off comenta: "Que feio. Nada de beijo para ele".

Em outro, uma mulher recorre a truques de edição para persuadir o namorado a considerar uma troca pelos shorts com entrepernas de 12,7 centímetros. A mensagem é sempre a mesma, porém: toque fogo nas bermudas e compre um short que exiba as coxas.

No TikTok, vídeos com o hashtag "#5inchseam" foram assistidos mais de 24 milhões de vezes. A especificidade da hashtag é notável: a maioria dos homens não saberia especificar o tamanho do entrepernas de seus calções, e muitas marcas tradicionais de moda não especificam o comprimento do entrepernas em etiquetas de seus shorts.

É revelador que marcas de produtos esportivos e para uso ao ar livre, como Nike e Pata-

gonia — ambas estreitamente associadas à tendência —, divulguem seus shorts com referência explícita à medida do entrepernas, o que outros fabricantes de roupas não fazem.

Antes, Josh Benson, 24, consultor financeiro em Tyler, Texas, "não fazia ideia" do comprimento da costura entrepernas de seus shorts. Mas recentemente, uma amiga lhe mostrou um vídeo no TikTok em que uma garota dizia "calções com pernas de 18 ou 20 centímetros de costura são horrores, mas uma medida de 12 ou 14 centímetros te deixa com boa aparência".

Ele imediatamente fez uma busca na Amazon pelo termo "calção de cinco polegadas", e comprou um. O modelo tornou instantaneamente mais bonito? "Acho que eles são mais bacanas", disse Benson, embora não soubesse dizer exatamente o que os torna atraentes. "Não sei se as meninas estão olhando o traseiro ou a parte da frente."

Calções com pernas curtas já estiveram em moda no passado. Nos anos 1970, os jogadores de basquete atuavam com calções lendarmente curtos, e Bob Weir, guitarrista do Grateful Dead, subia ao palco usando shorts jeans com as pernas cortadas bem rente.

Adam Wilson, 21, que concluiu recentemente seu curso superior em Benton, Arkansas, citou "Me Chame Pelo Seu Nome" (2017), cuja ação se passa em 1983, e cujas personagens vagabundeiam pela tela usando calções sumários. O filme, disse, o convenceu a abandonar os calções "longos demais" que usava desde que começou a universidade. Ele agora usa shorts curtos, com pernas na altura das coxas, e está convicto de que "calções mais longos fazem com que a pessoa pareça mais baixa".

Uma das marcas bem posicionadas para aproveitar o meme do TikTok é a Chubbies, do Texas, fundada em 2011 com a missão de reviver o look dos shorts curtos dos anos 1970. O produto mais vendido é um calção com costura entrepernas de 14 centímetros.

Na semana de 19 de julho — que coincide com a circulação dos primeiros vídeos sobre o assunto no TikTok —, a marca registrou 4.600% de alta no tráfego em seu site, com

“ Não sei se as meninas estão olhando o traseiro ou a parte da frente

Josh Benson consultor financeiro, que se rendeu aos shorts curtos

“ O que é essa tendência do TikTok em que héticos acham que foram eles que inventaram os calções com entrepernas de 14 centímetros?!?!?!?!”

usuário do Twitter

“ As pessoas agora querem mostrar mais o corpo, querem se divertir

Anthony Ferraro contador, que trocou as bermudas pelos shorts

relação à semana anterior.

Mas por que o "#5inchseam" decolou no TikTok, entre os mais jovens da mídia social? A teoria de Ferraro é que, depois de semanas trancafiadas durante as quarentenas em todo o país, "as pessoas agora querem mostrar mais o corpo, querem se divertir". Atela Monet, 22, universitária em Los Angeles, ofereceu a perspectiva feminina muito necessária: quando os homens usam shorts curtos, "eles estão indo contra a norma" e adotando algo que na verdade "é um pouco mais feminino". Esse caminho que contraria os instintos habituais transmite confiança, o que, nas palavras de Monet, "é muito bonito".

Os calções curtos também permitem que os homens exibam os músculos de suas coxas. Tom Montgomery, vice-presidente de tecnologia e um dos fundadores da Chubbies, acredita que muitos sujeitos hesitavam em fazê-lo, quando a marca foi criada. Quase uma década mais tarde, porém, "uma visão positiva do corpo está ganhando espaço", levando mais homens a flexionar os músculos de suas pernas de modo mais público.

Mais recentemente, vídeos com o hashtag #5inchseam foram postados no TikTok por homens em muito boa forma e ansiosos por exibir seus músculos esculpidos pela ginástica. A tendência certamente os beneficia.

É preciso apontar que os homens gays favorecem expor mais as coxas desde muito antes de o TikTok existir. Como disse um usuário do Twitter, "o que é essa tendência do TikTok em que héticos acham que foram eles que inventaram os calções com entrepernas de 14 centímetros?!?!?!?!"

O fenômeno coloca os homens em uma posição que as mulheres conhecem muito bem: a de serem encarados como objetos por causa daquilo que vestem.

O meme "é um jeito divertido de virar o roteiro", depois de décadas de pressão social que compele as mulheres a se vestir de um jeito sexy, disse Lawrence Schlossman, 33, que apresenta um podcast de moda masculina e defende os shorts curtos há muito tempo.

Tradução de Paulo Miglicci

Veículo: Estadão	
Data: 29 a 31.08.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária: Um debate necessário

28 de agosto de 2020 | 17h07

Felipe Calabrez, é professor de Relações Internacionais e pesquisador pela Fundação Podemos. Possui doutorado em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

A questão tributária, que no Brasil sempre gerou indignação nas empresas e cidadãos, enfim está na ordem do dia e é pauta política central. É chegada a hora de discutir a fundo e com seriedade a razão de tanto descontentamento por parte dos brasileiros e brasileiras e de propor soluções inteligentes e factíveis. Uma solução política que esteja à altura do problema exige, no entanto, um entendimento mais profundo da natureza da tributação e de seus princípios basilares.

É razoavelmente consensual que um sistema tributário deve conter princípios de justiça e segurança jurídica. Ou, ainda, em termos econômicos, deve promover equidade ao mesmo tempo que não prejudique a eficiência alocativa.

É notório que o sistema tributário brasileiro, ao contrário disso, é extremamente complexo, cumulativo, burocrático e injusto. É a partir

desses consensos mínimos que deve se desenrolar o atual debate no país. Por isso, por trás da cacofonia sobre alíquotas e carga tributária, vale organizar o debate em torno do princípio que predomina nos argumentos e seus pressupostos.

Por um lado, temos aqueles que privilegiam a *simplificação tributária*. Aqui predomina a preocupação com o custo burocrático e com a insegurança jurídica que o confuso modelo atual produz para as empresas, prejudicando sua competitividade.

O princípio da simplificação tributária, podemos dizer, é o que tem predominado na proposta apresentada pelo governo e também na proposta em discussão na Câmara dos Deputados. A proposta apresentada pelo Ministério da Economia defende a unificação dos impostos federais PIS e Cofins em um único imposto, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), prevendo uma alíquota de 12%. Já a proposta em análise na Câmara dos Deputados, a PEC 45, idealizada por Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF) e apresentada pelo deputado federal Baleia Rossi (MDB-SP) é mais abrangente, propondo a unificação de cinco tributos: além do PIS e Cofins, haveria a eliminação do IPI (imposto federal), do ICMS (estadual) e do ISS (municipal), criando o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que seria um imposto de caráter nacional, de base ampla, não cumulativo e que contaria também com uma gradual transição.

Por trás dessa proposta está a noção microeconômica de que a simplificação será capaz de melhorar o ambiente de negócios, incentivando a geração de emprego e renda e, portanto, impactando positivamente no PIB. Estudos do próprio Centro de Cidadania Fiscal

(CCiF) estimam que o modelo proposto poderia produzir um incremento de 20% da *renda per capita* nos próximos 15 anos. Por outro lado há a visão que privilegia o problema da *justiça tributária*. Sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, é inaceitável que o Estado brasileiro não apenas não atue para mitigar as desigualdades mas ainda as reforce por meio de um sistema tributário injusto e regressivo. Aqui a preocupação central recai sobre uma reforma que produza a redistribuição da carga em direção a um modelo de progressividade. Destaca-se aqui a proposta da Plataforma de Política Social, coordenada pelo economista Eduardo Fagnani, cujo enfoque recai sobre taxação de renda e patrimônio. Dentre outras medidas, propõem-se mudança das alíquotas do IR (Imposto de Renda), ampliando das atuais quatro para sete alíquotas, aumentando a faixa de isenção para quem ganha até três salários mínimos, o que afetaria 34% dos contribuintes, e aumentando a alíquota do teto dos atuais 27,5% para 45%, alíquota que atingiria ínfimos 0,1% da população. Propõem-se também a eliminação da isenção sobre lucros e dividendos e reforço de impostos sobre grandes fortunas. Esse conjunto de medidas geraria, de acordo com as estimativas de Fagnani, um saldo líquido positivo de cerca de 292 bilhões, isto é, haveria aumento da carga tributária.

Este conjunto de propostas deriva-se de uma visão crítica à proposta que tramita na Câmara, que se limitaria a simplificar impostos que no fim das contas incidem sobre o consumo, não aumentando a capacidade arrecadatória do Estado brasileiro – que, vale frisar, será essencial no momento pós-pandemia – e não combatendo os mecanismos que favorecem a concentração de renda.

Apesar das divergências políticas e diferenças de prioridade, aqueles dois eixos tratados acima (*simplificação tributária e justiça tributária*) não devem ser vistos como opostos e mutuamente excludentes. Não há contradição entre eficiência econômica e redução de desigualdades. Ao contrário disso, estudos revelam que a redução dos índices de desigualdade não são apenas desejáveis do ponto ético e moral como também são funcionais para o próprio sistema econômico. Isto se revela uma verdade, sobretudo no Brasil, país que conserva níveis abissais de desigualdade e mantém um sistema tributário que além de complexo é regressivo. Por aqui onerar o consumo é injusto, dado que a propensão marginal a consumir é maior entre os que têm menor renda, ou, em bom português, os mais pobres necessitam reverter 100% de sua renda em consumo para ter acesso a bens básicos de sobrevivência. Mas onerar o consumo no Brasil não é apenas injusto como também disfuncional para a própria economia e para o mercado interno, posto que o consumo das famílias ainda é um dos principais motores da economia.

A simplificação tributária poderá ou não engendrar “expectativas positivas” capazes de contribuir para a retomada do crescimento econômico, como advogam seus defensores. Mas ela certamente será insuficiente se não for acompanhada de uma redução dos impostos que incidem sobre o consumo, o que produziria um efeito macroeconômico de estímulo à demanda. E ela será não apenas insuficiente, mas, mais que isso, irresponsável, se não mexer no caráter regressivo do atual modelo, atacando os mecanismos que perpetuam nossos inaceitáveis níveis de desigualdade.

O Brasil encontra-se diante de uma importante janela de oportunidade! Resta saber se saberá aproveitá-la e se seus congressistas se mostrarão à altura dessa tarefa.

CAMINHOS PARA A RECUPERAÇÃO

RECEITA PRIVADA

Empresários defendem retomada da agenda liberal para sair da crise

HENRIQUE GOMES BATISTA,
IVAN MARTÍNEZ-VARGAS E
JOÃO SORIMA NETO
@globeconomia
@globeconomia

Executivos do setor privado consideraram a semana que passou um exemplo das dificuldades que o país enfrenta para retomar a trilha do crescimento da economia e deixar para trás a retração dos últimos meses provocada pela pandemia do novo coronavírus, quadro que ficará ainda mais visível nesta semana com a divulgação do desempenho da economia no segundo trimestre, ápice da crise.

Paulo Guedes, o comandante da equipe econômica, prometeu entregar um "Big Bang", como definiu seu pacote de obras e outras medidas, mas acabou a semana sem anúncios e teve sua proposta de reestruturação do Bolsa Família no novo Renda Brasil rejeitada publicamente pelo presidente Jair Bolsonaro.

O GLOBO ouviu oito líderes

de grandes empresas brasileiras sobre quais seriam as soluções de curto prazo que deveriam constar de um plano de ação para conduzir a economia a uma recuperação consistente. Na visão dos executivos, ações para garantir renda aos mais vulneráveis são im-

portantes, mas é preciso encontrar soluções que contemplem o equilíbrio das contas públicas.

Na opinião desses representantes do PIB brasileiro, o governo precisa aprovar reformas que possam, de fato, trazer segurança jurídica pa-

ra incentivar investimentos, emprego e competitividade.

A receita que aparece nas entrevistas é conhecida e se aproxima do discurso liberal que Guedes tem dificuldades de colocar em prática: aprovar as reformas tributária e administrativa, avançar de fato nas

privatizações e retomar o equilíbrio das contas públicas. O meio ambiente também precisa ser contemplado.

— Todos nós esperamos a plataforma que foi dita desde a eleição: controle do gasto público, menor participação do governo na economia, pri-

vatização e as reformas. Qualquer desvio nesta direção assusta um pouco — resume João Carlos Brega, presidente para a América Latina da gigante Whirlpool, das marcas Brastemp e Consul.

Para Marco Stefanini, fundador da companhia de tecnologia da informação que leva seu sobrenome, a retomada passa pela geração de empregos. Mas o veto de Bolsonaro à desoneração da folha de pagamentos de empresas até 2021 deixou dúvidas sobre essa prioridade. A dubiedade do governo — ora apostando na rigidez fiscal ora na alta das despesas — também é citada como um fator contrário às perspectivas de investimentos, fundamentais para a recuperação.

— Olhando do ponto de vista da eficiência, às vezes me dá a sensação de que estamos tentando romper um ciclo vicioso, isso não é fácil — diz Viviane Martins, presidente da Falconi Consultores.

João Carlos Brega

Além de defender a responsabilidade fiscal, uma promessa do governo, o presidente para a América Latina da Whirlpool (dona de marcas como Brastemp e Consul) afirma que a retomada da economia se dará com as reformas e as privatizações. Para ele, todas devem correr

simultaneamente. O executivo afirma que o governo e o Congresso têm condições de pensar em mudanças na tributação e na administração junto com o processo de venda de estatais:

— Todo mundo gostaria que tudo fosse feito rápido, há um período de gestação. Não adianta colocar nove gestantes, uma ao lado da outra, quem não teremos uma gravidez em um mês. São temas muito delicados e muito difíceis — afirma. — Isso é igual matemática, nenhuma é suficiente, mas todas são necessárias. O jogo é "e", não "ou".

O executivo se mostra preocupado com um falso otimismo da economia, por causa do bom momento das Bolsas de Valores e com os auxílios financeiros às camadas mais pobres. Ele afirma que o governo acertou ao agir rápido para atender aos mais vulneráveis, mas os desafios continuam:

— Agora tem a equação de como a gente sai disso.



FOTOS DE DIVULGAÇÃO

Viviane Martins

A presidente da consultoria Falconi vê a retomada do crescimento passando pela busca da eficiência. Assim, ela prioriza a reforma administrativa, mesmo reconhecendo a importância da tributária:

— Nos últimos 20 anos, estamos abaixo do crescimento médio da América Latina. Crescemos

pouco, gastando muito e mal. Muita gente acha que deveriam andar juntas, mas penso na dificuldade política de duas reformas ao mesmo tempo. A escolha da reforma administrativa, enxugar um pouco esses gastos. A executiva também discorda da visão de que investimento em infraestrutura é uma boa alavanca para a retomada. Prova disso, em sua opinião, é a imensa quantidade de obras públicas incompletas no país, metade delas parada por questões técnicas, não por falta de verbas. Uma das principais lideranças do país na defesa da agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, ela aponta esse caminho como motor de uma retomada consistente:

— Economia verde é uma vocação natural do Brasil. Enquanto não vimos que uma árvore deitada vale menos que uma em pé, não se vai planejar um desenvolvimento sustentável. Hoje, a Amazônia é quase um incômodo, mas deveria ser vista como um tesouro.



Miguel Gualarte

Não existe uma "bala de prata" para destravar a economia, segundo o presidente da Marfrig. O Brasil pode criar um ambiente de negócios mais saudável, com uma carga tributária correta, ele avalia. Para isso, é preciso avançar

numa reforma tributária que simplifique e desburocratize o

complexo sistema de impostos do país, trazendo ganhos de produtividade às empresas. Isso, na visão do líder da gigante de carnes, aumentaria a competitividade da economia. Se houver consenso

tanto do Executivo quanto do Legislativo, as reformas tributária e administrativa podem andar juntas, acredita:

— Não sei se vai acontecer, mas havendo esse entendimento e participação da sociedade, há espaço. Para ele, a retomada passa também pelo aumento do emprego e da recuperação da renda das pessoas. Gualarte argumenta que não existe melhor programa de distribuição de renda que vagas de trabalho, mas ressalta o impacto dos programas de transferência.

— Manutenção do auxílio emergencial por mais um período, sem entrar no mérito do tamanho do benefício, assim como o programa Renda Brasil terão um impacto importante para o consumo doméstico, o que também ajuda a estimular a economia.



Mate Pencz

Um dos fundadores da Loft — start-up "unicórnio" do setor imobiliário —, o empresário acredita que a prioridade para a retomada da economia do país é a manutenção do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas da União.

Pencz, que se criou na Europa e se formou nos EUA, entende que

o auxílio emergencial foi importante, mas lembra que no Brasil o "cobertor é mais curto". Para ele, agora, o governo precisa buscar soluções criativas para assistir os mais pobres e manter o equilíbrio das contas. Ampliar as privatizações também é visto como algo fundamental, pois ele acredita que o país vive uma oportunidade única com os juros baixos:

— Hoje, existe um Brasil que dá certo: de empreendedores e start-ups que estão surfando a onda dos juros mais baixos da história, trazendo investimentos, gerando empregos e renda. Mas, caso o controle fiscal seja perdido, o risco é uma escalada dos juros, do câmbio e da inflação, o que ameaçaria acabar com esta onda positiva que está nutrendo o Brasil hoje. O sócio da Loft acredita que a reforma tributária é prioritária e, mesmo conhecendo-se pouco de seus detalhes, gosta dos princípios defendidos pelo ministro Paulo Guedes: transparência e simplificação.



Flávio Rocha

Para o controlador da rede de lojas Riachuelo, a prioridade número um do governo precisa ser a reforma administrativa, e não a tributária.

— Primeiro você projeta a casa e depois vai ao banco para levantar o dinheiro. O Brasil está fazendo o contrário — diz.

Rocha defende, por exemplo, o fim da estabilidade dos funcionários públicos.

Para o empresário, a pior proposta de mudança do sistema tributário é a PEC 45, em tramitação na Câmara, que prevê a unificação de PIS, Cofins, IPI (federais), ICMS (estadual) e ISS (municipal) em um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

— É a prova de que é possível piorar o pior sistema tributário do mundo. As três bases clássicas de tributação, que são renda, consumo e patrimônio, estão falidas. É preciso anexar a informalidade, que hoje é de 40%, à base tributária. Isso o imposto digital (defendido pelo ministro Paulo Guedes) faz magistralmente.

Segundo ele, a tributação sobre operações financeiras digitais permitiria ampliar a base de contribuintes, porque incorporaria recursos dos informais, o que tornaria possível uma redução das alíquotas.

CHARLES SHOLL/RAIN IMAGE



Luis Gonçalves

É preciso manter e incentivar a revolução digital turbinada pela pandemia, na visão do líder da Dell para América Latina. Para ele, isso já está sendo feito por outras nações, sobretudo na Ásia, e pode gerar avanços importantes, inclusive para a redução da desigualdade:

— Precisamos de um esforço programático e coordenado para aumentar a inserção digital, tornar isso uma vantagem competitiva, aumentar a produtividade e ampliar o acesso a serviços como saúde e educação.

O executivo lembra que o país está cheio de incertezas sobre o leilão 5G, enquanto outros países estão avançando nesta e em outras tecnologias.

Do ponto de vista macroeconômico, Gonçalves afirma que é hora de pensar grande:

— O mundo dos negócios e os cidadãos esperam as reformas, não há mais um questionamento do que fazer, a questão toda está centrada na dinâmica da realização. Porém, ele acredita que as incertezas e a falta de visão de longo prazo já afetam as decisões sobre investimentos.

— A CPMF é o que a gente quer no longo prazo? A impressão é que estamos buscando a reforma para solucionar algo imediato, e não pensando no país no futuro.



Lídia Abdalla

À frente da rede de laboratórios médicos Sabin, ela diz que o setor de saúde privada não pode sair prejudicado da reforma tributária. Se for aprovada, a proposta de que os setores de serviços paguem maior alíquota de imposto precisa ser compensada, defende:

— A maior preocupação do setor neste momento é que a alíquota do PIS/Cofins passaria de algo entre 5% e 6% para 12% na proposta do governo. Os serviços ficarão até 7,4% mais caros, e isso pode sobrecarregar o sistema público de saúde.

Para a executiva, é preciso encontrar mecanismos que atenuem a alta do custo, como a desoneração da folha de pagamento.

— Estudos mostram que, de 117 países que adotam imposto único, 76% dão isenção total aos serviços de saúde e outros 6% aplicam uma alíquota menor que a padrão para o setor.

Abdalla também defende a manutenção do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas da União, e diz ver com preocupação o que chama de desalinhamento entre o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes sobre a forma de custear programas sociais.



Marco Stefanini

A retomada da economia brasileira passa pela geração do emprego, diz o fundador da multinacional de tecnologia, Stefanini. Mas, na visão dele, o governo perdeu o foco em políticas para a criação de novas vagas no setor formal. Ele cita como exemplo recente disso o fato de o presidente Jair

Bolsonaro ter vetado a desoneração da folha de pagamento de empresas de alguns setores até 2021.

— É uma renúncia de apenas R\$ 8 bilhões para o governo. O auxílio emergencial foi importante para manter a economia informal em movimento, mas não pode ser mantido pela vida toda — avalia.

Para o empresário, a reforma tributária proposta pelo governo, que aumenta a carga para o setor de serviços, e o veto à desoneração da folha sinalizaram que não existe preocupação do Executivo com a criação de vagas no setor formal, onde se paga imposto. Ele diz que as reformas tributária e administrativa deveriam caminhar simultaneamente no Congresso:

— Se as empresas privadas tiveram que cortar custos para se adaptar aos novos tempos durante a pandemia, o setor público também deve fazer o mesmo reformando o Estado.

EDLSON BANTAS





ENTREVISTA

Pedro Albuquerque / ECONOMISTA

Pesquisador que atuou no BC e estudou impacto da antiga CPMF na economia diz que esse tipo de imposto sobre transações é 'fácil' e 'preguiçoso'

CÁSSIA ALMEIDA casia@oglobo.com.br

'DEBATE NO BRASIL PARECE PARADO NO TEMPO'

Pedro Henrique Albuquerque dá aulas de Economia e Finanças na Kedge Business School em Marselha, na França, há dez anos, mas conhece bem a estrutura tributária brasileira, especialmente a extinta CPMF. Ele é autor de um dos principais estudos que apontam distorções provocadas pelo antigo tributo, que vi-

Se queremos fazer justiça fiscal, vamos chamar as pessoas que têm maiores rendas a contribuir mais. O problema da CPMF é que não há essa relação. Não há como dizer que a pessoa que faz mais transações financeiras é a que tem mais renda. Se tributa o sistema bancário formal, cria-se o que se chama em inglês de *shadow*

gou entre 1997 e 2007. Por isso, diz que o debate sobre a reforma tributária no Brasil parece ter parado no tempo, sem caminhar no sentido do desenvolvimento sustentável, como estão fazendo os países desenvolvidos. Albuquerque, que trabalhou no Banco Central na gestão de Aminio Fraga, afirma que o Brasil precisa se unir aos esforços internacionais para tributar grandes empresas de tecnologia, mas não da forma como planeja o ministro da Economia, Paulo Guedes, que recusa comparações com a CPMF.

O governo estuda um imposto sobre transações financeiras, nos moldes da antiga CPMF, alegando que alcançará as transações digitais das empresas de tecnologia. O senhor concorda?

Quando falamos de imposto sobre transações digitais, na maior parte dos países, estamos falando de como buscar parte da receita dessas megacompanhias, que são muito ricas e não estão contribuindo para o bem-estar social. Daí passar para a história da CPMF vai muito longe. Quando falamos de CPMF, estamos falando de tudo, de todas as transações, sejam elas digitais ou não. Ela não pode ser chamada de um imposto apenas sobre transações ou comércio digital. Isso é um imposto sobre toda a economia.

Quais os riscos desse imposto?

banking, um banco subterrâneo, que já existia na época do CPMF quando empresas criavam câmaras de compensação para trocar cheques. O imposto tende a ser desfavorável para a pequena e média empresa. Uma grande monopolista que tem o controle sobre a cadeia produtiva tem uma vantagem com esse imposto que não deveria existir. A CPMF tende a ser um imposto favorável aos negócios concentrados e não aos distribuídos, que queremos por questões sociais, para criar vantagem para o pequeno e médio empresário, para as companhias locais, para a atividade cooperativa. Há um incentivo para haver ainda mais transações informais ou semiformais. O problema do Brasil, nós sabemos de longo tempo, é a dificuldade de fazer aqueles que podem pagar pagarem. Isso não muda.

Mas o argumento é que o imposto alcançaria a economia informal...

Um imposto como a CPMF é como usar um martelo para matar mosca. Está tributando muito mais os outros e não a economia informal. Vai ser indiretamente tributada, mas não no seu núcleo. Dizer que é para tributar a economia informal sempre foi, para mim, um tanto falacioso.

Algum país adota esse imposto?

Não que eu saiba. Estudo do FMI mostrou que esse é um



GEVANNI OTTARINI/CEI

gar. É por aí que a discussão deveria passar.

Quais setores?

Impostos sobre a folha de pagamento não são bons porque penalizam o emprego formal. No Brasil, há os problemas clássicos e os novos. Os clássicos são a distribuição de renda e riqueza muito desigual. Se a pessoa tem um patrimônio extremamente elevado, deveria contribuir mais. É uma questão de justiça social básica. Se você se beneficia mais do sistema deveria contribuir mais para o sistema. Houve progressos, mas estamos longe de resolver.

E os novos problemas?

Novos impostos, novas alternativas tributárias que estão ligadas aos novos problemas de desenvolvimento sustentável. Há uma tendência (no mundo) de evoluir na direção de maior justiça no sentido de que atividades que são mais destrutivas a longo prazo para a sociedade como um todo devem pagar

mais. Atividades poluentes deveriam pagar mais impostos, atividades que não produzem poluição, como energias limpas, não deveriam pagar imposto ou até receber subsídio. O debate no Brasil não evoluiu muito nesse sentido. Vejo as discussões no Congresso e nos jornais, e estão defasadas.

O senhor se refere às discussões sobre a reforma tributária?

A discussão no Brasil passa por simplificação, redução da ineficiência fiscal, mas a tendência do mundo é prestar atenção a isso, como está acontecendo na Ásia e na Europa em particular. Se o Brasil quiser ficar alinhado a esse movimento, tem que passar a ter essa discussão.

Nossa reforma tributária corre o risco de ficar velha?

Talvez seja uma oportunidade perdida. Acho que a reforma não está vendo certas dimensões mais modernas dessa problemática. As temáticas me parecem um pouco paradas no tempo. Talvez devesse ter economistas mais jovens participando da discussão (risos). É verdade que ainda há coisas no Brasil a fazer que não fizemos nos anos 1980, mas isso não quer dizer que vamos fazer agora como se fosse nos anos 1980.



“Quando falamos de CPMF, estamos falando de tudo, de todas as transações, sejam elas digitais ou não. Não pode ser chamada de um imposto apenas sobre transações ou comércio digital. É um imposto sobre toda a economia”

“Nenhum país que eu conheço está discutindo cobrar um imposto se eu pago um cafezinho com cartão”

“Um imposto como a CPMF é como usar um martelo para matar mosca. Está tributando muito mais os outros e não a economia informal”

“O problema do Brasil, nós sabemos de longo tempo, é a dificuldade de fazer aqueles que podem pagar pagarem. Isso não muda”

imposto que tende a aparecer e desaparecer porque normalmente é usado em emergências. O governo que não tem maioria no Congresso costuma usar porque não tem outra opção. Acaba porque a arrecadação frustra ou porque é um imposto que não permite fazer políticas sociais. Tem esse conflito entre o imposto correto e o imposto necessário. O governo brasileiro talvez esteja buscando o imposto necessário por falta de alternativas, mas isso não justifica empobrecer a discussão. A busca da facilidade fica bem longe da qualidade. Nenhum país que eu conheço está discutindo cobrar um imposto se eu pago um cafezinho com cartão.

O imposto digital também está fora do debate no Brasil?

A primeira coisa que o governo brasileiro deveria fazer é se integrar aos grupos de trabalho internacionais. Se o Itamaraty pedisse visto e participações nas discussões, a União Europeia veria com bons olhos porque o Brasil é uma economia grande. Vejo mais integração de países asiáticos como Índia e China. Quanto o Google está pagando ao Tesouro brasileiro a despeito de estar tendo lucros enormes vendendo serviços de publicidade a companhias brasileiras? Essa discussão é que está

faltando. Mas esse debate tem que ser feito com outros países. O Brasil sozinho dificilmente vai conseguir impor um imposto ao Google. São companhias muito poderosas e, por isso, a discussão teria que ir muito mais longe que o gabinete ministerial. É relativamente único na história do mundo que empresas tenham sido capazes de acumular tanta riqueza sem devolver à sociedade parte dessa riqueza.

Por que o Brasil insiste em tributos como a CPMF?

Porque é um imposto fácil, talvez não devesse dizer isso, mas é um imposto preguiçoso, fácil de fazer. Os bancos são bons em controlar as transações financeiras. O sistema bancário consegue fazer isso em dias. É um imposto fácil, comparado com IVA, de valor agregado, que é muito correto do ponto de vista teórico, mas difícil de fazer funcionar, precisa de toda uma estrutura. O problema do Brasil é que a carga tributária é alta para o nível de desenvolvimento. As pessoas têm a preocupação de não aumentar impostos. Mas, infelizmente, é por aí o caminho. Sabemos que certos segmentos da população, certos setores da economia não pagam o que deveriam pa-

O GLOBO

MÍRIAM
LEITÃO



globo.com.br/economia/Amir/AmirLeitao
[miriamleitao@globo.com.br](https://globo.com.br/economia/Amir/AmirLeitao)

Com Marcelo Laureiro



Escolhas trágicas na economia

O tumulto da sexta-feira com o afastamento do governador Wilson Witzel ajudou a afastar a atenção da área econômica, que vivia o constrangimento de um ultimato dado pelo presidente para ter em mãos o novo Renda Brasil. Foi mais uma semana ruim para o ministro Paulo Guedes. No mercado, a dúvida sobre a sua permanência; no Ministério, a corrida atrás do dinheiro para cumprir outra ordem do presidente: ter recursos para as obras dos ministros Tarcísio Freitas e Rogério Marinho. Por isso a verba do combate ao desmatamento e aos incêndios quase foi usada para outros fins.

A pasta do Meio Ambiente, como se sabe, é ocupada por um inimigo do meio ambiente. É do seu feito sabotar as ações dos órgãos de fiscalização, ou não dar os meios para que as missões se realizem. O Ministério da Economia conseguiu fazer Ricardo Salles parecer um ambientalista. Na sexta-feira, o MMA comunicou que estava suspendendo 100% das ações porque o dinheiro do Ministério fora congelado. Com o susto, o orçamento foi descongelado, e restou ao vice-presidente dizer que Salles havia se precipitado.

Os dias têm sido pesados na área ambiental. Estudos mostram o avanço do desmatamento, e o efeito da queimada na saúde humana. O movimento das empresas e bancos contra essa deterioração tem crescido. No exterior, as notícias confirmam os temores dos investidores. O vice-presidente Hamilton Mourão vinha ouvindo com atenção os empresários, executivos, banqueiros e administradores de fundos. Mas mostrou na quinta-feira que, se ouviu, não entendeu. Segundo ele, os 24 mil focos de incêndio em um mês na Amazônia são “agulha no palheiro”. A notícia de que o Brasil tiraria a verba do combate ao desmatamento e incêndio seria arrasadora.

Há outro complicador. O dinheiro do Fundo Amazônia não está sendo utilizado, mesmo quando há disponibilidade e projeto, por causa do teto de gastos. Lá estão parados hoje R\$

200 milhões, de acordo com o site oficial. O Fundo não consegue executar os projetos contratados e com recursos porque a despesa bate no teto. O dinheiro do MMA quase foi tirado para atender às ordens do presidente que nunca se importou com o futuro da floresta. Ao mesmo tempo, os recursos de um fundo formado por doações de outros países, mesmo quando há projetos aprovados, não podem ser usados. As autoridades já foram avisadas pelo BNDES e pelos doadores, mas não tomaram qualquer providência.

Ministério da Economia tira dinheiro do combate ao desmatamento para atender aos ministros fura-teto que Guedes havia criticado

Justiça, em operações de comando e controle, fica no dilema: usar os recursos do Fundo e bater no teto, ou usar recursos próprios e não conseguir utilizar o dinheiro do fundo”, me contou um funcionário que acompanha a kafkiana situação em que a área ambiental está, e da qual estão a par todas as autoridades, inclusive o vice-presidente Hamilton Mourão.

Na Economia, esta foi a semana de anunciar um outro enorme rombo nas contas públicas, de R\$ 87 bilhões em julho. Nos sete me-

ses, o buraco é de R\$ 505,2 bilhões. O ministro Paulo Guedes tem que administrar esse mar vermelho e ainda engolir os ataques do presidente Jair Bolsonaro. A crítica ao seu projeto foi feita pelo presidente no religamento de um alto-forno da Usiminas, em ato público e demagógico, quando poderia ter sido dita diretamente ao próprio ministro e à sua equipe. Todo mundo entendeu como um ato de fritura que de fato foi. Mas num a reunião do Instituto Aço Brasil, Paulo Guedes mostrou que do presidente tudo suporta.

– Eu falei para o presidente: carrinho fora da área não dá. Se fosse na área era pênalti.

Em rápida passagem pelos microfones da imprensa, Guedes repetiu as palavras do presidente, de que “R\$ 200 é pouco”. Mas foi esse o número que a equipe econômica havia apresentado, tanto na primeira versão do auxílio emergencial quanto no valor que cabia no orçamento para o Renda Brasil.

Segundo Guedes, “é perfeitamente legítimo” o presidente querer outro valor. Querer pode. O problema é que há limites fiscais, e cabe ao ministro apresentá-los ao governo. Em vez de conter o ímpeto gastador dos colegas que ele alcinhou de “fura-teto”, o ministro Paulo Guedes mandou a equipe sair procurando dinheiro em outras áreas. Os recursos da proteção da Amazônia quase foram vítimas das escolhas trágicas do Ministério da Economia.



Deputados e governos estaduais brigam por verba contra Covid

Ministério da Saúde diz que cabe a gestor local direcionar repasses federais

NATÁLIA PORTINARI
natalia.portinari@globo.com.br
 BRASILIA

A pressão de parlamentares sobre secretários de saúde estaduais para indicar o destino da verba repassada pelo governo federal aos estados para o combate à Covid-19 levou o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, a determinar que o dinheiro é de livre uso pelos gestores de cada estado.

O esclarecimento ocorreu após Carlos Eduardo Lula, secretário estadual de Saúde do Maranhão e presidente do Conselho

Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass), questionar Franco na reunião do Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Ministério da Saúde, na quinta-feira.

O presidente do Conass disse que secretários estaduais e municipais vêm lidando com um problema recorrente: parlamentares dizem que “colocaram” os recursos nos estados e cidades e, por isso, têm direito de determinar o seu uso.

O GLOBO mostrou que há deputados e senadores que, com base nesse argumento, exigiram que fos-

sem compradas drogas sem eficácia comprovada para a Covid-19 ou até cursos de odontologia com a verba da crise do coronavírus.

— A pergunta que eu faço é: esse uso é para o gestor, livre para ele usar nos termos da portaria ou é de fato emenda parlamentar? A definição sobre isso de forma clara pode resolver o problema de muita gente, já que vez por outra o parlamentar chega, e aí falamos: “Então eu quero o empenho da emenda parlamentar”, e ele (parlamentar) não tem — afirmou Carlos Eduardo Lula.

Esclarecendo que estava falando em nome do ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, o secretário-executivo da pasta, Elcio Franco, disse que é “bem claro” que a verba disponibilizada pelo governo federal foi enviada “para o gestor de saúde de estados e municípios utilizar”.

— Tanto é que ela foi referenciada em aspectos inerentes ao SUS e à Covid, tais como a parte demográfica, o custo de atenção básica, o teto de alta e média complexidade e também a conta epidemiológica — disse o secretário-executivo.

Em um estratégia do governo para consolidar sua base no Congresso, parlamentares receberam a oferta de indicar o destino de cerca de R\$ 10 milhões, cada, para o enfrentamento à Covid-19. Eles re-

clamam, porém, que as liberações não atenderam as expectativas. Já secretários de Saúde ficaram incomodados com a tentativa de congressistas de impor um determinado uso para a verba.

Ao GLOBO, Carlos Eduardo Lula disse que, após o esclarecimento, a pressão dos deputados e senadores deixa de fazer sentido:

— Eu fiz a indagação exatamente porque o ministério hesitava em dizer aquilo. Perguntei: é ou não é indicação dos senadores (e deputados)? E disseram que não é.

NAS REDES SOCIAIS

Após a liberação de R\$ 13,8 bilhões pela portaria 1.666 do Ministério da Saúde, no início de julho — à qual Carlos Eduardo Lula se referiu em sua pergunta ao secretário-executivo —, deputados e se-

nadores anunciaram terem sido responsáveis pela liberação de determinadas quantias para estados e municípios.

Em julho, O GLOBO mostrou que deputados e senadores estavam indo para as redes sociais mostrar que haviam sido os responsáveis pela liberação de recursos para suas bases eleitorais. O deputado Luís Miranda (DEM-DF), por exemplo, chegou a publicar uma tabela do governo “provando” ser o responsável pelo aporte. Já o gabinete do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) enviou ofício a um prefeito informando que o repasse de R\$ 200 mil ao município fora concretizado pelo trabalho dele.

O Ministério da Saúde nega que a verba seja distribuída segundo critérios políticos e diz que usou parâmetros técnicos.

A Câmara abriu a porteira para o aumento do gasto

Caberá agora ao Senado não referendar as decisões, mantendo as proibições previstas na LC 173

31/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Com o apoio de todos os líderes políticos, o Senado e a Câmara aprovaram uma ajuda de R\$ 60,15 bilhões da União aos Estados e municípios, como forma de compensar a queda de receita que eles teriam com a recessão econômica provocada pela pandemia da covid-19. Além disso, os governos estaduais e as prefeituras foram beneficiados com a suspensão dos pagamentos de suas dívidas com a União e puderam também reestruturar as suas operações de crédito interno e externo junto ao sistema financeiro e a instituições multilaterais de crédito.

O pacote de ajuda custou caro aos cofres públicos, mas foi necessário em um momento de grave crise sanitária no país e no mundo. Ao aprovar a lei complementar 173, que autorizou o auxílio financeiro, o Parlamento procurou evitar que os recursos repassados pelo Tesouro fossem desviados para outras finalidades, que não o combate à covid-19.

Procurou também olhar para o futuro, para o pós-pandemia, uma vez que é preciso ajustar as contas públicas depois de gastos tão vultuosos. De janeiro a julho deste ano, o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central ficou em R\$ 505,187 bilhões.



Por isso, a lei complementar 173 estabeleceu que a União, os Estados e os municípios não podem conceder aumento salarial ou qualquer outro tipo de vantagem aos servidores até 31 de dezembro de 2021. A proibição foi estendida à criação de cargos, alteração de estrutura de carreira, contratação de pessoal, realização de concurso público e criação de qualquer despesa obrigatória de caráter continuado.

O Senado chegou a derrubar um veto do presidente Jair Bolsonaro a um dispositivo da lei que autorizava aumentos para os servidores diretamente envolvidos no combate à covid-19. Uma grande articulação de líderes políticos manteve o veto, quando ele foi votado na Câmara dos Deputados. Agora, no entanto, é o Senado que pode colocar um freio no destempero dos deputados.

Desconhecendo as proibições da LC 173, os deputados aprovaram, na semana passada, dois projetos que aumentam as despesas do Judiciário com pessoal. Um deles autoriza a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região. Outro permite a transformação de cargos vagos de juiz substituto em cargos de juiz efetivo dos Tribunais Regionais Federais.

Em nenhum dos dois casos, houve cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, que manda que o ato que autoriza a criação ou aumento da despesa seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e mostre como os efeitos financeiros da medida serão compensados, seja com a elevação da receita ou a redução de outro gasto.

Agora, a Câmara deverá votar outro projeto de lei, que cria, no âmbito do Ministério Público Federal, 111 cargos, sendo 18 de procuradores regionais da República, 39 técnicos, 18 analistas, 18 comissionados e 18 funções de confiança. Segundo a

justificativa do projeto, a criação do TRF-6 demanda a criação de estrutura correlata no Ministério Público Federal.

Os três projetos foram apresentados no fim do ano passado e estavam parados. O que impressiona é que eles começaram a andar justamente depois que a LC 173 foi aprovada. Ou seja, depois da legislação que proíbe expressamente a criação de novas despesas até 31 de dezembro do próximo ano. É difícil acreditar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, onde se aprecia a constitucionalidade e a legalidade de uma proposição, não tenha avaliado os projetos de lei à luz da LC 173.

Também caberia à Comissão de Finanças e Tributação emitir parecer sobre os méritos do projeto, mostrando que eles não cumprem os dispositivos da LRF e nem atendem ao artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que exige que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita seja acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Com suas decisões da semana passada, os deputados abriram a porteira para o aumento das despesas públicas. Caberá agora ao Senado não referendar as decisões, mantendo as proibições previstas na lei complementar 173.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!
PICPAY

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia
90MIN

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente

Auxílio emergencial sustenta o consumo nas regiões mais pobres

Para economistas, efeito é limitado e impacto do Norte e Nordeste no PIB, pequeno

Por Anaïs Fernandes e Hugo Passarelli — De São Paulo

31/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Tania Bacelar, da Ceplan: “Massa de recursos grande mexeu com o consumo” — Foto: Leo Caldas/Valor

O auxílio emergencial ajudou a sustentar o consumo, sobretudo de bens e serviços essenciais, em regiões mais pobres do país, segundo indicadores coletados pelo Banco Central e fontes privadas, como a Cielo e o Santander. Os dados atestam a recuperação da atividade no Norte e Nordeste, mas também apontam para a fragilidade do processo. Isso porque o peso dessas regiões no Produto Interno

Bruto (PIB) ainda é pequeno e, como há dependência do dinheiro fornecido pelo governo, a retomada está sujeita a mudanças no benefício.

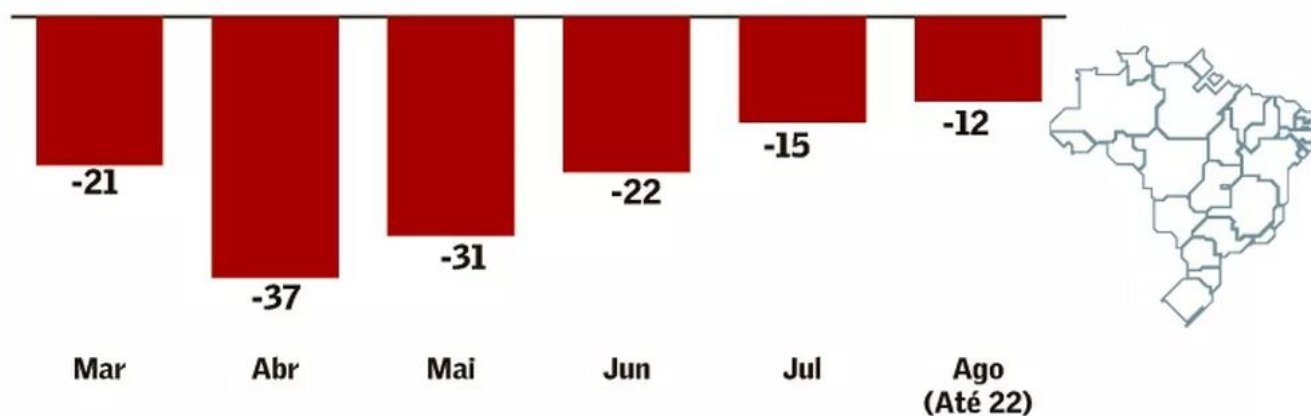
Em seu mais recente Boletim Regional, o BC observou que, na média das três primeiras semanas de julho, o nível de consumo da região Norte era 37% superior ao momento pré-pandemia (média semanal de 4 de fevereiro a 16 de março). No Nordeste e Centro-Oeste, o crescimento atingiu 16%, enquanto Sul e Sudeste estavam apenas 1% e 2% acima, nesta ordem. O levantamento usou dados de venda com cartão de débito da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) para medir a “temperatura” do consumo das famílias por municípios, regiões e faixas de renda.

Ritmos diferentes

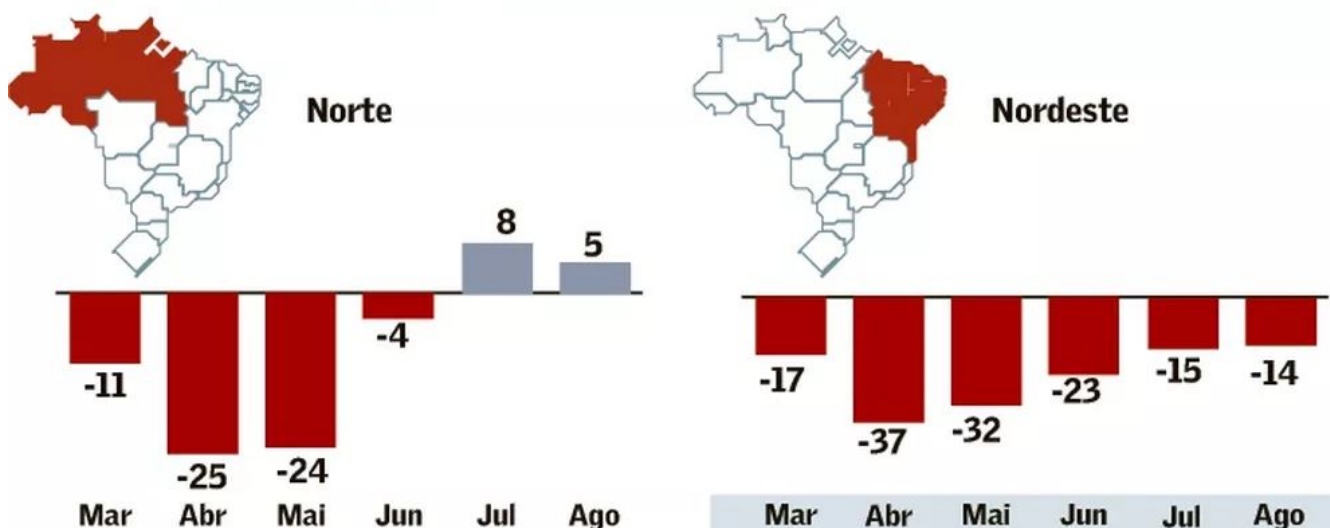
Auxílio e pandemia influenciam retomada do consumo regional

■ **Variação do faturamento nominal do varejo ante pré-crise (fev/20), em %**

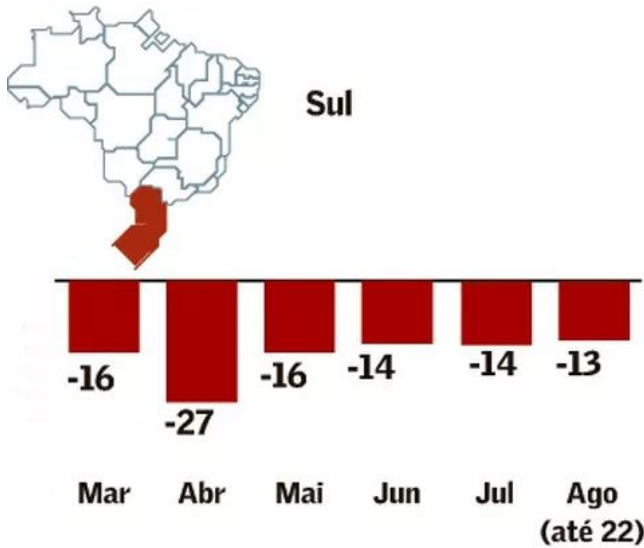
Brasil (incluindo e-commerce)



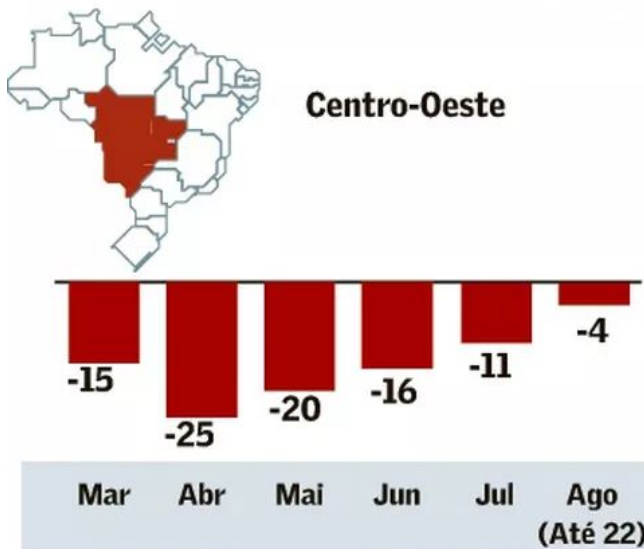
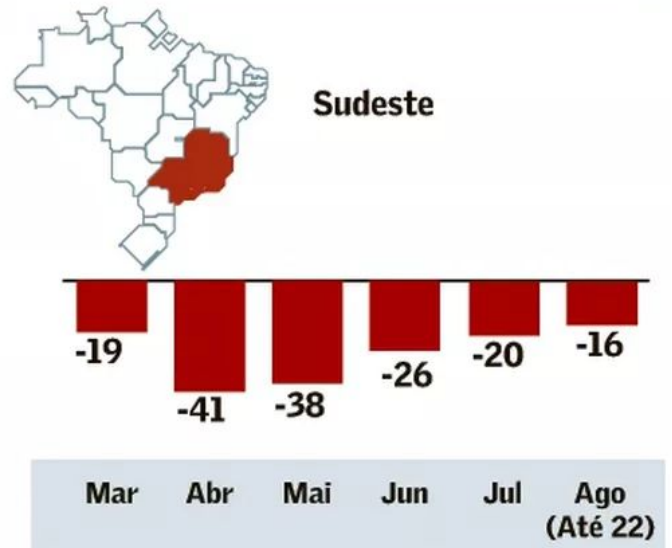
Por regiões (apenas vendas físicas)



(Até 22)



(Até 22)



-23,6%
é a queda média do faturamento nominal do varejo brasileiro entre março e agosto, ante fevereiro; SP recua **-30%** e Maranhão, **-3,8%**

Fonte: Cielo

O relatório mostra gráficos em que municípios brasileiros mais pobres (no primeiro e segundo quartil de renda) apresentavam, em 20 de julho, um patamar de recuperação de vendas a débito mais forte do que o observado entre as cidades mais ricas (terceiro e quarto quartil). O BC nota que cidades na base da pirâmide estão proporcionalmente mais presentes no Norte e Nordeste e que, nessas regiões, a diferença entre a força de recuperação do consumo em cidades mais pobres e mais ricas era ainda maior.

Para o BC, é possível que municípios mais pobres “tenham tido menores reduções de consumo no início do agravamento da pandemia da covid-19 no país, por terem em suas cestas parcela maior de bens e serviços essenciais ou por terem sido atingidos mais tardiamente pela epidemia”. Além disso, o BC afirma que municípios

dos quartis inferiores de renda foram mais favorecidos pelo auxílio emergencial, “contribuindo para retomada mais expressiva do consumo”.

Economistas ponderam que parte dos beneficiários do auxílio não é bancarizada e pode não ter sido captada pelo BC. “Mas como foi uma massa de recursos grande, mexeu com o consumo. Acho que [o diagnóstico] está na direção está correta”, afirma a economista Tania Bacelar, professora emérita da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e sócia da consultoria Ceplan.

Mapeamento feito por Cassiano Trovão, doutor em desenvolvimento econômico pela Unicamp e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mostra que a participação do auxílio, considerando a massa de renda de todas as fontes, supera 25% na maior parte dos Estados do Norte e Nordeste. No Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a fatia não chega a 15%. Apenas no Maranhão, o benefício representa quase 39% da massa de renda total; em Alagoas, 32%; no Piauí, 30%; e no Pará, 29,5%.

No Nordeste, cidades pequenas chegam a ter boa parte da população beneficiada pelo auxílio, diz Tania. “Isso dinamiza a feira, a farmácia, a padaria, a manicure.” Além do volume de pessoas atingidas, a renda dessas famílias também cresceu substancialmente. “Quem estava no Bolsa Família ganhando R\$ 200 viu a renda triplicar”, diz Tania.

O IGet, índice de vendas no varejo do Santander, captou um crescimento maior do comércio no Norte e Nordeste já em junho. No mês, as regiões registraram avanço médio de 5,5% ante maio, enquanto o crescimento médio de Centro-Oeste, Sudeste e Sul foi de 2,2%, segundo Lucas Maynard, economista do banco. O IGet geral subiu cerca de 4%.

Maynard diz que as diferenças regionais têm, em algum grau, relação com os quartis de renda e o peso do auxílio, mas ele observa também que o tombo no Norte e Nordeste foi maior. “No vale da crise, em abril, a perda média foi de 18%, contra 10% para as outras regiões”, diz. Em julho, Norte e Nordeste viram o IGet avançar, na média, 3,3%, enquanto Centro-Oeste, Sudeste e Sul cresceram 10% - e aqui também há algum efeito da base comparativa, observa Maynard.

No Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que mede o faturamento nominal do setor, as diferenças regionais parecem ter mais relação com a questão sanitária, aponta Gabriel Mariotto, superintendente-executivo de Inteligência da Cielo. O índice mostra que, até 22 de agosto, o faturamento das vendas físicas na região Norte já estava 5% acima do período pré-pandemia (fevereiro ajustado). No pior momento, em abril passado, a queda foi de 25%, sempre em relação ao pré-crise. No Sul, a queda naquele mês foi de 27%, melhorando para -16% em maio, mas, desde então, o índice ronda quedas entre 13% e 14%.

“São extremos de comportamento. O Norte foi muito afetado de início, teve fechamento forte da economia e hoje vemos uma redução na crise da saúde. Já o Sul teve retomada mais rápida em maio, parecia que a região não seria tão afetada, mas depois os casos começaram a aumentar e vemos estabilidade da taxa de recuperação”, diz Mariotto.

Sudeste e Nordeste, por sua vez, foram regiões atingidas desde o começo da pandemia e seguem com a atividade penalizada. O consumo pela ótica da Cielo ainda está 16% e 14%, respectivamente, abaixo do pré-crise.

Os economistas relatam incertezas a respeito da sustentação do consumo nas cidades mais pobres se o auxílio for encerrado. “Aquele respiro que vemos pode desaparecer”, diz Trovão, acrescentando que o mercado de trabalho ainda está muito fraco.

Para o BC, “uma recuperação mais vigorosa da economia nacional pode depender do retorno mais amplo da oferta de bens e serviços e do consumo da população dos municípios de renda mais alta”. Maynard, do Santander, observa que o varejo de Estados de peso, como de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda não recuperou toda a perda da pandemia, o que abre espaço para avanços.

O ICVA do Brasil, que contabiliza também vendas do varejo on-line, estava, até 22 de agosto, 12% abaixo do verificado em fevereiro. Sem considerar os segmentos ligados a turismo e transporte, o faturamento do e-commerce avança 43,4% ante o pré-crise. Incluindo os dois segmentos, afetados pela parada de atividades presenciais, o indicador total registrou em agosto seu primeiro resultado positivo, com alta de +2,6%. Em abril, caía 30,4%.



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... [ver mais](#)

Banco Central no banco do passageiro

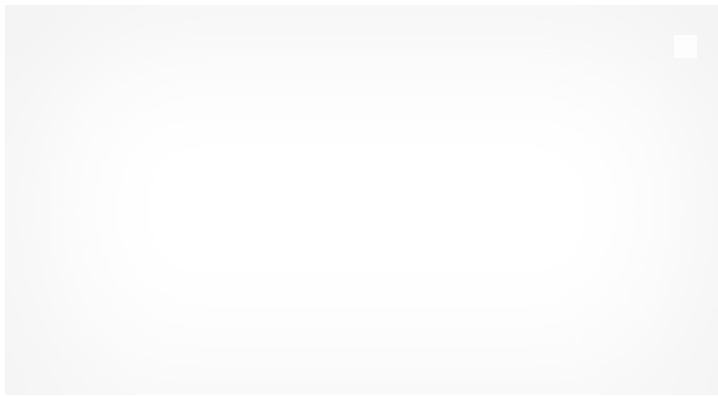
Só fim do teto de gastos faria BC retirar o 'forward guidance'

31/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse há alguns dias que não é o piloto da política fiscal, é apenas o passageiro. "Não existe juro baixo sem equilíbrio fiscal." A deterioração fiscal preocupa, mas como, exatamente, pode afetar a política monetária? Provavelmente, reduz as chances de novos cortes de juros. Mas ainda parece estar bem longe de levar a uma eventual retirada da sinalização de não subir a taxa básica.

Embora Campos Neto tenha aumentado o tom nos alertas sobre a situação fiscal, o exame de seus pronunciamentos revela que ele tem uma boa dose de confiança de que o teto de gastos e a disciplina fiscal vão prevalecer. "Se o governo entender que tem que ter um programa para desenvolver o Nordeste ou a infraestrutura, é importante ter a priorização [das despesas] para você ter algum espaço de manobra. Você precisa cortar alguma coisa, desindexar alguma coisa, fazer alguma mudança para que esse espaço seja criado", disse o presidente do BC, em uma live do jornal "O Estado de S. Paulo". "Acho que o governo está indo nessa direção."

Só fim do teto de gastos faria BC retirar o 'forward guidance'



É importante, por outro lado, entender como a questão fiscal se encaixa dentro da estratégia de política monetária do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. O tema fiscal aparece duas vezes na comunicação oficial do colegiado. A primeira delas é no chamado balanço de riscos para a inflação. A segunda, como uma cláusula de escape no chamado “forward guidance” - ou seja, na promessa de não subir os juros, e até baixá-los, enquanto as suas projeções de inflação e as expectativas de mercado não se aproximarem das metas. Pelo que foi comunicado pelas autoridades do BC, a situação fiscal afeta de forma distinta o balanço de riscos de inflação e o “forward guidance”.

A deterioração na percepção fiscal que observamos na últimas semanas, que aumenta os prêmios de riscos, tem um impacto direto no balanço de riscos para a inflação. Hoje, esse balanço já é assimétrico para o lado negativo e, cada vez que a percepção sobre o risco fiscal se deteriora, fica mais desequilibrado. O balanço de riscos, por sua vez, é uma variável importante nas decisões mais imediatas de política monetária. Ele tem um peso importante quando o Banco Central for decidir se leva ou não a taxa de juros para baixo dos atuais 2% ao ano. Não é o único. Também pesam as projeções de inflação, as expectativas de mercado, a atividade econômica, entre outros fatores da conjuntura. Outro componente importante é a avaliação do Copom sobre os riscos à estabilidade financeira quando os juros chegam a níveis historicamente cada vez mais baixos.

O resumo é que, mesmo que todos esses fatores autorizem um eventual corte de juros abaixo de 2% ao ano, o Copom pode decidir não entregá-lo se avaliar que a percepção sobre o risco fiscal ficou mais aguda, resultando em uma inflação esperada mais alta. É por esse motivo que, nas últimas semanas, o mercado praticamente eliminou as suas expectativas sobre eventuais novos cortes de juros, apesar dos avisos do Banco Central de que poderá reduzi-los adicionalmente, de

forma intercalada, nas suas reuniões. Dessa forma, uma vítima possível da contínua deterioração fiscal são os estímulos monetários adicionais pelo Copom.

Mas o fiscal atinge de forma diferente o “forward guidance”. Nesse caso, pelo que tem sido dito pelas autoridades do BC, a barra é mais alta para disparar a cláusula de escape - ou seja, para detonar um eventual aperto monetário, que é a única situação excluída na sinalização futura do Banco Central. A cláusula de escape fiscal seria detonada, provavelmente, no caso de um evento extremo, como a queda do teto de gastos, que leve a uma ruptura na estratégia de ajuste nas contas públicas.

Apesar da confiança de Campos Neto de que o teto de gastos vai ser respeitado, o mercado está bastante cético sobre uma solução que possa acomodar nessa regra fiscal os investimentos em infraestrutura e o programa Renda Brasil pretendidos pelo presidente Jair Bolsonaro. Alguns cálculos feitos por economistas do setor privado apontam que a desindexação dos gastos em 2021 poderia abrir um espaço de cerca de R\$ 30 bilhões no Orçamento de 2021 e de R\$ 50 bilhões em 2022. Mas, para tanto, seria necessário enfrentar grupos de interesse organizados que defendem o funcionalismo e setores como educação e saúde.

Todas essas preocupações mantêm os juros futuros bastante pressionados. Quando o Banco Central lançou o seu “forward guidance”, com uma mensagem bastante favorável a manter os juros baixos, os contratos DI com vencimento em 2021 chegaram a recuar de 2,77% ao ano para 2,66% ao ano, o que significava uma ampliação dos estímulos monetários. O Banco Central tinha esperanças de que, à medida que o mercado compreendesse melhor a sua mensagem “dovish” do “forward guidance”, os juros de mercado pudessem cair mais. Hoje, as intenções do Banco Central estão bem entendidas. Mas, com a deterioração do quadro fiscal, os juros chegaram próximos de 3% ao ano e, na sexta-feira, fecharam em 2,82% ao ano. Nesse patamar, está mais alto do que antes de o “forward guidance” ser lançado pelo BC.

Uma fonte adicional de preocupação é a mais nova sinalização do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) de que pretende manter os juros perto de zero por mais tempo. O ambiente de grande liquidez internacional é sempre positivo para economias emergentes, afirma um economista. É uma força a mais para conter as

pressões inflacionárias e para a manutenção dos juros baixos por mais tempo dentro do país.

Mas, ao mesmo tempo, pode ser uma espécie de anestésico que torna menos urgentes as medidas que o mercado considera necessárias. “No Brasil, os políticos costumam responder à disciplina dos mercados”, afirma um gestor de um fundo estrangeiro. “A alta do dólar assusta e limita decisões mais irresponsáveis.” Por ora, essa fonte de pressão está atenuada. Reflexo da decisão do Fed, o dólar recuou 2,93% na sexta, para R\$ 5,41.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!
PICPAY

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia
90MIN

LINK PATROCINADO

Vantagens e preço da máscara cirúrgica. Imperdível
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

App grátis faz comércio de Salvador disparar em vendas: baixe
OLIST

LINK PATROCINADO

Preso em casa? Médico ensina alongamento de 8 min que elimina dores nas costas (Assista)
PROGRAMA COLUNA SEM DOR

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

Cenário pós-Witzel tende a arrefecer instabilidade

Para Cesar Maia e Mohallem, da FGV, clima político no Rio tende a chegar a um equilíbrio

Por Cristian Klein e Rafael Rosas — Do Rio

31/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Witzel: governador afastado do cargo por seis meses foi substituído pelo vice, também investigado e mais negociador — Foto: Gabriel Monteiro/Agencia O Globo

Depois do terremoto que afastou por seis meses do poder o governador Wilson Witzel (PSC) e abalou a imagem dos dois homens da linha sucessória, o vice-governador Cláudio Castro (PSC) e o presidente da Assembleia Legislativa fluminense, André Ceciliano (PT), o Rio de Janeiro busca calcular os impactos da megaoperação policial realizada na sexta-feira. No cenário nebuloso, uma das poucas apostas, além do rápido desfecho da história de ascensão e queda do outsider e ex-juiz Witzel, está a tendência de manutenção pelo plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ), na quarta-feira, da decisão monocrática tomada pelo ministro da Corte, Benedito Gonçalves.

Com a autorização do magistrado, integrantes do Ministério Público Federal (MPF), Polícia Federal (PF) e Receita Federal realizaram mais de oito dezenas de buscas e apreensões, em seis Estados, e prenderam os principais cabeças de um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro que, além do Poder Executivo, se estenderia pelo Legislativo e Judiciário do Rio. Nesta segunda-feira, é esperado que José Carlos de Melo, líder de um dos três núcleos da organização criminosa comandada por Witzel, segundo as investigações, se entregue à PF, já que dois dos 14 mandados de prisão ainda permanecem em aberto.

Nesta semana, também deve ser retomada pela Assembleia Legislativa a tramitação do processo de impeachment contra Witzel, depois que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, horas após a deflagração da operação, liberou a retomada da comissão processante. Os trabalhos do colegiado haviam sido questionados e paralisados pelos advogados de Witzel por meio de uma liminar concedida pelo presidente do Supremo, Dias Toffoli. Faltam apenas três sessões, de um total de dez, para que o governador afastado apresente sua defesa.



Ads by Teads

Ainda que o destino de Witzel esteja hoje muito mais próximo da prisão, pedida pelo MPF, mas negada pelo ministro do STJ, do que do sonho de vir a ser presidente da República - projeto que levou a seu rompimento com Jair Bolsonaro -, os próximos capítulos da política fluminense despertam muitas incertezas. Se o impeachment é dado como pule de dez, a velocidade do ritmo não necessariamente é alvo de concordâncias, visto que as investigações também atingem a credibilidade dos deputados.

Ex-prefeito do Rio por três mandatos, o vereador Cesar Maia (DEM) considera que os últimos acontecimentos “aceleraram o processo de impedimento” de Witzel, enquanto o professor e pesquisador da FGV Direito Rio, Michael Mohallem, acredita que o rito pode não terminar neste ano. Os dois, no entanto, concordam que, depois do abalo sísmico ocorrido na sexta-feira, a poeira tende a baixar, sem haver uma degeneração ainda maior do ambiente político, que possa levar, por exemplo, ao afastamento de Castro ou Ceciliano.

Mohallem destaca que o inquérito no qual o agora governador em exercício e o presidente da Assembleia são investigados é diferente do processo de Witzel. Castro e o petista são suspeitos de liderarem desvio de recursos da Assembleia, tendo o governo estadual como intermediário. Nesse sentido, os dois estariam com os destinos atrelados, e Ceciliano, e outros deputados citados, não teriam disposição de levar adiante processo de impeachment contra o novo ocupante do Palácio Guanabara. “De cara a gente vê que não vai ter muito interesse de abrir processo de impeachment por parte do presidente Ceciliano”, diz Mohallem.

Segundo o MPF, sobras em torno de R\$ 100 milhões do duodécimo - percentual mensal da receita do Estado que banca o Parlamento - foram destinadas a secretarias de saúde de municípios onde deputados têm redutos, sob a justificativa de enfrentamento à pandemia de covid-19. Sem prestação de contas ao Executivo, parte dos recursos teria sido apropriada por parlamentares, que visavam ainda dividendos eleitorais da transferência do dinheiro.

O equilíbrio instável se daria tanto por estímulos jurídicos quanto políticos. Na mesma linha, Cesar Maia aponta que, uma eventual dupla vacância, com afastamento de titular e vice do cargo, levaria à necessidade de novas eleições, o que acredita não estar no horizonte. A eleição seria direta, se a vacância ocorresse neste ano, ou indireta, votada pela Assembleia, a partir do terceiro ano de mandato, ou seja depois de janeiro de 2021. “Não creio. Entre outras coisas porque não vejo a quem possa interessar uma eleição direta, pela imprevisibilidade, ou indireta, porque a decisão seria da Alerj, cujos deputados têm problemas”, afirma o parlamentar.

Segundo o MPF, os outros dois núcleos do esquema são liderados pelo empresário Mário Peixoto - que já estava preso desde a operação Favorito, em maio, e replicou na atual administração fraudes oriundas das gestões dos ex-governadores Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão - e o presidente nacional do PSC, Everaldo Dias Pereira. Pastor ligado à igreja Assembleia de Deus de Madureira, foi o mentor da candidatura do então azarão Witzel e se tornou eminência parda, sem cargo oficial no governo. Os filhos Felipe e Laércio Pereira também foram presos.

Derrotado na corrida à Presidência em 2014, com 0,75% dos votos, Pastor Everaldo abrigou Jair Bolsonaro em seu partido, quando o presidente da República era deputado federal e chegou a batizá-lo nas águas do Rio Jordão, em Israel, em 2016, antes do rompimento que levou Bolsonaro ao PSL.

A mistura simbólica de política com religião, no entanto, se mantém em alta com o agora governador em exercício. Ontem pela manhã, Cláudio Castro participou de missa numa igreja na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, onde tocou violão e cantou durante a celebração. Eleito vereador em 2016, Castro já lançou dois álbuns de canções religiosas e teve carreira impulsionada pela participação no movimento de renovação carismática católica. Durante 12 anos, o advogado foi chefe de gabinete

do parlamentar Márcio Pacheco, primeiramente na Câmara Municipal e, depois, entre 2010 e 2016, na Assembleia.

Para afastar a imagem de Witzel e Everaldo Pereira, e marcar uma aproximação maior com Bolsonaro e o governo federal, com quem o Estado do Rio trava uma queda de braço para renovar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF), Cláudio Castro deve se desfiliar do PSC. Dirigente do DEM, cotado como possível destino do governador em exercício, Cesar Maia afirma que esse caminho é pouco provável: “A alternativa que vejo é ele ficar sem partido, como o presidente”.

As investigações da operação Tris in Idem - referência ao fato de Witzel ser o terceiro governador a praticar esquema equivalente ao das gestões de Cabral e Pezão - se apoiaram na delação do ex-secretário estadual de Saúde, Edmar Santos, preso em 10 de julho, e a quem, na sexta-feira, o governador afastado qualificou como “canalha”. No sábado, Witzel passou mal e foi examinado num hospital, onde foi diagnosticada uma infecção da próstata.

Na acusação apresentada ao STJ, a Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou nove pessoas, entre elas Witzel, a primeira-dama Helena e o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico, Lucas Tristão. Ex-homem forte do governo, Tristão já foi sócio e aluno de Witzel na faculdade e é apontado como a ligação do governador com o empresário Mário Peixoto, antigo controlador de organizações sociais que prestam serviços ao Estado. Um dos fatores que podem tornar o cenário novamente turbulento é uma eventual delação de Tristão, acusado por deputados de ter elaborado dossiês contra integrantes da Assembleia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia

90MIN

LINK PATROCINADO

Crescimento pode financiar expansão fiscal, diz estudo

Govorno não deveria abandonar essa estratégia tão cedo, afirma artigo de pesquisador na Universidade de Siena

Por **Fabio Graner** — De Brasília

31/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O Brasil está em uma situação na qual a expansão fiscal tem chances razoáveis de ser autofinanciada pela retomada do crescimento ao longo do tempo, e o governo não deveria abandonar essa estratégia tão cedo. O economista Marwil Dávila, pesquisador na Universidade de Siena (Itália), escreveu artigo para o Grupo de Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento no qual apresenta algumas simulações que apontariam na direção de que, diante desse aumento de gasto, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) poderá pagar essa expansão.

O texto tem como referência o artigo “Política Fiscal em uma Economia Deprimida”, dos economistas J. Delong e Lawrence Summers, e usa uma de suas equações para calcular em que condições uma expansão fiscal se financiaria. Ele elaborou quatro cenários que consideram fatores como o nível médio de taxa de juros real de emissão da dívida, carga tributária de 32% do PIB, efeito histerese (em que há perda permanente de longo prazo no PIB ou no desemprego após um choque econômico) de 1% e um multiplicador keynesiano de 1,5 (ou seja, cada unidade gasta gera crescimento de 1,5), além de diferentes hipóteses de crescimento potencial do PIB.

“O que a gente encontra é que estamos em um limiar, uma fronteira, na qual talvez uma expansão fiscal possa se pagar sozinha. Um quadro em que a expansão fará a economia se recuperar de tal modo que vai pagar essa expansão”, diz. “Nesse caso, se você contrair o gasto, você vai ter um efeito negativo sobre a dívida.”



Ads by Teads

O economista afirma que é preciso cautela com os dados e não é possível ter certeza dessa leitura sobre o impacto da expansão fiscal. Isso porque, entre outras questões, os resultados são muito sensíveis ao crescimento potencial do país.

Dessa forma, nas hipóteses em que capacidade de aumento do PIB está abaixo de 2%, a política fiscal não se autofinancia. Acima de 3% de potencial, sim. Dávila considera que o potencial do país está em torno de 2,5%, número em linha com estimativas de economistas do governo. E nesse caso, afirma, há chances de uma expansão fiscal se pagar.

“Esta nota argumenta que as condições necessárias para uma expansão fiscal pagar a si mesma possivelmente já estejam acontecendo. Nada em nossa análise questiona a importância de uma política fiscal saudável e sustentável. Entretanto, notamos que neste momento uma consolidação fiscal pode ser contraproducente”, diz Dávila no texto.

O material não entra em questões como qual seria a magnitude de aumento de gastos e por quanto tempo isso deve ocorrer. “Isso fica por ser verificado. Se nós pudermos estar de acordo como formadores de política de que essa possibilidade de expansão fiscal se financiar é real, seria possível dar esse próximo passo”, afirmou o economista, que também destaca a importância de fatores como qualidade do gasto.

O professor da UnB e líder do Grupo de Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento, José Oreiro, reforça a mensagem do artigo, que surgiu a partir de um debate dos seus membros. “Nas condições de depressão, que são as condições

que o Brasil se encontra, com juros muito próximos do zero 'lower bound' (limite inferior), a melhor forma de fazer consolidação fiscal é fazer expansão fiscal", afirmou.

Ele também citou a manifestação do Federal Reserve (BC dos EUA) que indicou pretender manter o juro baixo por um tempo mesmo se a inflação subir acima da meta, para recuperar a capacidade de crescimento da economia. E, para ele, esse conceito deveria ser aplicado no Brasil.

Oreiro, que recentemente foi um dos signatários e coordenadores do manifesto de economista contra o teto de gastos, critica o raciocínio do governo e expresso também em artigo da Carta de Conjuntura do Ipea, que defendem que, após a pandemia, é preciso voltar à consolidação fiscal, sob pena de levar a alta de juros e uma recaída recessiva.

"Não vejo como os juros vão subir. Eles não podem subir sem pressão inflacionária na economia, que depende do hiato do produto [nível de ociosidade]", disse. "Não vejo um processo de explosão inflacionária com esse hiato. Pode haver volatilidade, mas o BC tem instrumentos para amortecer isso", completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!
PICPAY

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia
90MIN

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Cardiologista do Brasil: Pare de comer esses 3 alimentos imediatamente
DR. RAFAEL FREITAS

Equipe econômica defende o teto de gastos

Às vésperas da apresentação do PLOA, importância da retomada da trilha fiscal pré-pandemia é realçada

Por Fabio Graner, Edna Simão e Estevão Taiar — De Brasília

31/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

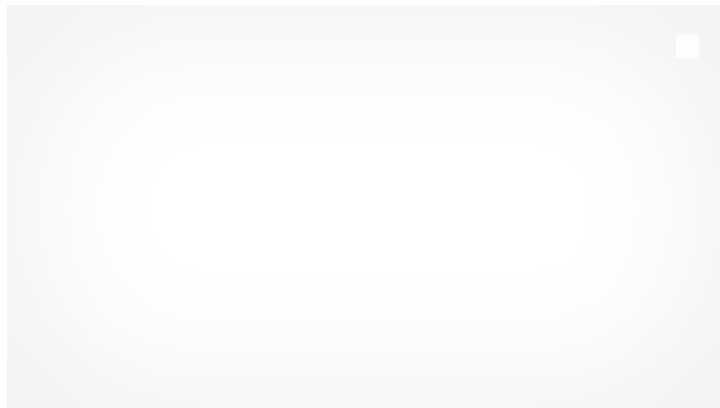
Às vésperas da apresentação do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2021, a equipe econômica amplificou os discursos em defesa da retomada da trilha fiscal anterior à pandemia no ano que vem. Na última sexta-feira, marcada pela divulgação do resultado do Tesouro, dos dados da dívida em títulos e da revisão da estratégia de financiamento do Tesouro, os técnicos e o próprio ministro Paulo Guedes enfatizaram a importância do compromisso com o teto de gastos.

“A simples perda de credibilidade do processo de consolidação fiscal faria com que as taxas de juros aumentassem e que os investimentos privados diminuíssem, o que prejudicaria o crescimento econômico do país e reduziria a renda e a geração de empregos. Em termos numéricos, um aumento de 1 ponto percentual na taxa de juros reduziria o PIB entre R\$ 52 e R\$ 92 bilhões em um ano”, disse o Tesouro em documento divulgado na sexta-feira. Variações da mesma mensagem, sempre vinculando a responsabilidade ao teto, foram ditas pelo secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, pelo secretário do Tesouro, Bruno Funchal, e pelos demais técnicos.

O subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, José Franco, explicou que os investidores estrangeiros que abandonaram os títulos nacionais devem voltar em algum momento. “Mas [isso está] ligado à consolidação fiscal”, salientou. Ele destacou que as taxas de juros ofertadas nesse papéis “estão atrativas”. “O que falta

é reduzir a incerteza”, disse, lembrando que o BC “tem feito alerta sobre a necessidade de ter responsabilidade fiscal”.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

O limite constitucional de despesas, que neste ano não está funcionando devido ao enfrentamento à pandemia de covid-19, foi tratado como intocável. O Orçamento de 2021 deve trazer uma despesa total de R\$ 1,485 trilhão, reflexo da incidência da inflação de 2,13% nos 12 meses encerrados em junho. Assim, a despesa do governo federal só poderá aumentar R\$ 31 bilhões, na comparação com o limite definido para este ano, que foi de R\$ 1,454 trilhão e que não está sendo seguido por causa da covid-19.

A leitura da equipe econômica é que as dúvidas que surgiram sobre o real compromisso do governo com o dispositivo fizeram os juros dos títulos com prazo mais longo subirem bastante neste mês. Isto dificultou o processo de renovação (rolagem) da dívida, forçando o Tesouro a trabalhar com emissões de prazo mais curtos, resgates de parte do que vencia e ainda insistir junto a um resistente Banco Central que parte do ganho cambial das reservas internacionais fosse transferida para compor o caixa federal, que vinha sendo reduzido e encostava no limite mínimo.

Esse quadro todo levou o Tesouro a anunciar uma revisão de seu Plano Anual de Financiamento (PAF), instrumento que norteia a gestão da dívida. As principais mudanças foram na maior participação de dívida a vencer em 12 meses, que poderá representar até 28% da dívida - hoje é 22,1% - e de títulos pré-fixados de prazo mais curto, que representam 28,4% e poderão chegar a 34%.

Os ajustes no PAF foram feitos considerando que o país aumentou fortemente sua necessidade de financiamento, que chegou a R\$ 1,13 trilhão, já considerando os R\$ 325 bilhões injetados pelo BC. Mesmo assim, esse valor é subestimado, pois considera uma previsão de déficit que ainda não incorporou a prorrogação do auxílio emergencial até o fim do ano.

Segundo o resultado do Tesouro de julho, também divulgado na sexta, o saldo negativo primário acumulado no ano ficou em R\$ 505,2 bilhões. Para o ano, a estimativa é de R\$ 787,4 bilhões, mas, com a prorrogação do auxílio, o déficit poderá chegar perto de R\$ 1 trilhão.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia

90MIN

LINK PATROCINADO

Vantagens e preço da máscara cirúrgica. Imperdível

HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

App grátis faz comércio de Salvador disparar em vendas: baixe

OLIST

LINK PATROCINADO

Quiropratas confusos: Alongamento simples elimina anos de dores nas costas (Assista)

PROGRAMA COLUNA SEM DOR

LINK PATROCINADO

Há um truque WD-40 que todos devem saber

CROWDY FAN

por taboola

Leia em Valor Investe

Fux deve priorizar julgamento de ações com impacto fiscal

Futuro presidente do Supremo Tribunal Federal é um entusiasta da “análise econômica do direito”

Por **Luísa Martins** — De Brasília

31/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Fux: ministro é adepto de teoria que relativiza a aplicação literal de textos legais, presentes no “garantismo” — Foto: Fellipe Sampaio/SCO/STF

Prestes a assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luiz Fux deve aproveitar o poder de gerenciar a pauta para priorizar casos com impacto perante a chamada “Análise Econômica do Direito” (AED), teoria que ele costuma citar em seus votos e da qual é um forte adepto. Trata-se de uma escola segundo a qual as decisões judiciais não podem ignorar as consequências que são capazes de produzir na sociedade.

O entusiasmo com a metodologia - já consolidada nos Estados Unidos, mas ainda tímida no Brasil - deve levar o ministro a priorizar ações de relevante impacto fiscal, como as que questionam o tabelamento do frete, a ampliação do auxílio-acompanhante, a implementação do juiz das garantias, a constitucionalidade da Lei da Liberdade Econômica e a modulação dos efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo da PIS/Cofins (*ver tabela*).

Casos com impacto pela “Análise Econômica do Direito” (AED)

Processos em tramitação no STF que podem ganhar prioridade na gestão Fux

Número	Tema	Ponto questionado	Considerações em AED
■ ADI 5.956	Tabelamento do frete	Tabela de preços mínimos de frete, promulgada para encerrar a greve dos caminhoneiros em 2018.	O tabelamento tem um alto custo social, impactando na livre concorrência das empresas e, conseqüentemente, no preço final a ser pago pelo consumidor.
■ ADI 6.305	Juiz das garantias	Artigo do chamado Pacote Anticrime que institui um juiz específico para a fase de instrução, ficando a sentença definitiva a cargo de outro magistrado.	A medida traz impacto financeiro significativo para reestruturar as comarcas, redistribuir servidores e implementar tecnologias.
■ ADI 6.528	Lei da Liberdade Econômica	Artigo que prevê, em caso de excesso de prazo, a aprovação automática do pedido de liberação da atividade econômica mesmo em caso de impacto socioambiental.	A lei reduz custos de transação na esfera privada e diminui a burocracia, o que torna mais fácil a vida dos cidadãos, além de incentivar o empreendedorismo, a produção de renda e a geração de emprego.
■ RE 574.706	Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins	Definição sobre a aplicabilidade retroativa ou não da decisão e sobre qual valor deve ser excluído - o imposto que consta na nota fiscal ou o efetivamente recolhido pelo contribuinte.	A tese tem impacto estimado em R\$ 250 bilhões, portanto pode abalar sobremaneira os cofres públicos; além disso, afeta diretamente a vida dos contribuintes, que reivindicam a restituição do tributo pago indevidamente ao longo dos últimos anos.
■ RE 1.221.446	Auxílio-acompanhante	Extensão do benefício a todos os tipos de aposentadoria, e não apenas aos aposentados por invalidez que necessitem assistência permanente de terceiros.	Ampliação do pagamento do auxílio causaria impacto bilionário aos cofres públicos, especialmente em um momento de crise.

A AED não trata apenas de economia. Foi com base nesse método de análise que Fux se manifestou pela ilegalidade do indulto de Natal do então presidente Michel Temer, em 2017, e a favor da prisão após condenação em segunda instância, em julgamento no ano passado - em ambas as ocasiões, ficou vencido. Para o ministro, a interpretação da Constituição e das leis tem de levar em conta potenciais “efeitos de segunda ordem”: nesses casos específicos, por exemplo, a possibilidade de gerar na população a percepção de impunidade e, eventualmente, resultar em um aumento nos índices de criminalidade.

A AED enxerga as normas jurídicas como incentivadoras do comportamento humano e da tomada de decisões - e, por isso, se opõe a correntes de interpretação mais dogmáticas, que se fiam na letra fria da lei e hoje prevalecem na composição do Supremo, com a ala do tribunal a que se convencionou chamar de “garantista”.

Em março de 2019, quando o plenário julgou a competência da Justiça Eleitoral para processar crimes comuns conexos aos eleitorais, Fux discutiu o tema com o ministro Ricardo Lewandowski, cuja principal crítica é a de que a teoria submete direitos fundamentais a conveniências econômicas momentâneas. Fux atribuiu a oposição do colega a um suposto “medo do novo”.

Apesar da resistência de alguns pares, o futuro presidente da Corte prossegue na empreitada de evidenciar uma linha de pensamento que, segundo ele, busca a eficiência e a desburocratização, ancorando-se na consolidação da jurisprudência e em iniciativas de conciliação como forma de evitar o alto grau de judicialização no Brasil.

Neste ano, em meio à profusão de processos relacionados à pandemia, Fux citou a AED ao votar, em abril, pela flexibilização das leis trabalhistas, permitindo às empresas a redução de salários e jornadas mediante acordos individuais, sem necessidade de participação dos sindicatos.

“Não é só sobre as relações empregatícias, mas também sobre o aspecto da ordem econômica. Quando as empresas vão à bancarrota, não há empregos”, disse ele, ao validar a medida provisória do presidente Jair Bolsonaro.

Aliás, nos bastidores do tribunal, é recorrente a conversa de que os indicados de Bolsonaro para o STF (serão ao menos dois até 2022, um já em novembro deste ano) possivelmente reforcem o “time” do liberalismo econômico na Corte, o que poderia alavancar a aplicação da AED.

No meio jurídico, Fux é considerado um magistrado mais favorável à economia de mercado do que à intervenção do Estado na economia. Alguns de seus posicionamentos mais recentes, lembram advogados que acompanham a pauta do Supremo, salvaguardaram o princípio da livre iniciativa.

Ele formou, por exemplo, a corrente majoritária do STF que proibiu os municípios de vedar aplicativos de transporte individual, como Uber e Cabify. “Não é legítimo evitar a entrada de novos integrantes no mercado para promover indevidamente o valor de permissões de táxi”, votou.

Considerando o atual contexto de crise sanitária, o encontro do Direito com a economia nunca foi tão necessário, diz a advogada Deborah Sales, membro da Comissão de Direito Administrativo do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). “O STF será um importante ator para que essa escola, que historicamente recebeu pouca atenção dos nossos julgadores, ganhe relevo. O custo social e a repercussão econômica das decisões já não podem ser desconsiderados pelo Judiciário”, disse.

Por outro lado, a aplicação dessa metodologia não é benquista entre especialistas da área criminal, que temem um aumento de condenações injustificadas em nome do combate à criminalidade. “Sem essas considerações, essa linhagem impulsiona uma máquina de perseguições e de desvios persecutórios”, diz o advogado Thiago Turbay, coordenador-adjunto do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) em Brasília.

País deve crescer 5% no 3º trimestre

Atividade econômica tende a se recuperar no terceiro trimestre, mas quadro fiscal preocupa

Por Ana Conceição e Anaís Fernandes — De São Paulo

31/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Depois de um primeiro semestre perdido, a expectativa é que a economia brasileira possa ter um momento inicial de recuperação na segunda metade do ano até mais forte do que o esperado, ajudada pela reabertura das atividades. É o que apontam dados de julho e indicadores preliminares de agosto. O desempenho do quarto trimestre, porém, é mais incerto, por causa das indefinições sobre a extensão do auxílio emergencial e também dos encaminhamentos políticos e fiscais que serão dados ao país, afirmam economistas.

Mediana das estimativas dos economistas consultados pelo Valor Data aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre deve crescer 5,4%, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, feitos os ajustes sazonais.

Por causa de um segundo trimestre “menos pior” e da percepção de que o período de julho a setembro deve representar uma recuperação mais forte, a MCM Consultores elevou sua previsão para o terceiro trimestre de alta de 4% para 6,5%. “Os indicadores de julho e os parciais de agosto mostram a atividade caminhando. O resultado parece ser de uma recuperação muito boa, ainda que heterogênea”, diz o economista Alexandre Teixeira.



Para ele, a dúvida é o que acontecerá do quarto trimestre. Por ora, a previsão da MCM é de uma alta de 1,5% no PIB do período, um cenário que não inclui ainda, por exemplo, a esperada prorrogação do auxílio emergencial.

Sem diminuir a importância dos pacotes fiscais e monetários, Guilherme Loureiro, economista-chefe da Trafalgar Investimentos, diz que a recuperação é menos associada aos estímulos do que à reabertura da economia. “É o processo de reabertura que está trazendo a economia, conseguimos fazer isso sem uma nova onda de contágio, aprendemos a lidar melhor com o coronavírus.”

Um dos sinais de que a economia do país começa a “andar com as próprias pernas”, diz Loureiro, é o emprego formal, que saiu do campo negativo para abertura de 131 mil vagas em julho.

“É a primeira vez que vemos um sinal mais positivo vindo do mercado de trabalho, que tem resposta defasada”, afirma Loureiro. “No curto prazo, os estímulos são importantes, mas há outras coisas por trás da recuperação da economia.” Para o economista da Trafalgar, esta deve ser uma recessão “muito curta”, de dois trimestres para a maioria dos países.

Para o PIB do terceiro trimestre, a casa espera crescimento de 5% - mas há viés de alta, segundo Loureiro -, desacelerando para algo entre 2% e 3% no quarto trimestre, na série com ajuste. Para o PIB de 2020, a Trafalgar espera queda de cerca de 4%. Ainda assim, para Loureiro, o Brasil pode ter recuperação em “V”, com a produção retomando o patamar pré-crise em meados de 2021.

Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco, chama atenção para a variação dos estoques no PIB, que deve ser muito negativa no segundo trimestre. “Nos parece que a demanda caiu muito menos que a oferta, em termos agregados, no período.

Houve uma diminuição de estoques e lá na frente a oferta vai ter que subir para se alinhar à demanda. Se o dado do IBGE confirmar isso, pode ser um ponto importante no futuro”, afirma.

Para além de 2020, a percepção de que o problema fiscal no Brasil é mais amplo coloca limites para as projeções do PIB. A MCM estima crescimento de 3% em 2021 e de 1,7% no ano seguinte. “As tensões não são passageiras. Devem continuar prejudicando a confiança, mantendo a incerteza elevada, segurando um relaxamento das condições financeiras, mesmo com o BC mantendo o juro baixo. Essas desconfianças em relação ao quadro fiscal devem perdurar ao longo de 2021 e 2022, que ainda é ano eleitoral”, diz Teixeira. “O governo, até agora, parece estar muito preocupado em criar mecanismos que garantam a reeleição, como o Renda Brasil, que, apesar de meritório, tem de vir acompanhado de uma solução mais estrutural para a dívida de longo prazo e isso, por enquanto, não estamos vendo.”

Para o economista, o Brasil não tem “verdadeiras âncoras fiscais” e o tema não é “maduro o suficiente” para se abandonar de vez o teto de gastos. “Se o governo aprovasse mecanismos de contenção de despesas efetivos antes de uma flexibilização do teto, talvez o mercado não reagisse de maneira tão negativa, mas a questão fiscal no Brasil é sempre vista como mais gastos”, afirma.

Para Loureiro, o maior risco também está no quadro fiscal. “Pelo mundo, as respostas dos governos foram muito concentradas no fiscal. No pós-crise, a pergunta é: quando houver normalização de juros e crescimento, quem estará vulnerável? Alguns países vão sair especialmente mais vulneráveis e o Brasil é um deles.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

Proposta não prevê alta do salário mínimo

Piso salarial ficou sem política específica desde 2019, sendo garantida pelo texto constitucional apenas a correção pela inflação passada

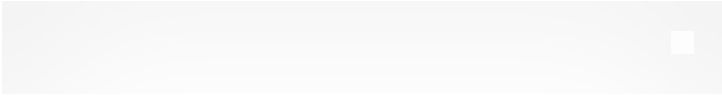
Por Ribamar Oliveira — De Brasília

31/08/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Pelo segundo ano consecutivo, a proposta orçamentária foi elaborada sem aumento real para o salário mínimo. A razão para isso é que o piso salarial ficou sem uma política específica desde 2019, sendo garantida pelo texto constitucional apenas a correção pela inflação passada.

O ano de 2019 foi o último em que o salário mínimo foi corrigido pela inflação do ano anterior, acrescido do crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Essa política de valorização do mínimo foi fixada pela lei 13.152, de julho de 2015, a partir de iniciativa da ex-presidente Dilma Rousseff.

O piso salarial é corrigido pelo INPC, calculado pelo IBGE, e, como ele será muito baixo neste ano, as despesas da União também crescerão menos. O salário mínimo é o piso dos benefícios previdenciários e assistenciais. O INPC corrige também os benefícios com valor acima do mínimo.



A última estimativa feita pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, em julho, foi que o INPC deste ano ficará em 2,1%. Com esta correção, o salário mínimo passaria, no dia primeiro de janeiro de 2021, dos atuais R\$ 1.045 para R\$ 1.066,94.

O governo estima que o aumento de 1 ponto percentual da inflação medida pelo INPC gera um acréscimo de R\$ 7,6 bilhões nas despesas da União, especialmente pelo impacto nos gastos com benefícios previdenciários, conforme o anexo de riscos fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) para 2021.

Assim, apenas por causa do INPC de 2,1%, as despesas da União no próximo aumentariam R\$ 15,1 bilhões, em termos líquidos. Isto porque o aumento do INPC também eleva as receitas da União. No caso do INPC de 2,1%, as receitas aumentariam R\$ 997,5 milhões.

Além do impacto do INPC, as despesas da União também aumentam por causa do que os economistas chamam de crescimento vegetativo, que é a quantidade do número de benefícios concedidos que aumenta por conta de questões demográficas, de regras legais e outras.

A proposta orçamentária para 2021 será encaminhada hoje ao Congresso pelo governo. O limite das despesas primárias (não inclui o pagamento de juros e amortizações da dívida pública) vai aumentar em R\$ 31 bilhões, em relação a 2020, de acordo com a regra do teto de gastos, instituída pela emenda constitucional 95. É o menor aumento do limite para a despesa desde que ele foi instituído, em dezembro de 2016. Pela regra do teto, a despesa para o ano seguinte é igual à despesa do ano em curso, corrigida pela inflação.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

Receita Federal pode tributar crédito de PIS/Cofins após encerramento de ação

Para TRF, empresa deve pagar 34% de IRPJ e CSLL sobre valor a receber com exclusão do ICMS

Por Joice Bacelo — De Brasília

31/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



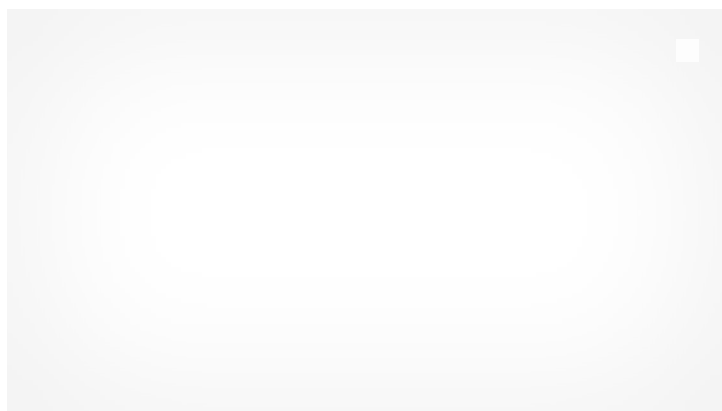
Gilson Bomfim: tanto a PGFN quanto a Receita entendem que a tributação ocorre no momento do trânsito em julgado — Foto: Divulgação

Uma decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região, no Rio de Janeiro, pode afetar o caixa de empresas que discutem a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - a chamada "tese do século". Os desembargadores da 3ª Turma Especializada definiram que o contribuinte, ao vencer a disputa e ter o processo encerrado, deve pagar à União, imediatamente, 34% do valor a que tem direito.

Essa fatia é referente ao recolhimento de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL, que incidem sobre o acréscimo ao patrimônio da empresa. Trata-se, segundo advogados, da "ressaca" da vitória que os contribuintes tiveram no Supremo Tribunal Federal (STF).

Depois de os ministros decidirem que o imposto estadual não poderia compor o cálculo do PIS e da Cofins, em março de 2017, os processos que estavam parados nos tribunais regionais voltaram a tramitar e, aos poucos, estão sendo encerrados.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Agora, a discussão envolve o momento em que esses créditos de PIS e Cofins, garantidos por decisão judicial, serão tributados. O contribuinte defende a data de uso. Mas os desembargadores do TRF deram razão à Receita Federal e determinaram que o recolhimento de IRPJ e CSLL tem de ocorrer já no trânsito em julgado (encerramento do processo).

Esse tema foi julgado por meio de um processo da TIM. O entendimento do relator, desembargador Marcus Abraham, foi seguido de forma unânime pelos demais julgadores. Ele afirma, no voto, que deve-se levar em conta, para a tributação, a disponibilidade jurídica do crédito (processo nº 50356 22-22.2019.4.02.5101).

“Se o crédito certo quanto à existência incorpora-se ao patrimônio da pessoa jurídica no momento do trânsito em julgado da sentença judicial que o reconheça, é de se concluir que esse crédito configura hipótese de incidência do IRPJ e da CSLL ante a aquisição da disponibilidade econômica”, diz.

A decisão de primeira instância beneficiava a TIM. O juiz havia autorizado até mais do que foi pedido. A companhia solicitava, no processo, que o recolhimento de IRPJ e CSLL ocorresse somente quando apresentasse o pedido de compensação à Receita Federal, ou seja, a data em que começaria a usar os créditos decorrentes da disputa do PIS e da Cofins para pagar tributos.

Constou na sentença, no entanto, que a tributação só poderia ocorrer com a homologação do pedido de compensação - o que pode ocorrer até cinco anos depois da data do pedido. O entendimento, na primeira instância, foi de que somente nesta etapa se poderia falar em crédito líquido, e, então, gerar a cobrança de IRPJ e CSLL.

Por meio de nota, a TIM afirma que foi notificada sobre a decisão do TRF da 2ª Região e que “o processo segue para as instâncias superiores”.

“Os desembargadores tiraram do cenário quatro, que é o mais favorável ao contribuinte, para o cenário um, que é o menos favorável”, diz Luca Salvoni, do escritório Cascione Pulino Boulos Advogados.

Esse cenário quatro foi adotado pelo TRF da 3ª Região, com sede em São Paulo, em decisão recente. A 4ª Turma entendeu que a tributação deveria ocorrer no momento da homologação da compensação ao julgar pedido de uma indústria química (processo nº 5033080-78.2019.4.03.0000).

A relatora do caso, desembargadora Marli Ferreira, ponderou que, no caso concreto, de crédito decorrente da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, há “especial relevo”, já que contribuinte e Receita divergem sobre qual valor do imposto deve ser excluído. Ela se refere aos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no STF, ainda pendentes de julgamento.

No recurso, pede para que a decisão seja aplicada apenas para o futuro (modulação de efeitos), o que evitaria o reembolso, pela União, de valores já pagos. E questiona sobre qual ICMS deve ser retirado do cálculo do PIS e da Cofins - o que consta na nota fiscal ou o efetivamente recolhido, geralmente menor.

“Isso é tão importante que pode zerar o crédito da empresa. Temos clientes que zeram e temos clientes que podem ter o crédito reduzido em 90% se a decisão dos ministros for pela exclusão do ICMS destacado”, diz Rafael Vega, que atua com Luca Salvoni no escritório Cascione.

Os advogados afirmam que a tributação no momento do trânsito em julgado não faria sentido, além disso, porque quando se trata de mandado de segurança, não há fixação de valores. O juiz somente declara que o contribuinte tem o direito à exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. “Compete ao contribuinte, uma vez com o trânsito, fazer a conta e submeter esse valor à Receita”, diz Salvoni.

Especialista em tributação, Leonel Pittzer, sócio do Fux Advogados, enxerga um “meio do caminho” para essa situação. Ele cita o momento da habilitação do crédito. É a etapa posterior ao trânsito em julgado. O contribuinte apresenta a conta à Receita Federal e fornece documentos que dão respaldo ao crédito - a certidão do julgamento, por exemplo.

“A habilitação é como se fosse um requisito para que o contribuinte comece a compensar. Por isso o meu entendimento de que a disponibilidade jurídica só ocorre neste momento. A partir daí não existe mais nenhum obstáculo jurídico ao efeito financeiro que se dá via compensação”, afirma Pittzer.

Gilson Bomfim, procurador-chefe da Divisão de Acompanhamento Especial da PGFN na 2ª Região, diz que a tributação de créditos reconhecidos por decisão transitada em julgado não é nova e que não tem relação direta com a discussão do PIS e da Cofins.

“Acaba repercutindo. Mas não é específica a isso. Há regramento já de alguns anos, tanto da PGFN como da Receita, de que a tributação de crédito reconhecido por decisão judicial ocorre no momento do trânsito em julgado”, afirma ele, citando a

Reforma tributária aumentaria custos, aponta ANTP

Alta seria de até 20,52% e poderia forçar nas tarifas dos ônibus urbanos

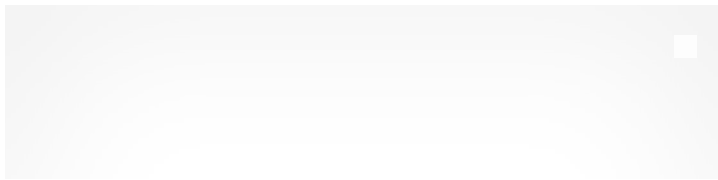
Por Daniel Rittner e Renan Truffi — De Brasília

31/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A atual proposta de reforma tributária discutida na Câmara dos Deputados pode elevar em até 20,52% o custo operacional das empresas de ônibus urbanos e forçar reajustes nas tarifas das grandes capitais, segundo estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP).

Os cálculos foram feitos com base na PEC 45 - que tramita na Câmara e trata da substituição de PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS por um único Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS). A PEC 110, em discussão no Senado, tem amplitude maior e não há estimativa de alíquotas. Por isso, não foi considerada no estudo.

A análise apontou aumento de custo dos serviços para as concessionárias de 20,52% em São Paulo, de 20,05% em Belo Horizonte, de 19,94% em Curitiba, de 18,44% em Porto Alegre e de 18,25% no Rio de Janeiro. Isso ocorre fundamentalmente por causa da alta prevista em insumos como combustíveis, lubrificantes, pneus e autopeças usadas em reparos.



O risco de elevação das tarifas é temido pelas empresas porque o número de passageiros em ônibus urbanos já vem caindo ao longo das últimas duas décadas e meia, o que alimenta um círculo vicioso no preço das passagens. De 1994 a 2012, houve redução aproximada de 24% da demanda.

Desde 2013, quando uma sucessão de manifestações pelo país teve início por causa do aumento das passagens, a quantidade de passageiros caiu mais 26%. O tombo é atribuído à combinação de facilidades para a compra de automóveis, baixo investimento em corredores de ônibus e tarifas altas.

Na semana passada, a Câmara aprovou projeto de lei que prevê repasse de R\$ 4 bilhões da União a Estados e municípios para socorro das empresas de transportes urbanos, incluindo ônibus e sistemas metroferroviários. Falta o aval do Senado. O governo concordou em liberar esses recursos, mas impôs condições, como a obrigatoriedade de licitações e reversibilidade dos bens (os ônibus) ao poder concedente no encerramento dos contratos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Novo Luna Absoluta
NATURA

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!
PICPAY

LINK PATROCINADO

Você se lembra da ex-esposa de Tiger Woods? Veja ela hoje em dia
90MIN

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado
HAYLO MÁSCARAS